

2º CICLO DE ESTUDOS
ECONOMIA E GESTÃO DO AMBIENTE

Vítivinicultura e Mudanças Climáticas: Um estudo sobre as Regiões do Alentejo e Vinhos Verdes sob a ótica da sustentabilidade

Elizabeth Rossi de Castro Gil

M

2021

Vítivinicultura e Mudanças Climáticas: Um estudo sobre as Regiões do
Alentejo e Vinhos Verdes sob a ótica da sustentabilidade

Elizabete Rossi de Castro Gil

Dissertação

Mestrado em Economia e Gestão do Ambiente

Orientada por

Professora Doutora Maria da Conceição Pereira Ramos

2021

Ao meu amado pai e avô com eterna saudade.
À minha mãe e ao Guilherme com todo o amor e gratidão.

“Grandes realizações são possíveis quando se
dá importância aos pequenos começos”

Lao Tsé

Agradecimentos

Primeiramente gostava de agradecer a Professora Doutora Maria da Conceição Ramos pela orientação desta dissertação, pelas críticas e sugestões e toda paciência ao longo desse percurso.

Agradeço ao Professor Doutor Manuel Castelo Branco, coordenador do MEGA, o qual me ouviu em momentos de dúvidas e questionamentos e me forneceu bons conselhos quanto ao percurso e a temática do projecto.

Agradeço a Laura Magalhães, além de ser uma “chefinha” querida, tornou-se uma amiga com a qual tenho prazer em trabalhar. Seus conselhos e palavras foram essenciais para finalizar com sucesso esta jornada.

Agradeço também aos amigos que fiz em solo português. Pessoas queridas que se tornaram família e trouxeram mais alegria nessa caminhada da vida.

Agradeço imensamente a minha família pelo apoio incondicional ao buscar esse sonho. A decisão de estudar e morar fora do Brasil implica, por um lado, abrir mão da zona de conforto, do zelo familiar e estar ausente em momentos importantes, e por outro, abre as portas para um novo mundo, um leque de inúmeras possibilidades de vivências e experiências. E posso dizer que tudo que vivi nesses últimos anos foi e está a ser enriquecedor e transformador, por isso sou grata por tanto.

Finalmente, meu agradecimento especial ao Guilherme, parceiro de vida. Sou eternamente grata por tudo que você representa em minha vida, por todo o apoio e por toda a alegria que me proporciona e que estamos a compartilhar nessa jornada.

Resumo

A temática da sustentabilidade se faz cada dia mais presente e necessária em todas as esferas da sociedade, principalmente em um cenário que se apresenta preocupante face aos efeitos que as Alterações Climáticas já estão e vão causar num futuro não tão distante. Em Portugal, a indústria vitivinícola a qual possui grande relevância económica e social, será um dos sectores mais afectados. Os cenários previstos para o país demonstram que a Região do Alentejo, já naturalmente mais quente e seca, sofrerá um aumento considerável da temperatura e do stress hídrico, podendo levar a perda permanente de áreas produtivas e da qualidade do vinho produzido; no outro extremo, a Região dos Vinhos Verdes naturalmente mais húmida e fria poderá vir a ser “beneficiada” pelos efeitos das Alterações Climáticas ao passo em que podem acarretar na diminuição da pluviosidade média e a elevação na temperatura, atingindo assim os níveis ideais para maturação da uva.

Dado o exposto, o presente trabalho procurou validar a hipótese de que as Regiões do Alentejo e dos Vinhos Verdes apresentariam discrepâncias relativamente a um maior ou menor envolvimento com ações de sustentabilidade e mitigação/adaptação às Alterações Climáticas. Para tanto, foi criado um banco de dados com amostragem de 523 empresas, categorizadas pela dimensão (micro, pequeno, médio, grande porte, e também a Cooperativas) e relacionadas com os parâmetros, exportação, enoturismo, certificação, responsabilidade social, boas práticas (sustentabilidade) adotadas por cada empresa analisada, e, especificamente para o Alentejo, se são membros e possuem certificação do Programa de Sustentabilidade dos Vinhos do Alentejo.

O resultado obtido corrobora e atesta à hipótese de que a Região do Alentejo encontra-se mais bem preparada e ativa nas ações e boas práticas sustentáveis, enquanto que na Região dos Vinhos Verdes percebe-se os primeiros passos para criação de Estratégias de Sustentabilidade o que denota necessidade de maior articulação dos seus agentes económicos para efetiva promoção do desenvolvimento sustentável na região. Para além disso, observou-se também que a dimensão das empresas impacta diretamente na adoção das boas práticas de sustentabilidade, havendo maior envolvimento quanto maior a dimensão.

Palavras-Chave: Vitivinicultura; Alterações Climáticas; Sustentabilidade; Alentejo; Vinhos Verdes, Programas de Sustentabilidade.

Abstract

The sustainability theme is increasingly present and necessary in all spheres of society, mainly in a scenario of higher concern facing the impact that Climate Changes are and will cause in a not-too-distant future. In Portugal, the wine industry, which has great economic and social relevance, will be one of the most affected sectors. The scenarios foreseen for the country indicates that the Alentejo Wine Region, naturally drier and hotter, will suffer a considerable increase in temperature and hydric stress, which could lead to permanent loss of productive areas and the quality of the wine produced; on the other extreme the Vinhos Verdes Region naturally more humid and colder may be “benefited” by the Climate Changes’ impact, while they may lead a decrease in average rainfall and an increase in temperature, thus reaching the ideal level for the ripening of grapes.

Given the above, the present work sought to validate the hypothesis that Alentejo and Vinho Verde Regions would present discrepancies in terms of greater or lesser involvement in sustainability and mitigation / adaptation actions to Climate Changes. For this porpoise, a database was created with a sample of 523 companies organized by size (micro, small, medium, big, and also, Cooperatives) and related to the parameters export, wine tourism, certification, social responsibility, good practices (sustainability) adopted by each analyzed company, and, specifically for Alentejo, if they are member and possess certification of Alentejo Wine Sustainability Program.

The obtained result corroborates and states the hypothesis that the Alentejo Region is better prepared and more active in sustainable actions and good practices, while in the Vinho Verdes Region is noticed the first steps towards the creation of Sustainable Strategies that denotes the need of better articulation of its economic agents to the effective promotion of the sustainable development in the region. Also, it was also observed that the company size impacts directly on the adoption of sustainable good practices, with greater involvement the larger the size.

Key-words: Viticulture; Climate Changes; Sustainability; Alentejo, Vinhos Verdes

Lista de Figuras

Figura 1. Regiões vitivinícolas no mundo atualmente.....	7
Figura 2 Regiões vitivinícolas de Portugal.....	13
Figura 3. Número de inscrições por atividade.....	14
Figura 4. Dimensão das empresas vitivinícolass e número de trabalhadores por categoria	15
Figura 5. Regiões produtoras de vinho em sua distribuição global.	20
Figura 6. Cenários Climáticos Globais – Temperatura e Precipitação	23
Figura 7. Cenário previsto para viticultura mundial até 2100.....	26
Figura 8. Cenário previsto para vitivinicultura europeia.....	27
Figura 9. Cenário Alterações Climáticas em Portugal – Temperatura e Precipitação	28
Figura 10. Risco de perda de áreas aptas à viticultura, a indicar: 1.Minho; 2.Douro e 3.Alentejo. .	29
Figura 11. Mapa da seca – Capacidade adaptativa da agricultura em Portugal.....	32
Figura 12. Mapa da vulnerabilidade da agricultura face à seca	33
Figura 13. Região Demarcada do Alentejo.....	50
Figura 14. Quinta do Quetzal, Alentejo.	52
Figura 15. Região Demarcada dos Vinhos Verdes	61
Figura 16. Quinta da Aveleda, Vinhos Verdes.....	63
Figura 17. Distribuição das empresas da RDA e RDVV por dimensão.	68
Figura 18. Percentual de empresas com exportação por dimensão.	70
Figura 19. Percentual de empresas com prémios por dimensão.	71
Figura 20. Percentual de empresas com actividades de enoturismo por dimensão.	72
Figura 21. Percentual de empresas com certificação por dimensão.	75
Figura 22. Percentual de empresas com Responsabilidade social/ Boas práticas.	76
Figura 23. Percentual de empresas com ações de boas práticas./ sustentabilidade	79
Figura 24. Percentual de empresas da RDA aderentes ao Programa de Sustentabilidade dos Vinhos do Alentejo	80
Figura 25. Comparativo entre membros e não membros do PSVA.	81

Lista de Tabelas

Tabela 1. Percentagem mínima de transição para Categoria Geral de Sustentabilidade.....	55
Tabela 2. Capítulos de Intervenção Primária e Secundária para obtenção da Categoria Geral de Sustentabilidade do PSVA.....	55
Tabela 3. Categorização dos sectores para autoavaliação do PSVA.....	56
Tabela 4. Universo de amostragem.....	68

Lista de Acrónimos

AC – Alterações Climáticas
ATEVA – Associação Técnica dos Viticultores do Alentejo
AWRI – The Australian Wine Research Institute
CEE – Comunidade Económica Europeia
CIP – Capítulo de Intervenção Primária
CIS – Capítulo de Intervenção Secundária
CSWA – California Sustainable Winegrowing Alliance
CSWC – Certified Sustainable Wine of Chile
CSWP - California Sustainable Winegrowing Alliance
CVRVV – Comissão de Viticultura da Região dos Vinhos Verdes
CVRA – Comissão Vitivinícola Regional Alentejana
DOC = Denominação de Origem Controlada
DOP – Denominação de Origem Protegida
EA – Estatísticas Agrícolas
EC – Comunidade Europeia
EEA – European Enviromental Agency
FENADEGAS – Federação Nacional das Adegas Cooperativas de Portugal
GPP – Gabinete de Planeamento e Políticas
IGP – Indicação Geográfica Protegida
INE – Instituto Nacional de Estatísticas
IPCC – Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas
IPW – Integrated Production of Wine South África
ISO - International Organization for Standardization
IVV – Instituto da Vinha e do Vinho
JNV - Junta Nacional do Vinho
OCM – Organização Comum de Mercado
ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OIV – Organização Internacional da Vinha e do Vinho
OMC – Organização Mundial do Comércio
OMM – Organização Meteorológica Mundial
PAC – Política Agrícola Comum
PME – Pequenas e Médias Empresas
PNUMA – Programa das Nações unidas para o Meio Ambiente
PPM – Partes Por Milhão
PROVA - Projeto de Viticultura do Alentejo
PSVA – Programa de Sustentabilidade dos Vinhos do Alentejo
RCP – Representative Concentration Pathways
RDVV – Região Demarcada dos Vinhos Verdes
RDA – Região Demarcada do Alentejo
SGA – Sistema de Gestão Ambiental
SGQ – Sistema de Gestão de Qualidade
SRES – Special Report on Emissions Scenarios
SWNZ – Sustainable Winegrowing New Zealand
UE – União Europeia
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura
WOSA – Sustainable Wine South Africa

Glossário

- Viticultura - É a ciência de estudar o cultivo da uva e todo o sector económico associado à produção da uva, do cultivo até a colheita.
- Vinicultura - É o conjunto de técnicas utilizadas para fins de produção do vinho, ou seja, o processo se inicia com a colheita e a chegada da uva à adega.
- Vitivinicultura - Engloba todo o processo produtivo, desde a preparação do solo, o cultivo da uva até a elaboração do vinho.
- Viticultor - É o responsável pela plantação, cultivo e colheita da uva. Responsável por aplicar conhecimentos técnicos quanto ao solo e às práticas de cultivo.
- Vinicultor - É aquele que transforma a uva em vinho, o seu trabalho começa na colheita das uvas e engloba as etapas de transformação, transporte e engarrafamento do produto final.
- Vitivinicultor - Aquele que elabora o vinho utilizando somente uvas produzidas em sua própria exploração vitícola, através de instalações e adega próprias.
- Autóctone - Espécie nativa ou natural de determinado ecossistema ou região.
- Fenológico - Ramo da ecologia que estuda os fenómenos periódicos dos seres vivos e suas relações com as condições do meio ambiente em que se inserem.
- Edafoclimático - Relativo aos solos e à sua influência nos seres vivos, em particular aos organismos vegetais.

Índice

Resumo.....	i
Abstract	ii
Lista de Figuras	iii
Lista de Tabelas.....	iv
Lista de Acrónimos	v
Glossário.....	vi
Capítulo I – Introdução.....	1
1. Contextualização	1
2. Hipótese e objetivos	2
3. Estrutura do trabalho	3
Capítulo II – Enquadramento e Contextualização Teórica.....	5
1. Vinho no mundo.....	5
1.1. História e desenvolvimento	5
1.2. Panorama actual da vitivinicultura mundial.....	6
1.3. Panorama da vitivinicultura em Portugal	9
2. A vinha e o vinho – fatores edafoclimáticos	19
3. Alterações Climáticas.....	21
3.1. Aspetos Gerais	21
3.2. O cenário das Alterações Climáticas na vitivinicultura	24
3.3. Portugal - Alterações Climáticas e seus efeitos na vitivinicultura.....	28
4. Vulnerabilidade e Risco – A importância da capacidade adaptativa	31
5. Medidas de mitigação e adaptação em um cenário de Alterações Climáticas.....	33
6. Portugal – Desafios para mitigação e adaptação às Alterações Climáticas.....	35
7. Sustentabilidade – Breve contextualização	37
7.1. Sustentabilidade na Vitivinicultura.....	39
7.2. Programas de Sustentabilidade no sector Vitivinícola	41
Capítulo III – Metodologia.....	43
1. Banco de dados e parâmetros utilizados	44
1.1. População e amostragem	44
1.2. Parâmetros de caracterização de actividades das empresas amostradas.....	45
Capítulo IV – Desenvolvimento.....	47

1. Região Demarcada do Alentejo	47
1.1. Contextualização histórica e panorama atual.....	47
1.2. Enoturismo	51
1.3. Práticas e Programas de Sustentabilidade – Programa de Sustentabilidade dos Vinhos do Alentejo - PSVA.....	53
2. Região Demarcada dos Vinhos Verdes	57
2.1. Contextualização histórica e panorama atual.....	57
2.2. Enoturismo	62
2.3. Práticas e Programas de Sustentabilidade.....	64
Capítulo V - Resultados e Discussão	67
1. Dimensão das Empresas	67
2. Exportação.....	69
3. Prémios	70
4. Enoturismo	71
5. Certificação	73
6. Boas práticas / Responsabilidade Social	76
7. Boas práticas / Sustentabilidade	78
8. Programa de Sustentabilidade dos Vinhos do Alentejo	80
Capítulo VI - Conclusão.....	83
1. Limitações do estudo.....	84
2. Estudos futuros.....	84
Referências Bibliográficas	86
Anexo I – Região Demarcada do Alentejo.....	101
Anexo II – Região Demarcada dos Vinhos Verdes	116

Capítulo I – Introdução

A motivação ao elaborar uma dissertação com este tema reside no facto de, ao entrar em contacto com a cultura portuguesa, percebi o quanto o vinho se faz presente no dia a dia das pessoas e o quão importante essa actividade representa para o país. Aliada a este factor, a temática da sustentabilidade no cerne das Alterações Climáticas e seus efeitos é algo a ser tratado com seriedade por vias de manter a qualidade do vinho que aqui se é produzido e permitir que esta actividade, a qual mantém a economia e o sustento de muitas famílias, esteja segura e perdure por muitas gerações.

1. Contextualização

A cultura da vinha e do vinho é a actividade mais antiga realizada pela humanidade (Carlan, 2007) e se apresenta hoje com uma forte estrutura organizacional, sendo fundamental para a dinamização da economia em diversos países (Rebelo, 2017). Em Portugal a produção vitivinícola teve início antes mesmo da fundação do país, estando intrinsecamente ligada à sua paisagem natural, à sua história e tradições culturais. Essa actividade consiste actualmente em um dos pilares da produção agrícola e uma das principais actividades económicas do país, destacando-se como um produtor de qualidade no mercado nacional e internacional (OIV, s/d).

Relativamente à vinha, extremamente sensível a mudanças no clima, se desenvolve em zonas – latitudes - específicas do globo onde apresentam características edafoclimáticas ideais para o seu desenvolvimento e que garantem a produção de um vinho de qualidade (Jones & Davis, 2000a; Malheiro et al., 2010; Gayon, 1991). Com o advento das Alterações Climáticas, os cenários previstos para esta actividade demonstram que, em decorrência da elevação da temperatura, as fronteiras vitícolas do mapa mundial do vinho estão a remodelar-se, fazendo com que essas zonas ideais se desloquem para maiores latitudes, tanto nos hemisférios Norte quanto a Sul. A Península Ibérica será uma das regiões mais gravemente afectadas, estando assim, a actividade vitivinícola de Portugal fortemente ameaçada (Jones, 2007; Jones, 2012; Hanna et al. 2013; Schultz, 2010).

Os cenários previstos para o país apontam que a extensão dos impactes se dará de forma heterogénea, onde regiões que já apresentam clima quente e seco sentirão com mais intensidade o aumento da temperatura e do stress hídrico, bem como a ocorrência de eventos extremos como decorrência das Alterações Climáticas (Jones, 2012). Esse

fenómeno pode representar para tais regiões na perda de grandes áreas de vinha, tornando-as inaptas à produção, como também podem interferir no amadurecimento das uvas e afetar o equilíbrio, o estilo, a qualidade e, consequentemente, a produtividade do vinho. Este cenário será percebido com maior intensidade na porção Sul do país, onde se localiza a Região Demarcada do Alentejo. No entanto, regiões que se caracterizam com um clima mais frio e húmido, em decorrências dos efeitos das Alterações Climáticas, podem vir a apresentar uma melhoria na adequação das uvas e na qualidade do vinho produzido, tal facto se dará devido à elevação da temperatura nessas áreas para faixa ideal de maturação. Este cenário está previsto para a região noroeste de Portugal, onde se localiza a Região dos Vinhos Verdes (Santos et al., 2012; Santos et al., 2018; Oliveira, 2017; Coelho et al., 2013).

Neste sentido é mais do que urgente incorporar práticas de mitigação e adaptação às Alterações Climáticas e promover o desenvolvimento sustentável em todos os sectores da actividade vitivinícola (Metzger et al., 2008). Alguns dos grandes países produtores de vinhos possuem Programas de Sustentabilidade para a vitivinicultura estabelecidos e com certa maturidade, apresentando actualmente resultados importantes para a preservação, não só da actividade, mas também do meio ambiente, da economia e da sociedade (Santiago-Brown et al, 2014). Como será demonstrado ao longo deste trabalho, as Regiões do Alentejo e Vinhos Verdes analisadas, foram seleccionadas em virtude da caracterização de dois perfis extremos relativamente à vulnerabilidade aos efeitos das Alterações Climáticas na produção da vinha e do vinho. Ambas as regiões possuem grande valor cultural, económico, ambiental e social para o país através da actividade vitivinícola, e forte presença nos mercados nacional e internacional, apresentando características ímpares quanto à qualidade do vinho produzido.

2. Hipótese e objetivos

Partindo do princípio de que Portugal se apresenta com duas regiões vitivinícolas com realidades climáticas naturalmente distintas e que, com o os impactes provocados pelas Alterações Climáticas, a Região Demarcada do Alentejo será mais intensamente prejudicada do que a Região Demarcada dos Vinhos Verdes, a hipótese desta dissertação é a de que o Alentejo, a partir destas características, se apresenta com maior maturidade relativamente à postura de mitigação e adaptação às Alterações AC do que a Região dos Vinhos Verdes, com ações e boas práticas ambientais praticadas pelas empresas da região.

Como objetivos desta dissertação, pretende-se analisar se a dimensão das empresas das Regiões Demarcadas do Alentejo e dos Vinhos Verdes exerce influência na adoção de boas práticas de sustentabilidade e como se apresentam distribuídas. Para tanto, são estabelecidos como objetivos gerais: i) a análise do panorama geral de cada Região, nas questões socioeconômicas e ambientais relativamente às actividades da vitivinicultura; ii) relacionar quais as boas práticas ambientais já adoptadas, visando o desenvolvimento sustentável da actividade de forma a promover ações de mitigação e adaptação aos efeitos das Alterações Climáticas; iii) gerar um banco de dados representativo e complexo relativamente às empresas de ambas as regiões de forma a; iv) elencar as principais actividades realizadas por tais empresas, relativamente a enoturismo, certificação, exportação, premiação, boas práticas de sustentabilidade, responsabilidade/boas práticas sociais, que servirão como parâmetro para a análise principal deste trabalho e; v) caracterizar as empresas aderentes ao Programa de Sustentabilidade dos Vinhos do Alentejo e como estas se comportam na adoção dos parâmetros anteriormente citados, comparativamente às empresas não aderentes.

3. Estrutura do trabalho

Para alcançar os objetivos acima propostos, o presente trabalho encontra-se dividido em seis capítulos, onde, o **Capítulo I** consiste nesta breve introdução ao tema abordado durante todo o projeto, bem como à hipótese norteadora e aos objetivos da presente dissertação. No **Capítulo II** far-se-á uma contextualização da evolução do sector da vinha no mundo e em Portugal, destacando o panorama atual desta actividade; serão apresentadas as características edafoclimáticas da cultura da vinha e do vinho; de seguida, um enquadramento conceptual relativamente às Alterações Climáticas e um panorama sobre os seus efeitos em termos globais e os seus impactes na fileira da vinha e do vinho no mundo e em Portugal, de forma a destacar os cenários previstos para o país e no que toca aos impactes sobre a fileira do vinho e quais as duas Regiões Vitivinícolas serão os extremos (mais e menos) afetados pelas AC.

No **Capítulo III** se apresenta a metodologia utilizada para a realização deste trabalho, bem como os conceitos abordados para a formulação dos resultados. Para alcançar tais resultados, recorreu-se à análise de dados qualitativos e quantitativos de forma a se obter resultados significativos, que atestem a hipótese inicial e permitam desenhar um perfil de ambas as Regiões a serem analisadas no seguinte capítulo. Como

desenvolvimento do presente estudo, o **Capítulo IV** abordará mais profundamente as Regiões do Alentejo e dos Vinhos Verdes, uma vez que foram compreendidas como as áreas vitivinícolas, respectivamente, mais e menos afectadas pelas AC, encontrados no Capítulo II, trazendo assim uma contextualização histórica e um panorama atual do sector da vinha em cada região, destacando os principais números e atividades, abordando também o enoturismo e, finalmente, se existem e quais são as ações de sustentabilidade adotadas pelas suas respetivas Comissões Vitivinícolas.

Já no **Capítulo V** serão apresentados e discutidos os resultados relativamente a esta abordagem às ações de sustentabilidade, de forma a traçar um perfil dos produtores e se há alguma correlação entre dimensão (dimensão/valor agregado), com ações de boas práticas e sustentabilidade. Finalmente, no **Capítulo VI** e último, se apresenta a conclusão desta dissertação.

Capítulo II – Enquadramento e Contextualização Teórica

1. Vinho no mundo

1.1. História e desenvolvimento

“O conhecimento da uva e do vinho é tão antigo quanto à história de cultura da humanidade” (Fehér; Lengyel & Lugasi, 2007, p. 379).

Em uma breve retrospectiva, podemos dizer que a cultura da vinha surge por volta de 6000 a.C, sendo considerada a actividade realizada mais antiga da humanidade. O primeiro foco de produção que se tem conhecimento aponta para a Região Sul da Cordilheira do Cáucaso, que se estende do Leste Europeu até a Ásia Ocidental. O vinho vai seguir a história das civilizações, à medida que se é levado além das fronteiras como alimento e objeto de troca em sistemas comerciais (Rodrigues, 2004). Cabe ressaltar que nesse primeiro momento o consumo de vinho era tão somente restrito às elites e ocasiões especiais, como oferendas e culto aos Deuses, fato este que manteve por séculos sua produção em pequena escala (Carlan, 2007).

Na história clássica, o vinho, juntamente com o pão e o azeite, constituiu a base da alimentação dos povos Greco-Romanos. Seu consumo tornou-se intrínseco à sua cultura na medida em que assume papel fundamental na sociedade, presente nos costumes, cultos religiosos e festividades, bem como na literatura. Tal fato colocou o vinho em posição de importância para o sustento das economias agrícolas desses povos. (Carlan, 2007).

Foram os gregos e romanos por volta dos séculos VI e IV a.C que democratizaram o consumo do vinho, tornando-o acessível a todas as hierarquias (Pinheiro, 1995); tanto foi que o colocaram no sistema comercial ao transformá-lo em um produto de consumo corrente. A expansão do Império Romano ao longo do Mediterrâneo possibilitou a implantação das vinhas nas terras conquistadas, como uma forma de demarcar território e impor sua cultura e tradição, a chamada “romanização” (Lodi-Ribeiro, 2017). Entretanto, com a queda do último imperador em 476 d.C, o Império Romano colapsa, mas nessa altura, a vinha já havia conquistado vida além dos seus territórios. “O enorme consumo de vinho em todo o império favoreceu a implementação de regiões de produção e criação de correntes comerciais importantes” (Carlan, 2007, p. 92).

Na Europa Medieval, os vinhedos vieram a se desenvolver ao passo das campanhas militares e, principalmente, das ordens religiosas através da disseminação do

cristianismo. Quando o europeu iniciou as viagens expansionistas, passou a transportar as videiras a outros continentes, fato este que torna a colonização intrinsecamente ligada à dispersão das variedades europeias de uvas pelo mundo (Pinheiro, 1995). Através dos espanhóis, o vinho chega às Américas e conquista territórios hoje bem conhecidos por produzir a bebida com elevada qualidade, como Chile e Argentina e posteriormente, Califórnia por volta do século XVIII, quando a Espanha tenta expandir seu império para América do Norte (Bohm, 2011).

Até meados do século XX, o mercado vinhateiro esteve concentrado nos grandes países produtores da Europa Ocidental – Itália, França, Espanha, os chamados produtores tradicionais. Entretanto, nos últimos 40 anos, o mercado mundial recebeu uma entrada agressiva de novos produtores como EUA, Brasil, África do Sul, Austrália, Nova Zelândia) que vieram a assumir uma parcela crescente da produção e das vendas mundiais. Em pouco tempo, a vinha e o vinho ganharam espaço em todo o mundo, consagrando um forte mercado de destaque na sociedade atual, com grande peso nos sectores económicos, sociais e culturais tanto para países produtores quanto consumidores (Rebelo, 2017).

Essa expansão se deu graças a uma série de melhorias que vieram no decorrer dos anos, através de novas tecnologias que possibilitaram o aperfeiçoamento tanto em escala produtiva, bem como nos sistemas de comercialização e transporte. Há na vitivinicultura um constante esforço em promover o desenvolvimento dos métodos agronómicos baseados em conhecimentos ecofisiológicos e genéticos das plantas cultivadas a fim de garantir a melhoria contínua no que tange a quantidade e qualidade do vinho produzido. Entretanto, apesar de todo o avanço tecnológico, a agricultura e, por consequente a cultura da vinha, foi e ainda permanece altamente sensível ao clima e suas variações (Rosenzweig & Tubiello, 1997; Aggarwal, 2008).

1.2. Panorama actual da vitivinicultura mundial

A viticultura encontra-se actualmente espalhada pelo globo, nas zonas climáticas propícias ao seu desenvolvimento, compreende uma superfície plantada de 7.3 milhões de hectares, sendo 3,3 milhões de hectares provenientes da União Europeia. Para além disso, a produção passou dos 75 milhões de toneladas de uva e 260 milhões de hectolitros de vinho (OIV, 2021).

Como foi desde o princípio, a Europa se apresenta como o principal mercado produtor de vinhos de alta qualidade, fato este que se deve, entre alguns, às características

climáticas favoráveis encontradas nas regiões produtoras. A União Europeia abarca 45% da superfície plantada, 65% da produção, 60% do total consumidos e representa 70% das exportações. Os países mediterrânicos perfazem 90% da produção dentro do continente europeu, sendo Itália, França e Espanha responsáveis por 47% do total de vinho produzido no mundo e 80% da produção dentro da UE (EC, 2021). A Figura 1 mostra



Figura 1. Regiões vitivinícolas no mundo atualmente.
Fonte: Wine Folly, 2016.

A vitivinicultura hoje se apresenta como uma atividade fundamental para a economia de diversas regiões do mundo, principalmente no continente europeu (Rebelo, 2017). Mundialmente é responsável por envolver um mercado de 106 milhões de euros em volume e 30 mil milhões de euros em valor (OIV, 2021). Dada à dimensão que o negócio da vinha tomou mundialmente, houve uma transformação no padrão produtivo e de consumo do vinho nas últimas décadas. A expansão de um mercado globalizado vem a modificar em algumas regiões o conceito da produção tradicional, antes baseada em aspetos culturais transmitidos por gerações, em um processo mecânico, industrializado e uniformizado para atender a procura crescente de novos mercados consumidores, principalmente o americano (Saes, 2002). Pode-se dizer que hoje um vinho de produção regional é feito para consumo global, onde leva consigo o “peso” da sua localização num contexto histórico e político, sendo denominado por vinhos do Velho Mundo (Europa) ou Novo Mundo (América e Oceania).

Hoje, a cultura da vinha e do vinho se encontra com uma estrutura de organização e regulamentação¹ como não há em nenhum outro produto agrícola (Moreira, 1998). No caso do mercado produtor europeu, a fim de se preservar as características originais da viticultura clássica, foi necessária a criação de órgãos de gestão e regulação do mercado por alguns países e blocos de países, como os mais tradicionais da União Europeia, onde a produção do vinho está intrinsecamente ligada à sua história, cultura e economia. Diante dessa situação, gerou-se um choque entre o mercado regulado, com conceitos, regras e padrões de qualidade do Velho Mundo e o novo mundo que, através de avanços científicos, traria ao mercado o conceito de “vinho tecnológico” (Robinson, 1999).

A fileira do vinho é tida actualmente como atividade prioritária para a UE (Rebelo, 2017), tanto que a última reforma do sector vitivinícola em 2008 foi incluída na Organização Mundial do Comércio (OMC) de 2013, com objetivo de garantir a sustentabilidade da produção dos vinhos europeus, bem como aumentar a sua competitividade e reputação para com o mercado mundial; simplificar regras de gestão e garantir equilíbrio entre oferta e procura, bem como garantir e preservar as tradições vitivinícolas a fim de fortalecer a sua função social e ambiental nas zonas rurais. Essa reforma assenta em três princípios basilares, sendo: Viabilidade Económica, Aceitação Social e Integridade Ambiental (EC, 2020).

A nível mundial, o órgão máximo responsável pela indústria do vinho é a Organização Internacional da Vinha e do Vinho – OIV, a qual tem como objetivo principal estabelecer e uniformizar as boas práticas vitivinícolas, bem como preservar as Denominações de Origem e atuar em defesa da autenticidade dos produtos. Dentre as várias funções atribuídas, visa elaborar e divulgar dados e estatísticas globais acerca de todas as vertentes da vitivinicultura, desde as áreas propícias a atividade, a produção, o consumo e a situação sempre atualizada do mercado do vinho. Além disso, atua a fornecer e investir em pesquisas sobre alterações climáticas, inovações e tecnologias; tudo aquilo que possa ser útil para contínua melhoria e desenvolvimento dos diferentes actores da fileira do vinho. Actualmente é composta por 46 Estados-Membros, o que corresponde a 85% da produção mundial e mais de 80% do consumo mundial. (OIV, s/d).

A partir do momento em que a cultura do vinho assume importante patamar dentro da sociedade e posição de mercado, possibilita o desenvolvimento de uma

¹ Moreira (1998) reitera a afirmação do autor francês Dominique Denis: “o vinho é provavelmente o mais regulado dos produtos, sendo necessário pôr em ação muitos mais textos legislativos e regulamentares para produzir vinho do que para construir uma central nuclear” (Moreira, 1998, p.11).

diversificada gama de serviços que fazem girar o sector económico a nível mundial e principalmente regional, nomeadamente às regiões produtoras. Hoje a vitivinicultura engloba outros sectores que vão além do produtor e do consumidor final, onde existe um amplo e poderoso mercado de enoturismo e agroturismo a ser utilizado como estratégia de desenvolvimento local, ao passo em que promove os produtos locais, permite a criação de empregos locais de forma a incentivar a fixação da população jovem nas regiões de origem a fim de manter o processo produtivo tradicional e geracional.

Apesar da globalização da fileira, com a entrada de grandes empresas produtoras, o maior percentual produtivo se concentra ainda na produção familiar, de forma a ressaltar que tal atividade assume, também, e principalmente, um carácter social, cultural e económico (Marques, 2006). Como Jones et al. (2005) observa, “As regiões vinícolas de alta qualidade criam paisagens físicas e culturais únicas que, por meio da produção, processamento, comércio e indústrias de turismo, são um componente vibrante das economias locais” (p. 323).

1.3. Panorama da vitivinicultura em Portugal

A vitivinicultura é historicamente uma das atividades socioeconómicas de maior importância para Portugal e constitui uma das mais reconhecidas fileiras agrícolas do país. Essa atividade sempre foi uma tradição, estando ligada à cultura e à história nacional, de modo a que a sua importância transcenda a dimensão económica² (Simões, 2003a).

Esta multifuncionalidade se apresenta através da vastidão que a cultura da vinha tem sobre a paisagem, a sociedade, bem como no desenvolvimento regional e no papel que ocupa na economia e no sector agrícola nacional, se consagrando como uma atividade produtiva fundamental, tal como Orlando Simões (2003b) consegue exprimir em suas palavras:

A sua relação com a terra, o clima, a técnica e a sociedade, apela para uma multifuncionalidade digna de nota: como agente de humanização de vastas regiões com solos de fraca aptidão agrícola; pelo seu contributo na manutenção da ligação à terra de gerações sucessivas; pela modulação da paisagem, imperativo produtivo de outros tempos e que constitui hoje múltiplas oportunidades de lazer; pela sua dimensão simbólica que fez a ligação do vinho à arte e à cultura dos povos da bacia

² A Monitor Company (1994) veio a considerar o vinho como um dos *clusters* para constituir a base de vantagens competitivas para Portugal.

mediterrânea e que tem actuado, ao longo do tempo, como um poderoso instrumento de diferenciação social; pela complexificação das relações mercantis e a proliferação de interesses sociais e políticos que conduziram, desde muito cedo, à intervenção dos poderes públicos (Simões, 2003b p.2).

A excelente variedade de castas autóctones³ presentes no país aliada ao clima favorável e ao conhecimento aplicado em produção conferem vinhos de alta qualidade que estão a conquistar o mercado internacional (Alberto & Ferreira, 2007). Por se tratar de uma atividade produtora de mercadorias, a vitivinicultura portuguesa encontra-se inserida nos mais importantes fluxos comerciais mundiais, desempenhando papel de importância nas relações entre agricultura e mercado.

Em uma breve contextualização da história mais recente do vinho do país, pode-se dizer que a área vitícola nacional até meados de 1980 era pulverizada por pequenas produções conduzidas por microprodutores e que, em sua grande maioria, não possuía especialização nem tão pouco produzia vinhos de qualidade. Havia então uma grande extensão territorial ocupada para uma produção final que, além de não condizer com a parcela utilizada de terra, não apresentava qualidade suficiente que permitisse concorrência de mercado.

Entretanto, a adesão do país à União Europeia, então Comunidade Económica Europeia (CEE) em 1986, provocou uma profunda alteração no tecido económico e social de Portugal e se revelou um passo revolucionário para a agricultura, sendo o sector do vinho, o que melhor se adaptou e reestruturou e obteve melhores resultados face à concorrência dentro da comunidade (Cardeira, 2009). Nos anos a seguir, após um processo de reestruturação e modernização, a atividade vitivinícola portuguesa se beneficiou com a introdução de novas tecnologias no processo produtivo, na instalação de novas adegas por todo o país, bem como na reorganização das regiões demarcadas, e também, na criação do sistema de classificação dos seus vinhos (Mayson, 2005).

Ao entrar na Comunidade Europeia, Portugal adota um pacote de medidas restritivas às produções. Tais medidas consistiram na proibição de novas pequenas plantações sem potencial, em subsídios à reconversão de vinhas para outros produtos agrícolas, bem como na concessão de benéficos ao arranque de novas

³ Dada às condições edafoclimáticas existentes no país, Portugal é reconhecido mundialmente por produzir vinhos exclusivos e com qualidade, resultantes de seus *terroirs* únicos. Tal é o facto de que os vinhos variem consoantes as castas utilizadas e região onde foram produzidos. Há de se saber que Portugal conta com uma gama de castas a rondar os 250 tipos, muitas delas, genuinamente portuguesas (Silva, 2001).

vinhas com potencial produtivo. A adoção de políticas agrárias e ajustes ao longo de sua história permitiram a redução de economias de escala, a transferência de propriedades, a garantia de direitos de novas plantações, bem como a legalização das mesmas (Simões, 2003b).

Essas medidas permitiram a correção de desequilíbrios na produção vitivinícola e, por se tratar de uma expansão baseada em políticas mais restritivas, o resultado se daria na promoção de áreas altamente produtivas de vinhos concorrentes e de qualidade (Simões, 2003). Tanto é verdade que os índices⁴ apontados pelo Instituto Nacional da Vinha e do Vinho⁵ (IVV) indicam que, apesar da área de vinha no país apresentar valores decrescentes nos últimos anos, a produção segue em índice crescente (IVV, 2019). Esse resultado atesta que o país está a usar menos terra e a produzir mais e com melhor qualidade.

As regiões produtoras passaram a ter então uma maior preocupação com o futuro a longo prazo dos seus negócios, voltadas à qualidade das suas produções, de forma a garantir que toda sua história e tradição fossem mantidas e ao meso tempo garantir a concorrência de mercado, estando voltadas à procura qualitativamente mais exigente do consumidor (Simões, 2003a).

Para além disso, através da aprovação em 2008 e reforma em 2013 da nova Organização Comum do Mercado⁶ - OCM (única) de produtos agrícolas, nomeadamente do setor vitivinícola, Portugal tem vindo a aumentar a sua competitividade no mercado internacional e a funcionar com regras mais claras e eficazes de forma a equilibrar a oferta e procura. Assim, pretende-se então preservar a tradição vitícola por via de produção comunitária, bem como reforçar o papel social que a fileira representa na zona rural do país (IVV, 2018).

⁴ Portugal foi o único país da CE em 2018 a apresentar aumento (10%) na produção de vinho (IVV, 2019).

⁵ O Instituto da Vinha e do Vinho (IVV), criado em 1986 em substituição à Junta Nacional do Vinho, é o principal órgão gestor do sector vitivinícola em Portugal. Tal facto se deu principalmente pela adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE) a qual veio impor adaptações às novas políticas do mercado. Como principais funções destacam-se a coordenação e organização do sector, bem como o acompanhamento e aplicação de regras pré-estabelecidas pela UE. Para além disso, o IVV visa promover os produtos nacionais através do desenvolvimento sustentável e de aplicação de novas tecnologias para melhoria da qualidade do vinho português a nível mundial; também lhe é conferida responsabilidade de representar Portugal perante a OIV. (IVV, 2019).

⁶ A OCM vitivinícola foi criada em 1962 e sofreu reformas ao longo dos anos. Em linhas gerais, visa equilibrar o mercado, bem como aumentar a competitividade e estabilizar os rendimentos dos produtores vitícolas da comunidade; reforçar a reputação da qualidade do vinho produzido na UE; tornar o setor mais competitivo por meio de medidas reguladoras e de apoio à reestruturação e reconversão de vinhas; estabelecer regras claras, eficazes e de forma simplificada para o setor; preservar tradições de produção bem como a sociedade produtora das zonas rurais, e, preservar o meio ambiente durante todo o processo produtivo (Comissão Europeia, 2004a).

Ainda com a adesão à Política Agrícola Comum⁷ (PAC), o país teve maior aporte financeiro para investir e promover o sector (Varela, 1987). Esse investimento não se limitou apenas ao desenvolvimento económico por meio de exportações e balança comerciais, mas também contribui para promoção do desenvolvimento local e regional, de forma a possibilitar a valorização do património cultural, gerar maior valor acrescentado à atividade e, para além disso, a criação de novos postos de emprego (Simões, 2003).

Foi nesse horizonte produtivo que o cenário antes dominado por pequenos produtores e adegas cooperativas viu a entrada de grandes empresas e produtores privados. Também nesse contexto que surge o "vinho de Quinta", sendo produzido em Quintas e Herdades. Esses novos produtores investiram massivamente no setor, em novas plantações e na estrutura de produção e transformação, adquirindo assim a competência de produtor-engarrafador. Em pouco mais de 20 anos, Portugal consegue por no mercado uma grande diversidade de vinhos e com qualidade (Mayson, 2005).

Actualmente existem catorze Regiões Vitivinícolas Demarcadas em Portugal, ou Indicações Geográficas Protegidas (IGP), sendo doze em Portugal continental além dos arquipélagos de Açores e Madeira, sendo elas: Minho (Vinhos Verdes), Trás-os-Montes (Transmontano), Duriense (Douro e Porto), Terras de Cister/Távora-Varosa, Terras do Dão, Beira Atlântico, Terras da Beira, Lisboa, Tejo, Península de Setúbal, Alentejo, Algarve Madeira e Açores, como indicado na Figura 2.

⁷ A adoção a PAC ocasionou, em um período de dez anos, mudanças estruturais significativas no setor vitícola nacional para se adaptar a Organização Comum de Mercado do setor. Atualmente a PAC encontra-se em processo de reformulação.

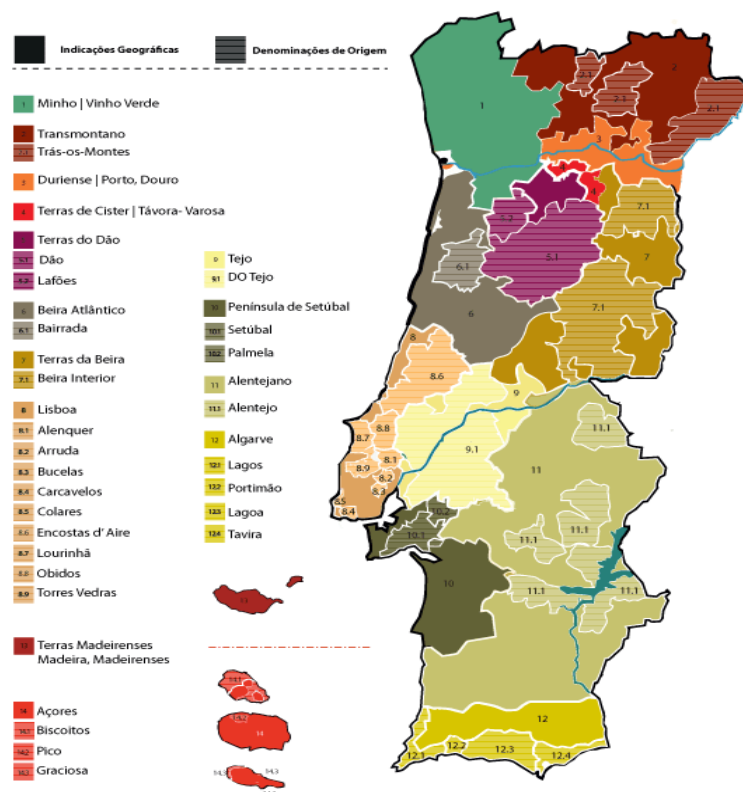


Figura 2 Regiões vitivinícolas de Portugal

Fonte: ASAE⁸, 2016.

Cada região apresenta particularidades tanto em relação ao clima quanto a geomorfologia que permitem a existência de castas exclusivas, responsáveis por conferirem vinhos únicos. Há de se destacar a Região Demarcada do Douro, a norte do país, a mais antiga região vitícola regulamentada do mundo (1756), e uma das mais importantes regiões vitivinícolas de Portugal, considerada Patrimônio Mundial pela UNESCO desde 2001, e responsável pela produção de um quarto de todo o vinho em território nacional. Já a noroeste, numa zona mais marítima, apresentando maior humidade relativa e um clima mesomediterrânico, está a Região do Minho, onde se produz o Vinho Verde que se apresenta com características únicas a nível mundial, dado seu frescor e acidez. A Sul do país, numa região mais quente e seca (clima seco sub-húmido termomediterrânico), encontra-se o Alentejo que se caracteriza pelos seus vinhos muito fortes, sendo responsável pela maior cota de produção de vinhos não fortificados.

De acordo com as últimas estimativas do IVV (2020), esse sector representa em Portugal, 14% da área plantada e 6% da produção agrícola nacional, a contar com aproximadamente 193.500 hectares de vinha (2,7% da área total mundial) e uma produção

⁸ Em: <https://www.asae.gov.pt/newsletter2/asaenews-n-104-dezembro-2016/o-vinho.aspx>

anual a rondar os 6,4 milhões de hectolitros⁹. Para além disso, o país é o 5º maior produtor da UE e encontra-se na lista dos TOP 10 maiores exportadores mundiais, a ocupar a 9ª posição por valor e volume exportado, a contar 800 milhões de euros e 295 milhões de litros enviados ao exterior¹⁰.

Em nota o IVV e a OIV revelaram que Portugal fora o único país da Europa, em 2019, a ter um aumento em sua produção¹¹ total anual, na casa dos 10%, ficando à frente dos grandes como Itália, França e Espanha. Isso demonstra o potencial que o país tem de conquistar espaço e mercado no mundo. Embora Portugal apresente números modestos em termos globais, dada a sua pequena dimensão, proporcionalmente acaba por ser um dos gigantes¹² do vinho, sobretudo no quesito tradição através do bom uso das suas castas únicas (OIV, 2019).

O Instituto Nacional de Estatística indicou, em 2019, que o peso da fileira na economia nacional nesse período correspondia a 1,4 % dos empregos e 1,9% das empresas nacionais (INE, 2019). Para além do seu valor económico, o setor também possui grande valor social, sendo responsável pela criação de empregos em diversas frentes (IVV, 2021), conforme a Figura 3.

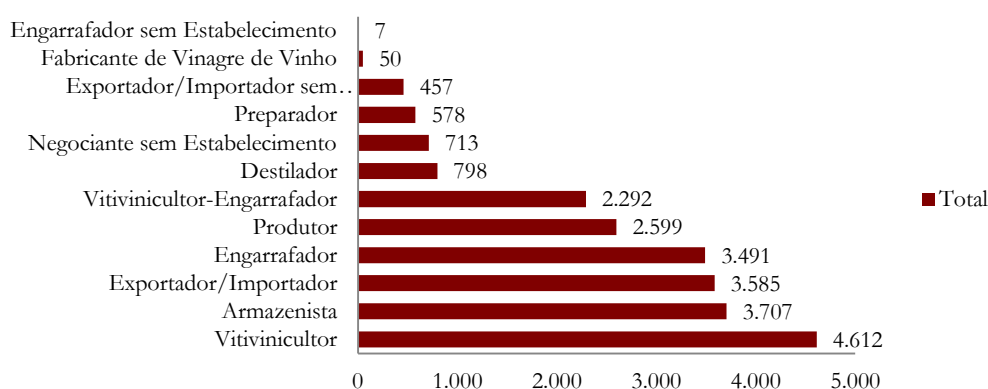


Figura 3. Número de inscrições por atividade
Fonte: Elaborado pela autora com base em IVV, 2021.

⁹Em: <https://www.acibev.pt/multimedia/1/documentos/78/oiv-state-of-the-world-vitivinicultural-sector-in-2020.pdf>

¹⁰ Instituto da Vinha e do Vinho, GPP. baseado em Instituto Nacional de Estatística.

¹¹ Em: <https://viniportugal.pt/wysiwyg/Exportacoes2019.pdf> | “El único país de la UE que, en 2019, experimentó un incremento en su producción de vino es Portugal, con 6,7 Mill. hL (+10 %/2018). El crecimiento en volumen es el resultado combinado de condiciones climáticas favorables, por un lado, y del hecho de que la producción de vino de Portugal en 2018 fue relativamente baja (comparada con el resto de los países de la UE), por el otro (OIV, 2019).”

¹² Embora nos últimos anos tenha-se observado um decréscimo nas áreas de plantio, houve um aumento da produção, o que indica que o país vem a investir em novas técnicas e práticas de modernização dos cultivos, favorecendo a produção de um vinho de alta qualidade para exportação. (IVV, 2019).

Quando relacionados às áreas produtoras, a região do Minho responde a 6426 inscritos¹³, seguido da região do Douro com 3865 postos, Alentejo corresponde a 1941 inscritos. Dos dados mais atualizados¹⁴ sobre a estrutura empresarial do sector, a constar na campanha de 2019/2020, o volume produzido por associações rondou os 2.3 milhões de hectolitros, já por não associações rondou os 3,8 milhões de hectolitros (IVV, 2021).

O último levantamento realizado pelo Banco de Portugal em 2019 indica que, relativamente à dimensão das empresas, se constituem maioritariamente por unidades de natureza familiar ou micropequena produção bem como Adeegas Cooperativas¹⁵, com até 10 trabalhadores, correspondendo a 75% do total de inscritos, as PME correspondem a 24,7% e as grandes empresas ocupam uma ínfima fatia de 0,3% do mercado. O valor gerado pelas PME rondam 1 mil milhões de euros, enquanto as grandes empresas são responsáveis por 309 milhões de euros e as microempresas por 131 milhões de euros.

Já relativamente ao número de pessoas em serviço por categoria, o grande contingente se concentra nas PME, enquanto as microempresas detêm apenas 18% dos postos de trabalho e as grandes empresas 12%, conforme indicado na Figura 4. Para além disso, os dados disponíveis indicam ainda que em termos de volume de negócio, 8% são provenientes de microempresas, 74% das PME e 18% gerado pelas grandes empresas.

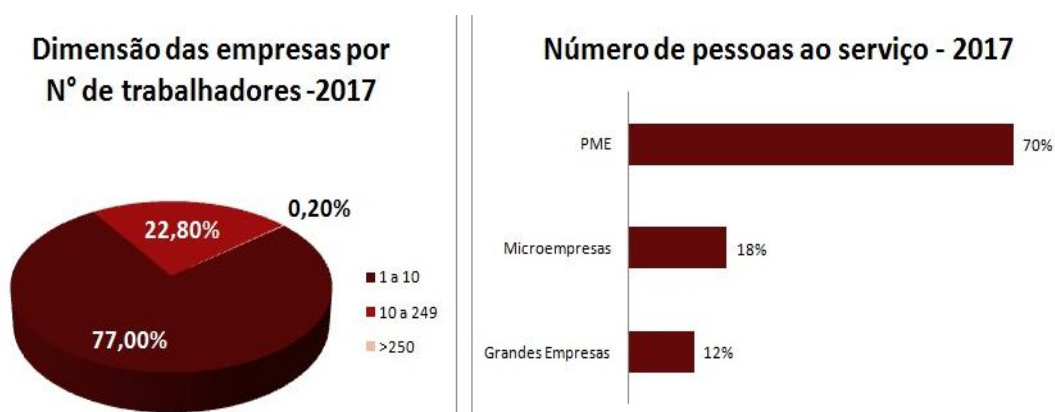


Figura 4. Dimensão das empresas vitivinícolas e número de trabalhadores por categoria
Fonte: Elaboração própria com base em Banco de Portugal, 2019.

¹³ Vale ressaltar que tais inscrições englobam pessoas singulares e coletivas, bem como agrupamentos. Entretanto, não são contabilizados vitivinicultores e produtores cuja produção não ultrapasses 4 mil litros de vinho/ano. Também não são contabilizados os dados exclusivos de produção de Vinho do Porto. Para maiores informações e esclarecimentos: www.ivv.gov.pt.

¹⁴ Em: <https://www.ivv.gov.pt/np4/360/>

¹⁵ Nos termos do art. 2º, n.º 1 do Código Cooperativo Português (CCoop) “as cooperativas são pessoas coletivas autónomas, de livre constituição, de capital e composição variáveis, que, através da cooperação e entajuda dos seus membros, com obediência aos princípios cooperativos, visam, sem fins lucrativos, a satisfação das necessidades e aspirações económicas, sociais ou culturais daqueles”.

Não menos importante, o enoturismo¹⁶ em Portugal é, actualmente responsável pelo incremento do valor gerado pelos produtores e Regiões Vitivinícolas. Essa actividade que vem crescendo ao longo dos anos ganha especial importância dado o facto de que a grande maioria das empresas produtoras no país são Herdades e Quintas, onde não só o próprio edifício como também a diversidade de paisagens, vegetação e condições climáticas por si são um convite a esta imersão e experiência sendo uma mais valia (Mayson, 2005). “Portugal tem tantas regiões vitivinícolas de Norte a Sul, de Oeste a Este, que o vinho como produto tradicional e histórico pode ajudar a dar a conhecer aos visitantes os aspectos culturais de cada região através do Enoturismo” (Clube Vinhos Portugueses, s/d).

No que respeita à estrutura fundiária, a vitivinicultura teve e tem sido de relativa importância tanto na definição quanto na evolução dos grupos sociais envolvidos nesta actividade. Este sector é composto, maioritariamente por três grupos produtores: pequenas empresas de natureza familiar, adegas cooperativas e empresas comerciais (Silva, 2001).

Relativamente à participação na produção total pelas adegas cooperativas, existem divergências quanto às informações e os números obtidos encontram-se desatualizados. Entretanto, os dados¹⁷ disponibilizados pelo Ministério da Agricultura em parceria com o IVV apontaram que em 2011 existiam 90 adegas cooperativas, com mais de 32 mil associados, respondendo a mais de 43% da produção total nacional. Há de se destacar que 6 das 90 cooperativas eram responsáveis por 32% desse montante. Na campanha¹⁸ de 2019/2020 existiam 75 Adegas Cooperativas ativas em Portugal, com produção de 57.323,36hl.

Ainda relativamente às cooperativas, os dados mais actuais revelam que a Federação Nacional das Adegas Cooperativas (FENADEGAS), maior organismo do sector cooperativo vitivinícola, contava com 54 adegas cooperativas, num total de 21.533 viticultores associados, a cobrir uma área de 27 mil hectares e foi responsável pela produção de 131 milhões de litros (Fenadegas, 2014)¹⁹.

¹⁶ A título de contextualização, enoturismo é um segmento da atividade turística movida pela apreciação do sabor e aroma dos vinhos, colocando o turista em contacto directo com o património cultural, arquitetónico e paisagístico relacionados com a vinha e a produção do vinho, é considerado assim, como uma experiência (O'Neill & Palmer, 2006). Também será melhor explicado no Capítulo III.

¹⁷ Em:

[https://www.ivv.gov.pt/np4/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=1363&fileName=FN_n_5_Caracteriza_o_do_Sector_Cooperat.pdf](https://www.ivv.gov.pt/np4/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=1363&fileName=FN_n_5_Caracteriza_o_do_Sector_Cooperat.pdf)

¹⁸ Informação cedida pelo IVV via email.

¹⁹ Em: <http://www.fenadegas.pt/fenadegas/quem-somos/>

A Federação Nacional das Adegas Cooperativas de Portugal foi criada em 1981 e é constituída por 56 cooperativas em todo o país. A FENADEGAS tem uma participação activa na política geral da viticultura e tem um papel importante junto dos seus associados, uma vez que é responsável por informá-los e orientá-los sobre a política de comércio interno e externo. Esta associação participa na definição e execução da política de crédito relacionada com o desenvolvimento geral das cooperativas associadas. Também propõe e promove o estabelecimento de um esquema de seguros capaz de cobrir eficazmente os riscos da actividade vitivinícola e presta assistência técnica e jurídica aos seus associados (Confragi, s/d).

De acordo com os dados disponíveis pelo Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral²⁰ (GPP) em 2016, a produção familiar - que corresponde a 72,2% do total produzido pelo setor agrícola - representava 7% da produção total de vinho, com 793 mil indivíduos. As maiores concentrações de atividades familiares se deram nas Regiões Nordeste e Sudeste do país. Para além disso, o perfil do trabalhador se apresenta em processo de envelhecimento, com a média de idade a rondar nos 65 anos. O número de trabalhadores com 65 anos ou mais representava 1/3 da população total. A população familiar também se apresenta com baixo grau de instrução, porém observou-se melhoria entre os anos de 2013 a 2016 (GPP, 2017).

A evolução da história agrícola de Portugal teve uma base de cunho tradicional e apresentou dicotomias estruturais e socioeconómicas entre o Norte e o Sul, bem como entre o litoral e o interior do país. A Região Norte se caracterizava como sociedade camponesa, com atividade agrícola basicamente de subsistência e de caráter familiar, onde as desigualdades ali existentes eram relativamente ao pequeno agricultor face ao lavrador um tanto mais abastado. Já relativamente à Região Sul, a estrutura agrária era mais polarizada, contendo duas classes principais, sendo os grandes proprietários e os trabalhadores assalariados. Quando referido ao interior e o litoral, a dualidade incide relativamente no desenvolvimento económico dessas regiões, onde a modernização da sociedade se concentra principalmente em regiões do litoral e o interior apresentaria atrasos relativamente a essa característica (Carmo, 2010).

20

https://www.gpp.pt/images/Agricultura/Estatisticas_e_Analises/Estatisticas/AnaliseEstruturaExplAgricola2016.pdf.

O tecido social que compõe a indústria do vinho se apresenta de forma bastante heterogênea. No que respeita à estrutura fundiária, a vitivinicultura teve e tem sido de relativa importância tanto na definição quanto na evolução dos grupos sociais envolvidos nesta actividade. Segundo Simões ao citar Baptista (1993a), a agricultura familiar fora a base para os movimentos inovadores na fileira do vinho que ocorreram ao longo das últimas décadas, representada por três grupos distintos: a agricultura familiar com função de produção, onde todo o sustento provém da exploração da vinha, a agricultura familiar com função de trabalho, onde o maior contributo de sustento provém de fora da exploração da vinha e, a agricultura familiar com função social, na qual a família trabalha com total apoio do Estado (Simões, 2003).

Hoje temos o sector vitivinícola composto por quatro grandes grupos de agentes económicos, sendo eles: vitivincultores-engarrafadores, adegas cooperativas, armazenistas e os distribuidores. Associados a estes, estão: produtor, vitivincultor, destilador, engarrafador, importador/exportador e o preparador. Há que citar aqui a diferença que, enquanto o produtor produz vinho a partir de uvas de suas explorações ou compradas de outrem, o vitivincultor produz vinho única e exclusivamente das suas próprias uvas.

Em linhas gerais, as áreas de viticultura tradicional no país são baseadas no modelo de *terroir* e se apresentam técnica e socioeconomicamente de modo heterogêneo. Por se tratar de uma actividade tradicional e com raízes temporais antigas, o seu tecido produtivo se encontra envelhecido. Essa grande porcentagem de micro e pequenas produções, geralmente conduzidas por indivíduos com mais idade, tende a apresentar desvantagem perante o mercado nacional. Além de se apresentarem com pouco contacto ou aversão a novas tecnologias de produção, representam uma forte barreira ao processo de modernização pelo qual a fileira do vinho vem a passar actualmente. Esse cenário tende a impactar negativamente o negócio e acaba por prejudicar a produtividade e o rendimento de muitas famílias, de modo a perder competitividade de mercado quando o sector se mostra com possibilidades de crescimento.

Para além disso, em tempos de grandes mudanças e adversidades face ao advento das Alterações Climáticas, essa porcentagem de produtores acaba também com dificuldades no aporte financeiro para medidas de mitigação e adaptação dos seus efeitos. Nesse sentido, são essas populações que estarão mais expostas e vulneráveis aos efeitos das AC.

2. A vinha e o vinho – fatores edafoclimáticos

Na cultura da vinha, o clima é um dos principais condicionantes para sua produção (Santos et al., 2011). O sucesso do seu cultivo resulta de uma combinação de fatores que vão desde a complexidade de condições climáticas favoráveis (van Leeuwen & Seguin, 2006), o tipo e composição do solo local juntamente com as variedades das uvas ali encontradas, bem como o fator produtivo, no qual se assenta sob a experiência na gestão das vinhas que é transmitida ao longo de séculos e gerações. A união perfeita dessa combinação resulta no se conhece por *terroir*²¹ (Gladstones, 2011).

A temperatura é um fator determinante no crescimento da videira (*Vitis Vinifera*), ao passo que é responsável por regular as funções fenológicas da planta (desde a plantação, quebra de brotos, maturação até à colheita) (Jones, 2013). Nesse sentido, a temperatura desempenha papel crucial na composição do fruto no que diz respeito ao teor de açúcar e acidez – cujo equilíbrio é essencial para produção de vinhos de alta qualidade (Coombe, 1987).

Para fins de contextualização, a presença de altas temperaturas ocasiona o amadurecimento precoce do fruto e acaba por conferir um vinho com elevado teor alcoólico e baixa acidez, já temperaturas muito frias impedem a completa maturação do fruto e produzem vinhos com elevado teor de acidez, baixo teor de açúcar e sabores cítricos (van Leeuwen, & Darriet, 2017; Daí et al., 2011).

Uma vez que o cultivo da uva é “controlado” por forças atmosféricas, a qualidade do que é produzido depende das condições climáticas, principalmente na fase inicial de crescimento e desenvolvimento da videira (Jones & Davis, 2000a; Malheiro et al., 2010). Tais exigências fazem com que a principal área produtiva se restrinja a uma estreita faixa de terra, a distribuir-se ao longo das latitudes 30°- 50° dos Hemisférios Norte e Sul (Gayon, 1991), conforme mostrado na Figura 5. Nessas regiões, há predominância de dias quentes e secos no verão e frios e chuvosos no inverno, com temperaturas a variar de 10°C a 20°C; o clima nessa área se apresenta então com características mediterrâneas (Spellman, 1999). Essa estreita faixa, devido ao seu clima particular, engloba as áreas mais aptas à produção de um vinho de qualidade ímpar.

²¹ De acordo com a OIV (Resolução OIV / VITI 333/2010), “*terroir* é um conceito que se refere a uma área em que se desenvolve o conhecimento coletivo das interações entre o ambiente físico e biológico identificável e as práticas vitivinícolas aplicadas, conferindo características distintivas aos produtos originários desta área. *Terroir* inclui solo específico, topografia, clima, características da paisagem e recursos de biodiversidade”.

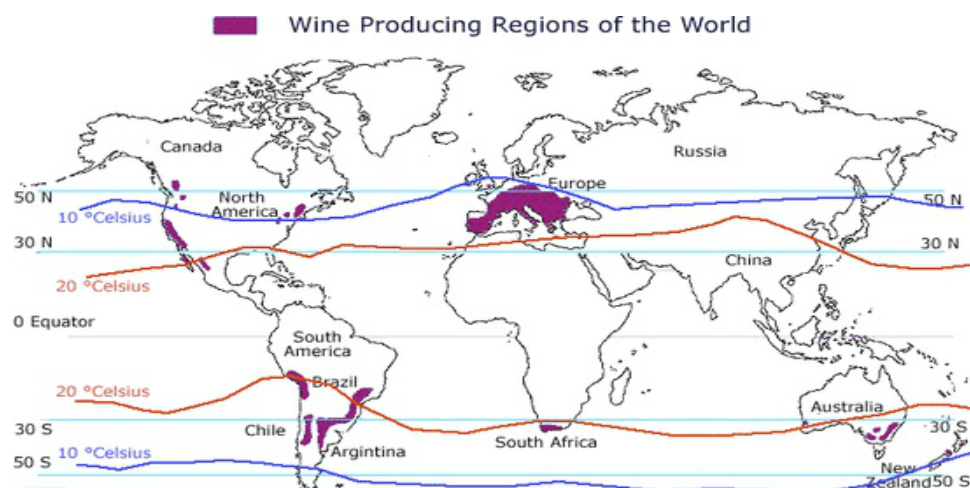


Figura 5. Regiões produtoras de vinho em sua distribuição global.
Fonte: Wine Geography²², 2016.

Para o óptimo desenvolvimento da fruta, a temperatura basal ideal está em torno dos 10°C precedido de um clima frio moderado para que ocorra a quebra da dormência dos brotos da videira e há, nesse período, a necessidade de elevada radiação solar adequada. Na fase de crescimento, a temperatura deve rondar entre 12°C e 22°C e para o seu total desenvolvimento, entre 20° e 30°C no verão (Webb et al., 2008).

A produção de um vinho de qualidade está sempre condiciona a um elemento: o Sol. Não havendo Sol suficiente, a uva produz pouco açúcar, reduzindo a fermentação alcoólica, fato que resulta em uma vinha com pouca estabilidade no sabor, podendo sofrer quebras na safra (Carlan, 2007, p.83).

As condições climáticas determinam naturalmente a extensão geográfica da viticultura desde os primórdios (Landsteiner, 1999). Já a relação da temperatura para maturidade da uva só começou a ser entendida e utilizada nos séculos passados, mas sem o uso de registos metrológicos detalhados; tal aplicação só se deu a partir do século XX e passou a ser indispensável na relação plantio – colheita – qualidade – quantidade, de modo a identificar assim a sensibilidade da uva ao clima. Embora as necessidades metrológicas variem de acordo com o tipo de videira, em linhas gerais, a produção óptima da vinha no geral se assemelha melhor a climas com regime mediterrâneo.

A regularidade do clima acaba por ser, então, essencial na cultura da vinha ao passo em que permite o perfeito crescimento e desenvolvimento da planta, de modo a extrair todo o seu potencial organolético e garante a rentabilidade produtiva (Fraga et al., 2012).

²² Em: <https://winegeography.com/item/47-wine-regions>

Cabe aqui ressaltar que quando se fala em rentabilidade, se trata tanto em quantidade de mosto e qualidade do vinho produzido, quanto em ganhos monetários aos produtores e toda a cadeia relacionada ao sector. Diante deste fator, o monitoramento das condições climáticas atuais e futuras se torna de relevante importância de modo a garantir, quando necessárias, que medidas de mitigação e adaptação correctas sejam tomadas em tempo a fim de evitar grandes perdas económicas e produtivas (Fraga et al., 2012).

Percebe-se assim, que a manutenção e o sucesso do sector vitivinícola está à mercê de condições climáticas. Essa atividade é considerada suscetível de acordo com as condições naturais em que se desenvolve, uma vez que as videiras são extremamente sensíveis às variações do clima. Tais alterações podem ser profundamente danosas de modo a afetar diretamente no tempo de maturação da videira e consequentemente na qualidade da vinha produzida (Jones, 2012).

Nesse cenário, a temática acerca das Alterações Climáticas (AC) acaba por ser um assunto delicado e de extrema relevância para a vitivinicultura, uma vez que desequilibrada as condições acima citadas, podem alterar consideravelmente as características do vinho produzido. Essa actividade terá de considerar, num futuro não tão distante, alterações nos padrões produtivos bem como deslocamentos e até mesmo perda das áreas aptas à produção de vinhos Premium existentes actualmente.

3. Alterações Climáticas

3.1. Aspetos Gerais

As AC e o advento do aquecimento global se apresentam hoje no centro de debates públicos mundiais como o maior desafio do século XXI, uma vez que representam uma grande ameaça à sociedade, ao passo em que coloca em risco a humanidade e todos os ecossistemas terrestres. Tendo como principal efeito o aumento da temperatura da Terra (IPCC, 2007; Sheffield & Wood, 2008), as AC também irão intensificar a ocorrência de eventos meteorológicos extremos²³, tanto em escala regional como global (Schults; Jones & Webb, 2010).

²³ Entende-se por eventos meteorológicos extremos a ocorrência de um evento climático raro em um determinado local e época do ano, em maior frequência e intensidade, como tempestades, geadas e granizo, aumento ou diminuição da precipitação dependendo da região incidente, vagas de calor, secas extremas que resultarão em stress hídrico (IPCC, 2018).

Em escala global, prevê-se como efeito o aumento das temperaturas médias em torno de 1,1°C a 6,4°C até ao ano de 2100, já a considerar as incertezas dos modelos climáticos existentes²⁴ (EEA, 2012). Entretanto, cabe ressaltar que tal aumento se dará de forma heterogénea, de modo a apresentar diferentes intensidades consoantes às regiões incidentes, sendo as áreas de maiores latitudes as mais afectadas, principalmente no Hemisfério Norte e, as menos afectadas, nas regiões próximas ao Equador (IPCC, 2007; IPCC, 2013a).

Já sempre se consegue dimensionar quais serão as áreas mais expostas e consequentemente mais vulneráveis. Os aumentos mais expressivos e graves de temperatura no decurso do século XXI dar-se-ão nos polos na casa dos 7°C (Mets & Grassl, 2013). Além disso, os cenários também conseguem prever o aumento de eventos extremos em diversas regiões do globo, bem como a sua diminuição em outros (EEA, 2012). O aumento da temperatura na Terra irá acirrar o derretimento do gelo e neve polar nas grandes altitudes, de forma a afectar não somente o nível do mar, como também causar grandes distúrbios nas correntes oceânicas, criadora dos padrões globais do tempo e do clima (Tate, 2001).

Na realidade, o fenómeno das AC é registado ao longo de milhares de anos e estudado há algumas centenas. Entretanto, o problema prende-se ao facto de que o ritmo das variações climáticas sofreu uma acentuada aceleração no último século, de tal maneira a intensificar a ocorrência de eventos extremos e gerar impactes nos sectores social, económico e ambiental. Diante de um cenário alarmante, a comunidade científica e os governos, por meio de iniciativas públicas e privadas, estão a chamar mais a atenção para o agravamento da crise climática a qual já vem a surtir seus efeitos de maneira expressiva (Iglesias & Medina, 2009; IPCC, 2013a).

O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) é o principal órgão internacional no que se refere à temática de Mudanças Climáticas. Foi criado em 1988 pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) juntamente com a Organização Meteorológica Mundial (OMM) e visa fornecer ao mundo informações através de uma perspectiva científica, sobre o momento actual

²⁴ Por ser um tema de grande importância e impacte na sociedade, a questão da confiabilidade dos modelos e cenários previstos em diversos estudos científicos é colocada em pauta. Entretanto, apesar das limitações existentes para a realização dos modelos, Metz e Grassl (2013) afirmam haver elevado grau de confiança nos resultados, uma vez que são baseados em princípios físicos aceites globalmente, bem como na capacidade de se reproduzir as alterações climáticas observadas actualmente e no passado.

das Mudanças Climáticas, bem como os cenários previstos e seus principais impactos no quesito ambiental social e econômico (IPCC, 2013a; IPCC 2013b).

Os cenários²⁵ previstos para decurso do século, conforme demonstrados na Figura 6 indicam que a temperatura está a subir globalmente, com maiores impactos para as regiões do Hemisfério Norte, mais próximos ao polo. Já no tocante à precipitação, se espera uma queda em volume anual, o que indica o aumento de secas, principalmente na região dos trópicos e equador, mas com grande efeito também nas regiões de médias latitudes.

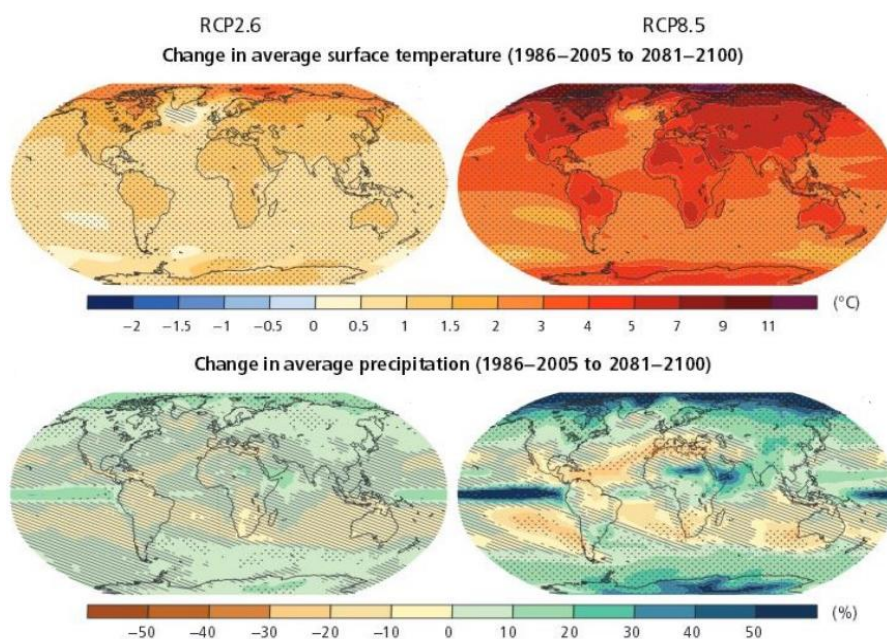


Figura 6. Cenários Climáticos Globais – Temperatura e Precipitação
Fonte: IPCC, 2014

Tais projeções²⁶ RCP8.5, indicam que se o pior cenário esperado venha a se concretizar, a combinação de factores terá como impacto a perda e redução de área de terra agricultável, erosão, aumento da incidência de insetos pragas e doenças. Como consequência, haverá o deslocamento de populações devido à busca de alimentos e suprimentos às necessidades básicas, bem como grandes impactos nas economias regionais

²⁵ “Cenário climático é uma representação plausível e muitas vezes simplificada do clima futuro, com base em um conjunto internamente consistente de relações climatológicas é utilizado para investigar as potenciais consequências das alterações climáticas antropogénicas, muitas vezes servindo como entrada para modelos de impacto” (IPCC, 2013).

²⁶ Os RPCs (*Representative Concentration Pathways*) são projeções que, a partir da concentração atual de CO₂ (a rondar os 400 ppm), indicam: RCP2.6: Baixas concentrações; RCP4.5: Aumentos de CO₂ até 520ppm em 2070 e aumentando lentamente até 2100; já o RCP8.5 indica um crescimento semelhante até meio século e depois aumento rápido até os 950 ppm ao final do século (IPCC, 2013).

e globais (Tate, 2001; IPCC, 2013). Tais efeitos terão consequências directas na agricultura mundial, mas, especialmente para o cultivo das uvas e a produção de vinho, que são extremamente sensíveis a oscilações climáticas (Jones, 2016).

3.2. O cenário das Alterações Climáticas na vitivinicultura

A indústria vitivinícola é tão sensível ao clima que permite a análise dos impactes das variações climáticas a nível global, além de fornecer dados relevantes que auxiliam na exploração acerca deste tema. Tal afirmação se baseia no facto de que o vinho tem uma expressão específica quanto à cor, aroma e sabor resultantes de uma combinação singular entre o tipo de terra e das condições de cultivo da planta, conforme o clima do local em que é produzido; e quando passa por perturbações, sofre alterações em sua composição. Para além disso, a viticultura está em sua grande maioria, concentrada em regiões mediterrâneas *hotspots* globais de biodiversidade (Hanna et al., 2013), regiões essas que Giordi define como:

The concept of climate change Hot-Spot can be approached from the viewpoint of vulnerability or from that of climate response. In the former case a Hot-Spot can be defined as a region for which potential climate change impacts on the environment or different activity sectors can be particularly pronounced. In the latter case, a Hot-Spot can be defined as a region whose climate is especially responsive to global change. In particular, the characterization of climate response-based Hot-Spots can provide key information to identify and investigate primary processes of regional climate change. (Giordi, 2006, p. 1).

No que concerne aos seus efeitos sobre a vitivinicultura, pesquisas²⁷ existentes hoje apontam que os efeitos²⁸ das Alterações Climáticas já estão a surtir efeitos por todo o mundo e que este será um dos sectores agrícolas mais impactados pelas AC, com graves interferências à indústria e à produção do vinho num futuro não muito distante (Jones & Webb, 2010). Trata-se de um processo actual e contínuo e que pode resultar em alterações

²⁷ A produção científica acerca dos impactes das Alterações Climáticas no sector veio a evoluir concomitante aos estudos sobre seus efeitos. Foi com a publicação do 4º relatório do IPCC em 2007 que a temática das AC para o vinho ganhou maiores proporções. O número de investigações aumentou imenso, fomentando uma nova área de conhecimento (Holland & Smit, 2010).

²⁸ Para melhor entendimento sobre o tema das Alterações Climáticas e seus efeitos na vitivinicultura, sugere-se a leitura dos estudos de Jones, G. V. e Hannah, L., bem como relatórios do IPCC.

na geografia da produção mundial de vinho na próxima metade do século (Hannah et al., 2013).

Em termos globais, a magnitude das Alterações Climáticas para a indústria do vinho se dará através de maior pressão acerca dos suprimentos de água cada vez mais escassos, perturbações no processo fenológico da videira que resultará na interrupção ou alteração da composição da uva e assim provocará o desequilíbrio do sabor do vinho, e, consequentemente, provocará alterações a nível regional das variedades cultivadas bem como nos métodos de cultivo (Jones, 2007). “Individual winegrape varieties have even narrower climate ranges...for optimum quality and production putting the cultivation of winegrapes at greater risk from both short-term climate variability and long-term climate changes than other crops” (Jones & Webb, 2010 p.103).

De acordo com Jones (2012), os efeitos das AC para a vitivinicultura podem se refletir em três escalas, a depender do tempo e do grau de influencia do impacto:

- Risco para a colheita: Dar-se-á por eventos climáticos pontuais.
- Variação de produtividade e qualidade: Quando da alteração do clima em um intervalo de tempo maior, com certo impacto numa determinada região.
- Risco de aptidão: Aqui ocorrem alterações estruturais no clima e consequentemente, na produtividade, tanto local quanto global.

Os dados disponíveis através das projeções indicam que as regiões produtoras estarão a sofrer impactos positivos e negativos ao longo dos anos, através do aparecimento de novas áreas propícias de cultivo e produção, bem como a desafiar no cultivo e maturação das uvas nas regiões já existentes (Jones & Alves, 2012) Nesse sentido, é de extrema importância que produtores compreendam a extensão dos riscos dos impactos das AC para seu negócio e tenham capacidade de se adaptar e se preparar para mudanças futuras.

As estimativas demonstram que as Alterações Climáticas podem e vão introduzir mudanças na vitivinicultura, as quais podem resultar na perda de até 73% de áreas actualmente aptas para vinha até 2050. No que tange a localização geográfica da vinha, estudos apontam o deslocamento para áreas mais a Norte, tanto na Europa quanto na América do Norte. As regiões que hoje são berço da produção *Premium* irão sofrer reduções e se restringir a faixas mais estreitas, como no caso do mediterrâneo. O deslocamento

também se dará, em menor escala, no Hemisfério Sul, com sentido para mais ao Sul dos continentes (Hannah et al. 2013).

A Figura 7 ilustra o provável deslocamento das áreas cultiváveis da vinha, que hoje se encontram nas áreas destacadas, para as faixas delimitadas pelas linhas em vermelho. Ou seja, haverá um deslocamento para as maiores latitudes, tanto para Norte quanto para Sul.

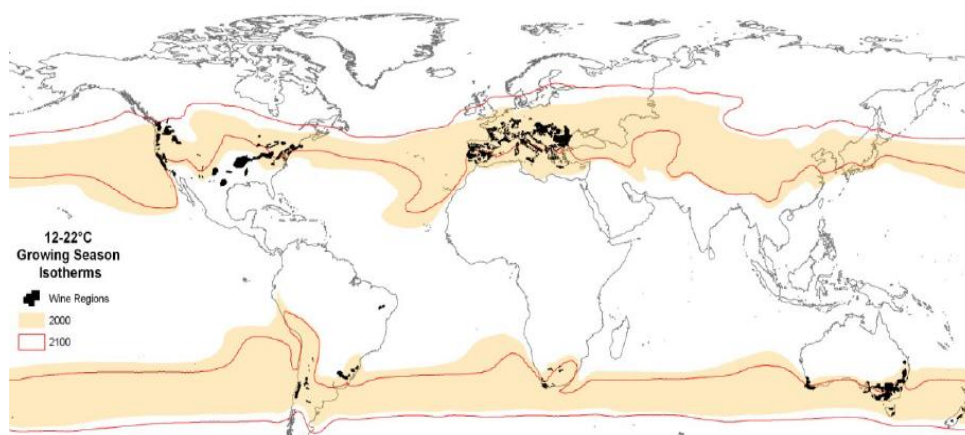


Figura 7. Cenário previsto para viticultura mundial até 2100.
Fonte: Jones, 2006.

Com relação ao continente europeu, maior mercado produtor de vinhos no mundo, os modelos indicam que os efeitos serão muito mais intensos, e irão resultar no descolamento das áreas ideais de cultura que hoje se localizam em zonas temperadas, para zonas de maiores latitudes (Schultz, Jones, 2010). A porção Sul da Europa é a única região do globo onde a grande maioria dos modelos aponta para perturbações climáticas mais intensas (Christensen et al., 2007).

Tais alterações dar-se-ão principalmente, devido a mudanças significativas nos padrões de precipitação nas regiões europeias a sul do continente, nomeadamente na Bacia Mediterrânea, que representa 40% da área de produção mundial e onde hoje é o berço da produção Premium de vinho e que poderá ficar excessivamente seca para a produção de vinhos de alta qualidade e se tornará mais tarde completamente inóspita para produção de uvas (Santos et al., 2011).

Em linhas gerais, a parte norte da Europa poderá ser beneficiada com o aumento de temperatura. O cenário previsto indica um prolongamento do período de cultivo ao passo em que se verifica o aumento das precipitações no decurso do inverno e a diminuição das ocorrências de geadas (extremamente nocivas às videiras), o que possibilitará também o cultivo de novas espécies (EEA, 2015). Em contrapartida, na

região Sul do continente, ou mediterrânea, as ondas de calor acompanhadas da redução da precipitação ocasionarão o aumento da evapotranspiração e do stress hídrico e, consequentemente, a perda de grandes áreas de cultivo; para além disso, o cenário é propício ao advento de eventos climáticos extremos com maior frequência, bem como maior suscetibilidade a doenças, insetos e pragas (EEA, 2015).

No estudo de Fraga e Santos (2016), o modelo RCP8.5, apontado na Figura 8, demonstra o deslocamento que a actual área vitivinícola europeia poderá sofrer num futuro não tão distante. No mapa estão indicadas as áreas propensas a maiores impactes pelas Alterações Climáticas, e que poderão, com elevado grau de confiabilidade, tornarem-se inaptas à cultura da vinha. Entretanto, as áreas mais a Norte indicam as regiões que no futuro tornar-se-ão aptas à produção de uvas e vinhos de qualidade. As áreas em verde claro e escuro representam as áreas cuja aptidão manter-se-á estável.

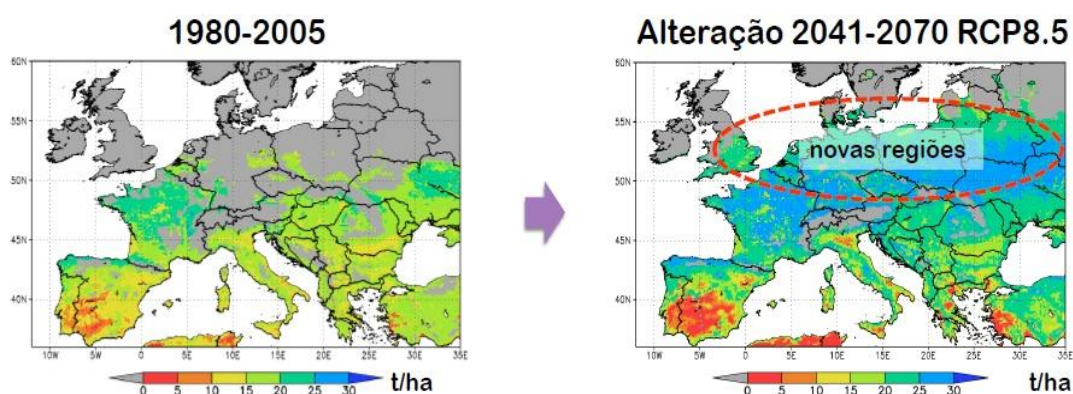


Figura 8. Cenário previsto para vitivinicultura europeia
Fonte: Fraga & Santos, 2016.

Na faixa que corresponde à Península Ibérica, que já regista deficiência de irrigação desde meados de 1970, o cenário aponta para consequências mais graves por volta dos anos 2050 (Schultz, 2010), com maiores períodos de secas extremas. Para além disso, são previstas maiores incidências de eventos extremos, como maior frequência de vagas de calor que precedem precipitações intensas bem como maiores ocorrências de incêndios rurais (Trigo et al., 2013). Conforme a figura indica, Portugal e Espanha apresentarão elevada heterogeneidade nos efeitos das AC, sendo a parte Sul a região mais impactada negativamente que a região Norte.

3.3. Portugal - Alterações Climáticas e seus efeitos na vitivinicultura

Portugal, situando-se na Península Ibérica, não foge aos cenários previstos para os efeitos das Alterações Climáticas. As projeções do SRES (*Special Report on Emissions Scenarios*) do IPCC indicam que as AC serão extremamente danosas para o país e, segundo Jones (2012), no que tange a área rural e a produção vitivinícola principalmente.

É previsto para o país, à semelhança de outras regiões vitícolas do mediterrâneo, um aumento das temperaturas e de secas na época do cultivo da vinha; além da maior incidência de eventos extremos, espera-se também que temperatura média em todas as regiões de Portugal aumente entre 2,5°C a 5,1°C até ao fim do século. Para além disso, é previsto um cenário de stress hídrico em grande parte do país, principalmente nas áreas mais internas e continentais, uma vez que as precipitações tendem a diminuir, conforme ilustrado na Figura 9. Também já é registada maior frequência de noites tropicais, dias quentes e vagas de calor, as quais têm vindo a aumentar desde a segunda metade do século XX (Jones, 2012).

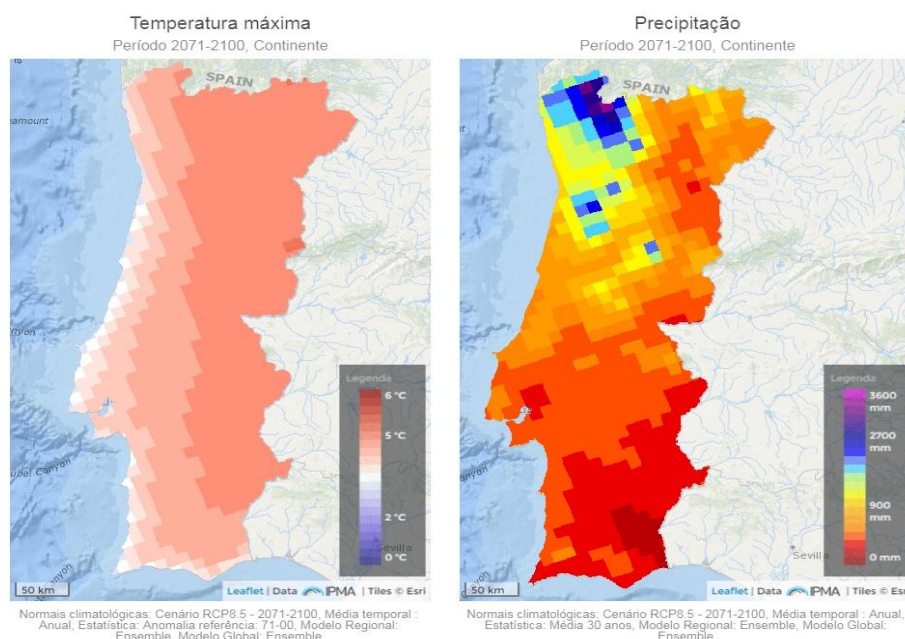


Figura 9. Cenário Alterações Climáticas em Portugal – Temperatura e Precipitação

Fonte: Portal do Clima²⁹, 2016.

Como resultado, estima-se que ocorra uma diminuição de até 42% de área produtiva nacional, conforme apontado na Figura 10. Para além disso, espera-se que as

²⁹ Disponível em: <http://portaldoclima.pt>

áreas produtivas existentes actualmente se desloquem para Norte do país em maiores latitudes e altitudes, uma vez que as condições climáticas do Sul tornar-se-ão demasiado quentes e semiáridas (Santos et al. 2018). Os efeitos não se restringem somente à quantidade, mas também a qualidade da uva pode estar ameaçada, no que poderá alterar completamente o perfil dos vinhos produzidos.

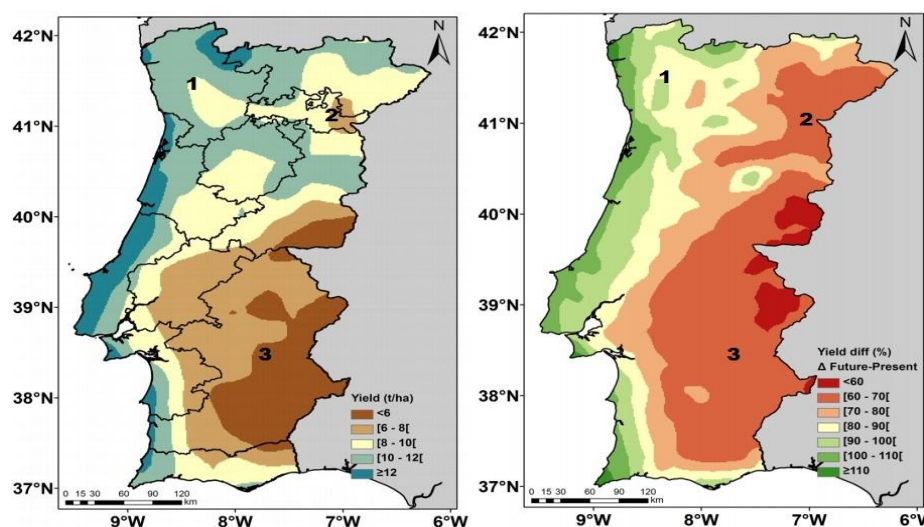


Figura 10. Risco de perda de áreas aptas à viticultura, a indicar: 1.Minho; 2.Douro e 3.Alentejo.
Fonte: Adaptado de Fraga, Santos, 2016.

Portugal está localizado entre os 37° e 42° N de latitude e apesar da pequena dimensão, se apresenta com grande diversidade climática entre suas regiões (Medeiros, 1987). Entretanto, por não registar, praticamente, temperaturas mínimas negativas no inverno e as temperaturas médias do verão a rondar os 35° sem chuvas, seu clima base se assemelha ao clima mediterrâneo, conferindo ótimas condições ao desenvolvimento da videira e a produção de vinho de qualidade (Fraga et al., 2014).

Relativamente às alterações na porção norte do país, tomando como exemplo a Região Demarcada do Douro (RDD), estudos demonstram maiores rendimentos na produtividade em climas futuros (Santos et al., 2011), porém, tal previsão considera somente a parte mais húmida da região; para zonas mais secas, os cenários apontam para um aumento da amplitude térmica média e diminuição da precipitação em épocas de inverno (Jones, 2013). Dessa maneira, a região que já é quente e seca, sofrerá intensificação

do stress hídrico, facto este que poderá modificar completamente as condições hoje tidas como óptimas para a viticultura. (Oliveira, 2017).

Entretanto, ainda a noroeste, o aquecimento de algumas das regiões mais frias do país, como o caso da Região dos Vinhos Verdes (RVV) coincidente com a região do Minho, a resposta às AC pode vir a ser positiva ao desenvolvimento da videira de modo a permitir melhor adequação à produção de vinhos de alta qualidade. Esse facto baseia-se na possível redução do volume de chuvas, da ocorrência de granizo, mas principalmente pelo aumento da temperatura. Em uma região que possui alto volume pluviométrico anual (1500mm) e temperaturas mínimas a rondar os 3° a 8° C, o impacte das AC sob o clima da região, pode representar uma elevação na temperatura e o nível ideal para maturação da uva (10°). Apesar disso, podem ocorrer alterações significativas nas castas e consequentemente no tipo de vinho ali produzido (Coelho et al., 2013). Cabe ressaltar que os impactes a nível socioeconómico das AC podem ser relativamente diversificados a depender da região específica onde estão os vinhedos.

Já relativamente às alterações que irão decorrer na parte Sul de Portugal, em linha com outras regiões do mediterrâneo, as projeções apontam para o agravamento do stress hídrico, principalmente nas áreas mais interioranas, devido à diminuição da precipitação conjuntamente às maiores incidências de vagas de calor e aumento de temperatura média. Para a região do Alentejo, hoje responsável pela segunda maior cota de produção de vinhos do país (OIV, 2019), espera-se que grandes perturbações climáticas irão incidir negativamente no desenvolvimento da videira, nas castas, bem como na produção e qualidade dos vinhos, o que coloca em risco a sustentabilidade produtiva. Tal região já sempre apresenta verões quentes e invernos mais brandos que a região norte, conferindo maiores médias térmicas anualmente; como efeitos das AC, as temperaturas médias tendem a ser mais elevadas que o habitual (Coelho et al., 2013).

Portugal, apesar de ser um país relativamente de pequena dimensão, apresenta grande heterogeneidade no clima, de modo que a resposta às AC sobre a produtividade varia consoante a região incidente, podendo ser ela positiva ou negativa; para além disso, os impactos socioeconómicos provenientes dessas alterações também dar-se-ão de maneira heterogénea, uma vez que existem discrepâncias quanto a níveis económicos e de desenvolvimento entre as regiões. Entretanto, cabe ressaltar que, regiões que já apresentam climas quentes, podem e vão apresentar impactes danosos na produção e na qualidade do

vinho. Nesse sentido, ressaltasse a importância e necessidade de estudos em escala local e regional.

São essas Regiões, Alentejo e Vinhos Verdes que representam, respectivamente, os extremos no tocante ao maior e menor impacto nos efeitos das Alterações Climáticas na vitivinicultura de Portugal e, que se configuram assim, como objeto do estudo em questão.

4. Vulnerabilidade e Risco – A importância da capacidade adaptativa

As regiões vitivinícolas mediterrânicas situadas nas áreas mais ao Sul da Europa, as quais são as mais secas, estão potencialmente em risco face aos efeitos das Alterações Climáticas num futuro não tão distante. Neste sentido, acaba por ser essencial que os produtores e outros actores participantes dessa actividade tenham noção da extensão desse risco para a região e principalmente para seu negócio, de forma a planear e aplicar a capacidade de adaptação em resposta às mudanças climáticas futuras, bem como por em prática as ações pertinentes e cabíveis quanto aos resultados obtidos.

Nos tempos actuais, o termo adaptação repercute entre governos, meio científico e sociedade quando se trata de combate aos efeitos das AC. Neste sentido, as ações são para além da adaptação, englobando ações para a redução da vulnerabilidade, aumento da resiliência e da capacidade adaptativa. Entende-se por resiliência a capacidade natural que um sistema tem de voltar ao seu normal após passar por um evento extremo (IPCC, 2007), já capacidade adaptativa refere-se à aptidão (ou capacidade) que o sistema possui, através de recursos disponíveis, para se precaver com antecedência a eventos extremos, bem como se adaptar e reagir aos impactos que esses eventos produzirão (Smith et al., 2006; Engle, 2011).

Se o sistema possui baixa capacidade adaptativa, menor é a sua tolerância frente a uma mudança crítica. No caso das AC, o produtor tem que aprender a lidar com a possibilidade de que alguns cenários previstos possam vir a se concretizar, sejam eles mais ou menos agressivos (Lereboullet, Bardsley & Beltrando, 2013). Quando há maior capacidade adaptativa, há um melhor gerenciamento da situação de modo a permitir, posteriormente, uma maior flexibilidade face às respostas das abordagens tomadas inicialmente. Em suma, no sector vitivinícola as ações tomadas devem ser eficientes para lidar com os desafios previstos, bem como flexíveis e adaptáveis às respostas das ações tomadas e das mudanças ambientais que irão ocorrer no futuro próximo (Dedieu, 2009; Darnhofer, 2010).

É sabido que países pobres têm pouca ou nula capacidade adaptativa no que tange a recursos humanos e tecnológicos. Naturalmente, são esses os países mais vulneráveis e que irão sofrer os maiores impactes face às AC (Agrawal, 2010). Entretanto, países que dispõem desses recursos (a contar com os recursos naturais principalmente), não são, necessariamente, capazes de utilizar ferramentas disponíveis para adaptação face aos eventos climáticos extremos. Como disse Metzger et al. (2008), ter consciência e compreender quais as mudanças potenciais advindas das AC é crucial para aumentar a capacidade adaptativa.

Quanto maior a capacidade adaptativa, menor será o risco a vulnerabilidade. Esta, por sua vez, pode ser definida por três conceitos que juntos, representam uma equação: [(exposição x sensibilidade) - capacidade adaptativa] (IPCC, 2007). A exposição refere ao quanto um sistema está exposto ao perigo, fisicamente; sensibilidade denota o quão afectado estará o sistema após a exposição e a capacidade adaptativa é a reação antecipada, como ilustrado anteriormente (Smit et al., 2006; Adger et al., 2007; Engle, 2011). Em suma, a vulnerabilidade pode ser determinada tanto por factores biofísicos quanto factores socioeconómicos, juntamente a incapacidade de ação e reação.

Relativamente a Portugal, o cenário apontado para a agricultura e consequentemente a vinha, os efeitos das AC sobre o stress hídrico configuram conforme indicado na Figura 11.

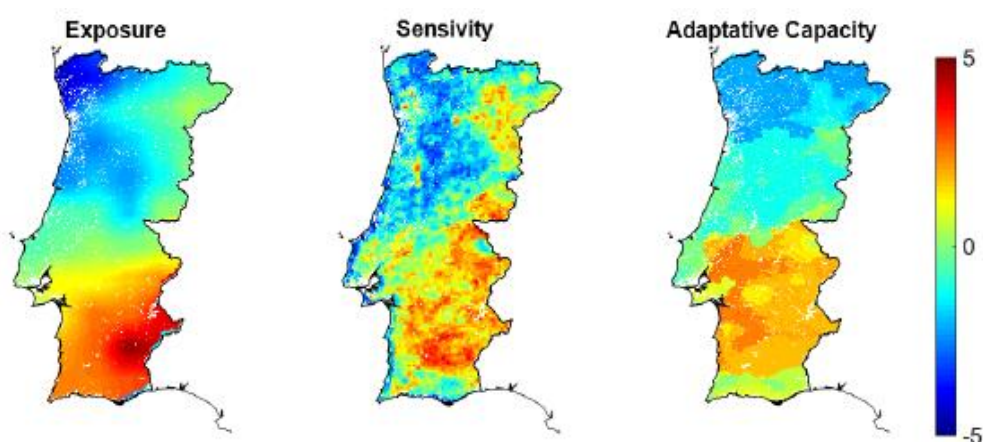


Figura 11. Mapa da seca – Capacidade adaptativa da agricultura em Portugal
Fonte: Alonso et al., 2019

A ilustração indica que, quanto maior a exposição e a sensibilidade, maior o índice indicado. No tocante à capacidade adaptativa, quanto maior o índice, menor é o resultado

da ação, ou seja, a Região Sul do país, que abrange a região do Alentejo, teria menor Capacidade Adaptativa face ao cenário do agravamento das secas.

A combinação dos factores, conforme a expressão citada anteriormente no texto indica o grau de vulnerabilidade que o sistema estará exposto. No cenário apontado para Portugal, a resultante se apresenta conforme o mapa da Figura 12.

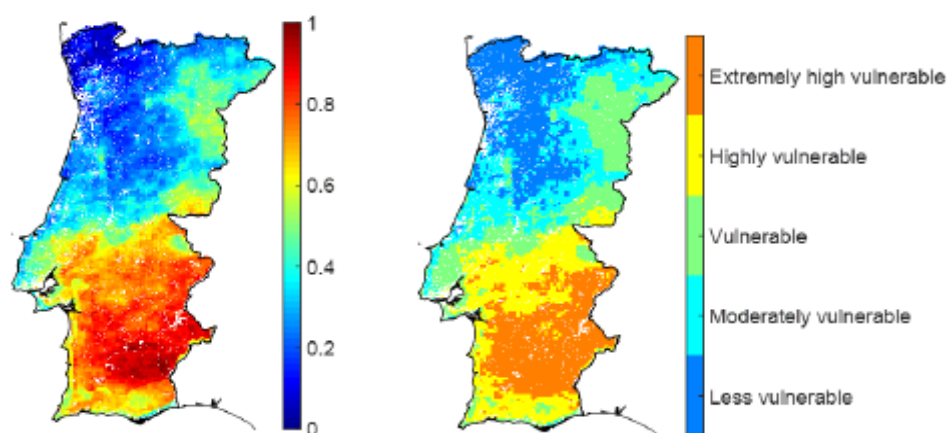


Figura 12. Mapa da vulnerabilidade da agricultura face à seca
Fonte: Alonso et al., 2019

Tal cenário corrobora a informação de que, quanto maior a capacidade adaptativa do sistema, menor será sua vulnerabilidade. Para o caso de Portugal, a Região Sul do país estará muito mais vulnerável do que a Região Norte. Região essa que abrange a RVV, a qual poderá ser beneficiada (até certo ponto) pelo advento das Alterações Climáticas.

De acordo com o IPCC (2004), o primeiro passo para adaptação às futuras alterações do clima consiste na redução da vulnerabilidade e exposição à variabilidade climática actual. No contexto das AC para vitivinicultura, a análise da vulnerabilidade é feita através dos aspetos biofísicos – manutenção da vinha, irrigação, variedades cultivadas; aspetos económicos – impacte no rendimento do produtor, no mercado e competição, rentabilidade do tipo de vinho produzido; e, aspetos sociais – políticas regulatórias, políticas públicas, seguros, bem como apoio social.

5. Medidas de mitigação e adaptação em um cenário de Alterações Climáticas

Na viticultura e agricultura como um todo, os produtores são acostumados a lidar com as variações climáticas interanuais e seus efeitos, bem como variações no mercado

consumidor; tais alterações não exigem grandes esforços, mas sim, uma atenção contínua e pequenos ajustes ao longo do tempo. Entretanto, quando essas variações são de longo prazo, há a necessidade de se realizar mudanças estruturais mais profundas, principalmente por envolver questões socioeconómicas e ambientais mais complexas (Lereboullet, Bardsley & Beltrando, 2013).

Nesse sentido, as Alterações Climáticas irão afectar a vinha e a produção do vinho em um cenário de longo prazo, não apenas na questão fisiológica, mas também nos métodos de se fazer um bom vinho (Schultz, 2010). Essa situação implicará mudanças estruturais no sector, através da adoção de medidas de mitigação e adaptação a fim de se preservar as características do vinho, bem como a sua identidade, qualidade e a lucratividade da atividade (Bernetti et al., 2012).

Cabe aqui ressaltar a diferença entre adaptação e mitigação. Sendo a primeira entendida como medidas que requerem intervenção humana, adotadas para resultados imediatos contra os efeitos das alterações climáticas, tendo então alcance local e regional e de curto prazo; já a segunda, abarca ações com efeitos futuros, de longa duração e por isso o seu alcance acaba por ser global e de longo prazo; ela pode ser dada através da ação humana ou ocorrer naturalmente aos efeitos reais das Alterações Climáticas (Metzger & Rounsevell, 2011; IPCC, 2001).

Em outras palavras, ações de mitigação não nos resguardam dos impactes das alterações climáticas que estão a ocorrer no momento atual. Já no caso da adaptação, visa adotar medidas que atenuem os seus efeitos de imediato, tanto em esfera biofísica quanto socioeconómica. Para além disso, mitigação envolve atores mais globais, políticas públicas nacionais e acordos internacionais. Já a adaptação envolve actores regionais e entidades privadas (Klein et al., 2007).

No caso do sector agrícola, este poderá ser alvo de medidas que se enquadram tanto no campo da mitigação e da adaptação. Por meio da adaptação pretende-se antecipar às alterações que venham a ocorrer, com o objetivo de reduzir riscos e prejuízos com o menor custo possível, podendo assim gerar eventuais benefícios (Metzger & Rounsevell, 2011). Medidas de adaptação devem ser direccionadas a ameaças específicas, uma vez que são as primeiras medidas tomadas. Como exemplo, irrigação ou uso de filtro solar nas folhas, medidas rápidas e de curto alcance. Já no longo prazo consideram-se mudanças de castas produzidas ou alocação de terras (Fraga et al., 2013). Seguindo essa linha, a cultura da vinha, como prática agrícola, engloba medidas de adaptação e mitigação.

A Europa detém mais de 70% da produção mundial de vinho e representa um valioso patrimônio cultural e socioeconómico para muitas comunidades locais em praticamente todo o continente (OIV, 2018), sobretudo nas regiões do Sul, que dependem economicamente das atividades relacionadas à produção e comercialização do vinho (EU, 2015), a contar Portugal. A viticultura do Sul, ou mediterrânea, representa 40% da área produtiva do mundo, onde, representa milhares de empregos a agricultores de pequeno, médio e grande porte. Para a grande maioria dos produtores da região, o interesse é a produção de uvas e vinhos *Premium*. Para tanto, devem estar a par de uma competição a nível mundial e saber explorar sua identidade regional como vantagem competitiva.

Tal fato denota a importância e o peso socioeconómico desse setor, o qual precisa estar sempre “atento” a possíveis mudanças futuras, a fim de gerar estratégias para mitigar qualquer efeito negativo que venha a surgir. A região está ligada a uma cultura tradicional antiga o que muitas vezes acaba por dificultar a implementação de alguns planos e projectos. Nesse sentido, as mudanças na qualidade produtiva do vinho induzidas pelas AC, juntamente com as condições socioeconómicas vulneráveis, podem gerar grandes dificuldades e elevar o risco do setor vitivinícola no Sul da Europa (Fraga et al., 2013). Esse risco pode ser definido como o potencial de consequências adversas de um perigo relacionado ao clima para os sistemas humano e natural, resultante de interações entre esse perigo, vulnerabilidade e exposição do sistema afetado. Integra a probabilidade de exposição ao perigo e a magnitude de seu impacto, e, também pode descrever o potencial de consequências adversas das respostas de adaptação ou mitigação à mudança do clima (IPCC, 2012).

6. Portugal – Desafios para mitigação e adaptação às Alterações Climáticas

No contexto de Portugal, a análise e o entendimento das projeções climáticas futuras juntamente aos aspetos socioeconómicos actuais é de grande valor, pois fornecem informações que podem ser usadas no desenvolvimento de projectos e ações de adaptação e/ou mitigação por iniciativas privada ou pública³⁰ que visem minimizar os efeitos e os

³⁰ As ações propostas pelo Governo Português podem ser acedidas em: Estratégia de Adaptação da Agricultura e das Florestas às Alterações Climáticas (2013, p. 33). Em <http://portalmin-agricultura.pt/portal/page/portal/MADRP/>

impactes das AC no sector vitivinícola e consequentemente, no tecido social ligado à actividade.

Um dos maiores desafios encontrados para a vitivinicultura nacional, face às AC, está no impacte no rendimento económico e na produção do vinho, tanto em quantidade quanto em qualidade. A maior parcela da produção provém do pequeno produtor, o qual não possui capital suficiente para adaptações, para além disso, a idade avançada dos viticultores e a falta de renovação de mão de obra, dificulta a entrada de novas tecnologias e de melhorias no sistema. As populações assim acabam expostas a riscos e vulnerabilidade em níveis diferentes, consoante à região em que se encontram.

Nesse contexto, a avaliação dos impactes das Alterações Climáticas para a produção vitivinícola de Portugal deve ser estudada a nível regional e levar em consideração características particulares de cada uma, nomeadamente nos sectores económicos, sociais, culturais e biofísicos. Além disso, torna-se essencial que todos os actores do sector vinhateiro tenham consciência da extensão dos riscos que as AC representam para sustentabilidade do negócio e consigam, deste modo, se preparar para as mudanças previstas para um futuro não tão longínquo. Denota-se assim a importância de que as ações para enfrentar os efeitos das AC sejam coletivas, através da adoção de estratégias que visem o bem comum para, além de manter o mercado produtivo e competitivo, garantir a qualidade ambiental e de vida da actividade e dos produtores.

Não se deve esquecer que as medidas de adaptação devem levar em consideração que preservar os padrões de qualidade do vinho local depende de padrões metrológicos específicos (Jones & Davis, 2000; Grifoni et al., 2006). Além disso, as medidas de adaptação são condicionadas pelos aspetos singulares de cada região, de forma que medidas e ações generalistas podem não surtir efeitos positivos quando aplicados de forma inadequada. Nesse sentido, o melhor cenário é que as medidas de adaptação sejam realizadas por agentes locais, porém de forma integrada e que atendam aos interesses de todos os atores envolvidos (White et al., 2006; Webb et al., 2008).

Em um contexto nacional, o *cluster* do vinho está, gradualmente, tomando consciência dos potenciais efeitos das Alterações Climáticas no sector e tomando frente às ações de combate, adaptação e mitigação. A nível governamental, existem pacotes de auxílio aos produtores para reestruturação e reconversão das vinhas; há também programas de formação voltados a aprofundar e potencializar o conhecimento dos viticultores, para que possam aplicar novas técnicas em sua produção. As grandes empresas

também participam como membros ativos em projetos nacionais e internacionais de combate e mitigação às AC. Nota-se crescente associação entre vinícolas e enólogos preocupados em fazer frente a estas alterações, através da criação de projectos tornando-se assim, importantes atores na conscientização bem como no combate às AC. Essa participação ativa é de extrema importância dado que o cenário da fileira do vinho nacional é dominado por viticultores idosos e com baixa instrução e geralmente sem acesso à informação e tecnologias.

Atualmente, existe uma gama de projetos em andamento, fruto da estreita colaboração entre os diversos atores que participam directa e indirectamente na fileira vitícola. Geralmente são projetos financiados por organizações nacionais e europeias com a participação e colaboração de grandes universidades.

Esses projetos estão em total conformidade com as estratégias de especialização inteligente, nacionais e regionais, embora de forma multidisciplinar. Tal abordagem pode contribuir para ultrapassar as vulnerabilidades da viticultura portuguesa perante as alterações climáticas, garantindo a sustentabilidade socioeconómica e ambiental do setor, mantendo a qualidade e tipicidade do vinho e promovendo a valorização dos seus coprodutos (Santos et al, 2019 p.38).

É neste contexto que o presente trabalho assenta. Analisar localmente como as duas Regiões Vitivinícolas, nomeadamente, a Região Demarcada do Alentejo e a Região Demarcada dos Vinhos Verdes, através das suas respetivas Comissões Vitivinícolas, estão a agir relativamente às práticas sustentáveis na vitivinicultura, face ao advento das AC.

7. Sustentabilidade – Breve contextualização

Ao se deparar com os impactes das Alterações e Climáticas no meio ambiente e que afetam directamente à sociedade, é que se chega, inevitavelmente, à necessidade de se promover o desenvolvimento sustentável. Para Sachs (2015, p.13) “o desenvolvimento sustentável tenta compreender as interações de três sistemas complexos: a economia mundial, a sociedade global e o ambiente físico da terra”.

A preocupação com a questão ambiental tem início na Conferência de Estocolmo, em 1972, onde surge o primeiro alerta para a humanidade acerca dos impactes ambientais e a necessidade de se “educar” a sociedade para a temática ambiental. Nesta conferência foi possível perceber a existência de conflitos relativamente aos problemas que surgiam nas

esferas económicas, sociais e ambientais ao “mundo desenvolvido” e ao “mundo subdesenvolvido” sendo que, enquanto este reclamava os níveis elevados de pobreza, poluição, desemprego e baixa qualidade de vida, aqueles se preocupavam com a escassez de recursos e energéticos que estariam a afetar o crescimento económico. O Relatório da Comissão Mundial sobre Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas “*Our Common Future*”, definiu que “O Desenvolvimento Sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades (Brundtland, 1987, p.43)”, sendo esse conceito o mais usado actualmente. A partir de então, tantas outras conferências mundiais de extrema relevância vieram a ocorrer para que se firmassem pactos mundiais em prol da sustentabilidade e que foram, ao longo dos anos, aprimorando o conceito de Desenvolvimento Sustentável, mapeando as necessidades de maior intervenção de políticas públicas com alcance global, porém de forma a realizar ações locais e que abrangessem na totalidade as esferas que compõem a sociedade e a sustentabilidade.

Foi após a publicação do Relatório Brundtland que se percebem as dimensões do Desenvolvimento Sustentável e que este ultrapassa a esfera ambiental, ficando clara a necessidade de integrar ações de políticas públicas e privadas para promoção do equilíbrio entre os aspetos sociais e económicos. É neste contexto que o conceito de *Triple Bottom Line* – ou o “Tripé da Sustentabilidade” – criado por John Elkington onde se denota que a interrelação entre as dimensões da sustentabilidade (os três “Ps” *People, Planet and Profit*) Pessoas, Planeta e Lucro deve acontecer de maneira holística para que se alcance o Desenvolvimento Sustentável (Pereira, Silva & Carbonari, 2011).

Neste contexto, em 2015, as Nações Unidas lançam uma agenda sob o título “Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, onde foram definidos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que visam promover a prosperidade ao passo em que se protege o meio ambiente, de forma a combater a pobreza e promover o crescimento económico, responder às necessidades sociais de forma a garantir a qualidade digna de vida, sob o cerne das Alterações Climáticas. No total são 17 objetivos contemplados com 169 metas para a efetiva sustentabilidade do planeta (United Nations General Assembly, 2015).

7.1. Sustentabilidade na Vitivinicultura

Após décadas de exploração e uso indiscriminado dos recursos naturais, para dar continuidade ao desenvolvimento humano, a integridade e o equilíbrio ambiental, além do desenvolvimento económico em curto prazo, devem ser priorizados (Bastianoni et al., 2001). O sector vitivinícola, à semelhança das demais actividades agrícolas é responsável por causar danos e impactos ambientais. Neste sentido, mesmo tendo em conta que tal actividade possua um carácter inovador no que tange ao uso de tecnologias que visem à qualidade e melhoria do processo produtivo, as questões ambientais são o cerne para o desenvolvimento sustentável da actividade (Christ & Burritt, 2013).

Nos últimos anos a sustentabilidade na cultura da vinha e do vinho tem vindo a receber maior atenção tanto por parte dos actores envolvidos no processo produtivo, quanto dos governos e do próprio mercado consumidor (Sogari, et al., 2015). Em um cenário recente e atual onde as atenções assentam no combate aos efeitos das AC, o sector vitivinícola deve-se adequar e se preparar para algo que se mostra tão atual e tão agressivo, de forma a minimizar os seus impactos.

A tomada de consciência para a proteção do meio ambiente integra um conjunto importante para a sustentabilidade da actividade, por meio de ações que, ao passo em que visam a melhorias dos aspetos ambientais, económicos e sociais, contribuem também para uma melhor imagem do produto, no caso, o vinho, gerando mais confiança e afinidade aos consumidores, que se mostram cada vez mais atentos às marcas que consomem (Rodrigues et al. 2006; Mendonça, 2016). Para além disso, o envolvimento dos consumidores actualmente com questões ambientais tem vindo a moldar as atitudes do sector vitivinícola para adoção de práticas sustentáveis, como indaga Bisson (2002):

À medida que os consumidores se tornam mais conscientes da vulnerabilidade de nosso meio ambiente global, a demanda por práticas saudáveis de produção agrícola está aumentando. No futuro, a percepção do produtor como um responsável ambiental consciente será uma influência importante na decisão de compra do consumidor. Isso se deve em parte ao fato de que o consumidor típico de vinho é bem educado e rico (p.698).

A sustentabilidade na fileira do vinho é definida pela OIV³¹ como uma estratégia global que abarca todas as etapas do seu ciclo produtivo. Essa estratégia engloba também

³¹ Resolução CST 1/2004 do Comitê Técnico e Científico (OIV, 2004, p. 2).

os critérios da sustentabilidade ambiental, económica e social, levando em consideração requisitos para uma viticultura sustentável, para redução dos riscos ambientais e vulnerabilidades sociais, proteção e valorização do território, da herança histórica cultural e ecológica e o bem-estar do consumidor e dos atores participantes em toda a cadeia produtiva (OIV, 2004; Lopes, 2015).

Ohmart salienta que a sustentabilidade na agricultura, e consequentemente na fileira vitivinícola, “envolve tudo o que faz na quinta, desde o impacto económico, ambiental e todos os aspetos relacionados com recursos humanos não incluindo apenas os recursos humanos e a família, mas também a comunidade circundante.” (Ohmart, 2009, p.7). Já Dlott et al. (2004) definem que a vitivinicultura sustentável se sustenta na aplicação de práticas dentro da vitivinicultura que sejam sensíveis ao ambiente, direcionadas às necessidades da sociedade e economicamente viáveis para se implementar e manter.

Gabzdylova et al, (2009), apontam em seus estudos, quatro principais motivos, ou estímulos para que uma empresa adote práticas de sustentabilidade, sendo eles:

1. Estratégia – Manter e aumentar a competitividade no mercado, através da diferenciação de seus produtos e serviços com altos índices de qualidade, de forma a garantir vantagem e uma imagem e a reputação positiva;
2. Financeiro – A melhoria no processo produtivo leva a uma melhor eficiência e consequentemente a redução nos custos;
3. Fatores internos – Questão de gestão, cultura organizacional, pressão interna por parte dos trabalhadores ou preocupação para com os mesmos, envolvimento em causas sociais;
4. Fatores externos – Pressão por parte do mercado consumidor, dos investidores, concorrentes e das comunidades locais, como também da legislação em vigor.

Após a divulgação do Relatório Brundtland (1987), iniciou-se uma movimentação tanto de países quanto de regiões vitivinícolas para o desenvolvimento de iniciativas voltadas a sustentabilidade, também para o sector do vinho. Cabe aqui ressaltar que, assim como o desenvolvimento sustentável deve ser uma preocupação global, é a nível regional que as ações devem ser aplicadas, uma vez que “o desenvolvimento econômico é por definição, um processo de base territorial” (Baleiras, 2012, p.11). É nesse contexto que surgem então os Programas de Sustentabilidade na vinha.

7.2. Programas de Sustentabilidade no sector Vitivinícola

Actualmente existem diversos Programas de Sustentabilidade desenvolvidos por grandes produtores mundiais de vinho, com métodos próprios de avaliação e/ou adaptados de outros programas, mas sempre de forma a responder as necessidades específicas de cada região (Santiago-Brown et al., 2014). A seguir, será exposto um breve resumo acerca de alguns destes Programas de Sustentabilidade existentes.

- *California Sustainable Winegrowing Program* (CSWP) – Criado pela *California Sustainable Winegrowing Alliance* (CSWA) em 2003. O Programa é composto por três etapas, ou missões, sendo a primeira a implementação de práticas sustentáveis a serem seguidas por todos os actores envolvidos na actividade vitícola; a segunda missão assenta na formação e educação continua para esses actores, relativamente à importância das práticas sustentáveis e, a terceira missão, obter melhorias e avanços por meio da cooperação entre esses actores e a partilha de boas práticas sustentáveis, de modo a mostrar que estão todos interligados e que toda ação individual afeta o coletivo, e isso vale para o ambiente natural, social e económico. Para incentivar os agentes económicos a aderirem ao programa, o CSWA incluiu um Programa de Certificação visando à melhoria contínua das práticas sustentáveis, nas quais se estabelece a avaliação anual dos produtores em diversos parâmetros (CSWA, 2018).
- *Certified Sustainable Wine of Chile* – De carácter voluntário, o programa criado em 2009 orienta práticas sustentáveis para obtenção de certificação, composta por três dimensões: 1. Área Verde - Gestão da vinha antes da plantação, gestão de implantação e monitorização; 2. Área Vermelha – gestão do processo produtivo na adega; e, 3. Área Laranja relacionado à gestão do negócio, englobando todos os componentes do setor, desde a plantação, instalações até o escoamento do produto (Wine of Chile, 2018).
- *Entwine Australia* (EA) – Desenvolvido pela Federação de Viticultores da Austrália em 2000 o Programa Australiano de Sustentabilidade da Indústria Vitivinícola conta com o incentivo e financiamento do governo e da indústria nacional, de forma a apoiar os produtores na adoção de práticas de sustentabilidade. Esse programa é direccionado pelas métricas de sustentabilidade do *Australian Wine Research Institute* (AWRI) para obtenção da certificação de acordo com a área de atuação do membro, sendo: *Freshcare Environmental Viticulture/Winery*; *Freshcare Environmental Viticulture Code of Practice*; *Freshcare Environmental*

Winery Code of Practice; International Organization for Standardization (ISO) 14001; Sustainable Australia Winegrowing (AWRI, 2018). A avaliação também é anual.

- *Integrated Production of Wine South Africa* (IPW) – Em prática desde 1998, é um programa que integra o *Sustainable Wines of South Africa* (WOSA), sendo um dos pioneiros na prática de medidas sustentáveis na vitivinicultura e que obteve grande sucesso nos resultados produtivos através da adequação de medidas sustentáveis entre os participantes. O Programa também inclui um plano de certificação, tanto para o produto quanto para o processo produtivo. Essa certificação é dividida em três fases, sendo a primeira voltada à produção da uva (ou componente agrícola), a segunda voltada ao processo produtivo (componente adega) e por fim a componente engarrafamento. Todas as etapas são voltadas à aplicação dos princípios de Produção Integrada³². A certificação é cedida após processo de autoavaliação anual dos critérios pré-estabelecidos, ficando os produtores sujeitos a auditorias aleatórias para avaliações de conformidade (WOSA, 2018).
- *Sustainable Winegrowing New Zealand* (SWNZ) – Criado em 1995 por iniciativa dos principais produtores, o programa foi reformulado em 2002, passando a acreditar padrões e selos de certificação. Os três principais objetivos do programa consistem: 1. Na formação de modelos e critérios para a aplicação de boas práticas ambientais desde a vinha à adega; 2. Assegurar a qualidade do produto, desde a colheita até ao engarrafamento de modo a, 3. Corresponder às preocupações ambientais por parte dos consumidores (NZWine, 2018). O Programa, anteriormente de carácter voluntário, resultou em 98% da produção certificada em 2016, (NZWine, 2016).
- *Terra Vitis* – Consiste em um programa de certificação ambiental Francês, que tem base nos três pilares do Desenvolvimento Sustentável (Social, Económico e Ambiental) para avaliar o impacto de toda a cadeia produtiva da vinha e do vinho. O programa se baseia no método de responsabilidade Social Corporativa para avaliar o impacto que a actividade vitivinícola tem sobre as pessoas envolvidas no processo, desde produtores, funcionários, fornecedores até o consumidor final. Para obter a certificação, o vitivinicultor deve aderir ao programa, seguir as diretrizes específicas e passar por auditoria de organização independente. O método de avaliação é anual para checagem de conformidade (Terra Vitis, 2018).

³² Definição na sessão “certificação” do Capítulo V.

Capítulo III – Metodologia

Como indagou Morin (2005, p.23): “O conhecimento científico é certo, na medida em que se baseia em dados verificados e está apto a fornecer previsões concretas. O progresso das certezas científicas, entretanto, não caminha na direção de uma grande certeza”. A natureza da pesquisa, de acordo com Silva e Menezes (2005), será de caráter aplicado, pois além de gerar conhecimento, envolve verdades e interesses locais. A pesquisa usará com procedimento o estudo de caso, onde, de acordo com Silva e Menezes (2005) ao citar Gil (1991), envolve o estudo detalhado de um ou poucos objetos, permitindo maior e melhor conhecimento acerca destes (p.21). Para além disso, a pesquisa terá caráter exploratório, a qual de acordo com Gil (1991) visa dar maior familiaridade ao problema, envolvendo levantamento bibliográfico coerente e cuja análise levará à sua compreensão.

A metodologia incluirá duas abordagens em simultâneo: a qualitativa e a quantitativa. Sendo para a primeira referida no que tange ao estudo da arte, da recolha, interpretação dos fenómenos encontrados e atribuição dos devidos significados. Para os devidos efeitos, será utilizado o método dedutivo, pelo qual o desencadeamento do texto leva a dedução de suas ideias e conclusões. Já a segunda, será referida através de análises estatísticas e tratamento dos resultados obtidos, ou seja, transformar em números os dados coletados, ao mesmo tempo em que é acrescida a posição crítica do autor ao tema.

Em todo o processo de desenvolvimento do estudo será realizado levantamento bibliográfico pertinente (através de análise de documentos, artigos, teses e revistas específicas, bem como sites de internet) com o acesso à base de dados fiável, como IPCC, INE, GPP, IVV, OIV, CRVA, CVRVV, Eurostat, entre outros, que possuam valor científico e que corrobore com o tema e permita uma melhor compreensão da problemática do estudo.

Vale ressaltar a participação em conferências e seminários pertinentes ao tema, como as já assistidas – “O que muda nas Vindimas”, ocorrido no Laboratório da Paisagem, da Universidade do Minho, em Guimarães, em 8 de Novembro de 2019, “O vinho, enoturismo e Mudanças Climáticas” ocorrido na Universidade Portucalense, Porto, em 22 de Maio de 2018; “Fórum do Outono: a digitalização na agro-floresta”, INESC-TEC, ocorrido na Biblioteca Municipal Almeida Garret, Porto, em 12 de Novembro de 2019, a qual abordou a temática acerca das adversidades na Região do Douro – bem como outras

que possam surgir ao longo do ano, de forma a contribuir e enriquecer de informações a presente pesquisa.

1. Banco de dados e parâmetros utilizados

A proposta inicial para o percurso do projecto contava com a elaboração de entrevistas e aplicação de questionários aos agentes económicos ativos. Dada as adversidades impostas pela pandemia da Covid-19, a qual modificou o quotidiano de milhares de pessoas, a estrutura do projeto teve de ser alterada, de modo a respeitar a contingência e o distanciamento social. A fim de se manter a pesquisa nesta mesma temática, e sabendo que em Portugal cada Região Demarcada possui a sua Comissão Vitivinícola³³, o enfoque incidiu então sobre as Comissões Vitivinícolas das Regiões do Alentejo e Vinhos Verdes, no papel que as mesmas possuem para disseminação das boas práticas, se esses organismos estão a promover o desenvolvimento sustentável por meio de Programas de Sustentabilidade visando ações de mitigação e adaptação às Alterações Climáticas, bem como perceber se há relação entre a dimensão da empresa com a adoção de boas práticas de sustentabilidade.

1.1. População e amostragem

O número necessário de inquéritos ou entrevistas para uma boa amostra não seria viável de se alcançar através de plataformas virtuais, até porque não se têm acesso aos contactos de uma grande percentagem dos produtores, principalmente do micro produtor. Como pesquisado em outros estudos, Baughman et al. (2008) diz que o viticultor tem pouco interesse em ceder informações, enquanto Raquel (2014), afirma em sua investigação sobre cooperativas portuguesas que, além da baixa adesão na participação por via de inquéritos online, o tempo de resposta é muito elevado.

Posto isto, decidiu-se por utilizar os sites oficiais das Comissões Vitivinícolas do Alentejo e dos Vinhos Verdes para criar um banco de dados representativo de cada região, enumerando os agentes económicos membros das respectivas Comissões (salienta-se aqui

³³ Por Comissão Vitivinícola entende-se como sendo uma associação de direito privado, de carácter interprofissional, que pode ser designada Entidade Certificadora com competência, no âmbito da respectiva região, para certificar produtos, promover, defender e controlar as Denominações de Origem (DO) e as Indicações Geográficas (IG). (CRVV, 2019).

que, para efeitos do projecto, foram analisados apenas os produtores, vitivinicultores e Adegas Cooperativas). Para cada região então obteve-se³⁴:

- Alentejo: de 396 agentes encontrados³⁵, considerou-se somente 150, pois os outros 246 agentes não têm quaisquer informações públicas disponíveis, quer em website ou para um possível contato e muitas vezes essas informações são confidenciais.
- Vinhos Verdes: de 547 agentes encontrados, considerou-se somente 375, pois dos outros 172 agentes não existe quaisquer informações públicas disponíveis, quer em website ou para um possível contato, e muitas vezes essas informações são confidenciais.

Todas as informações relativamente às empresas, bem como os parâmetros de caracterização de suas actividades realizadas podem ser consultadas nos Anexos I (Região Demarcada do Alentejo) e II (Região Demarcada dos Vinhos Verdes).

1.2. Parâmetros de caracterização de actividades das empresas amostradas

A segunda etapa foi buscar as informações adicionais dos agentes (empresas) para caracterização dos parâmetros utilizados. Dado o elevado número de agentes e já é pressuposto o baixo envolvimento para responder inquéritos, as informações foram coletadas em sites oficiais das próprias empresas e outros sites relacionados que fornecessem informações pertinentes (LinkedIn, Racius, Empresite).

- Dimensão das empresas: o critério adotado para definir a dimensão das empresas [micro, pequeno, médio, grande e adegas cooperativas] foi de acordo com o faturamento – ou valor de negócio – por ser a informação mais disponível; vale ressaltar que esta classificação já é definida e segue os critérios da Comissão Europeia³⁶.
- Tipologia das empresas: dentre todas as formas jurídicas possíveis³⁷, as que foram encontradas são: Cooperativa, Sociedade Unipessoal Lda, Sociedade por Quotas

³⁴ Dados fornecidos pelos sites CVRVV e CRVA para o ano de 2021.

³⁵ Nota: Relativamente aos membros do Programa de Sustentabilidade dos Vinhos do Alentejo, enquanto o site anuncia 454 produtores membros somente 303 nomes estão disponíveis no site. Dado conferido em 27.08.2021 em: <http://sustentabilidade.vinhosdoalentejo.pt/pt/programa-de-sustentabilidade-dos-vinhos-do-alentejo>

³⁶ Em: <https://op.europa.eu/pt/publication-detail/-/publication/10abc892-251c-4d41-aa2b-7fe1ad83818c/language-pt>

³⁷ EPortugal. Em: <https://eportugal.gov.pt/inicio/espaco-empresa/escolher-a-forma-legal-da-sua-empresa>

Lda, Sociedade Anônima SA, Agrupamento Complementar de Empresas e Fundação.

- Enoturismo: aderentes e não aderentes de atividade enoturísticas: visitas à adega, provas de vinho, turismo de habitação e quaisquer outras actividades recreativas ligadas ao turismo do vinho.
- Exportação: se a empresa em questão atende o mercado exterior e qual o alcance.
- Premiação: se a empresa possui prémios de reconhecimento pela qualidade do vinho produzido.
- Selos e Certificações: se a empresa é detentora de selos e/ou certificações, seja ela qual for.
- Boas práticas/Responsabilidade Social: Toda e qualquer ação em prol do bem estar social, seja para a esfera interna da empresa quanto para externa (comunidade envolvente e sociedade em geral). Enquadra-se neste parâmetro também a presença de Relatórios anuais/de contas, pois a sua existência denota maior transparência para com a sociedade.
- Boas práticas/Sustentabilidade: Toda e qualquer ação ou prática voltada à sustentabilidade, praticada em qualquer etapa da vitivinicultura.
- Membro PSVA: Empresas aderentes ao Programa de Sustentabilidade dos Vinhos do Alentejo (apenas para Região do Alentejo) destacando as empresas que possuem a certificação emitida pelo PSVA (apenas para Região do Alentejo).
- Membro/Não membro PSVA: Comparativo entre todas as empresas analisadas do RDA relativamente aos aspetos acima mencionados quando membros ou não membros do PSVA.

Cabe aqui ressaltar que a intenção do estudo não foi enumerar quais iniciativas e quais medidas cada uma das empresas tem vindo a adoptar – apesar de que serão feitos alguns comentários sobre as principais medidas encontradas ao longo da discussão - mas sim perceber se há iniciativas e de forma elas se apresentam e se distribuem relativamente à dimensão das empresas e a Região incidente.

Capítulo IV – Desenvolvimento

1. Região Demarcada do Alentejo

1.1. Contextualização histórica e panorama atual

Considerada como uma das melhores regiões vitivinícolas de Portugal na produção de vinhos de qualidade e principalmente DOC (IVV, 2020), a Região Demarcada do Alentejo teve todo seu contexto histórico marcado por oscilações de expansão e declínio devido a guerras, crises e decisões políticas as quais levaram ao limiar dessa cultura na região. As evidências indicam que a produção vitivinícola tenha sido introduzida na região pelos tartessos, aperfeiçoada pelos fenícios e posteriormente pelos gregos, pelo qual a sua presença pode ser confirmada através das inúmeras ânforas encontradas e catalogadas em sítios arqueológicos. Entretanto, foram os romanos os grandes responsáveis pela difusão da cultura da vinha e do vinho, bem como pela intensa e marcante influência na forma de se produzir vinhos, tal facto é observado ainda nos dias de hoje, através de técnicas de produção como em fermentação em talhas de barro (CVRA, 2019).

Com a invasão dos muçulmanos no século VIII, a cultura da vinha foi fortemente negada e taxada a impostos extremamente pesados, sendo praticamente abandonada. Sua retoma ocorre somente após a fundação do reino de Portugal, onde no século XVI, se deu o primeiro apogeu com o surgimento de vinhos marcantes até aos dias hoje, como o caso do Pêra-Manca e vinhos de Évora. Com a crise instaurada pela Guerra da Restauração e posteriormente a criação da Real Companhia Geral de Agricultura pelo Marques de Pombal, os incentivos se voltaram quase exclusivamente à Região do Douro, ficando o Alentejo em situação de abandono. Tal crise se prolonga até o século XIX, quando ocorre a fixação de uma nova geração de produtores na região bem como a descoberta de um vinho branco que viria a receber prêmio de distinção mundial em 1888 na Exposição de Berlim (CRVA, 2019). Em 1895 foi criada a primeira Adega Social de Portugal.

Não tardou para que uma nova crise assolasse a região, desta vez causada por uma sucessão de eventos catastróficos, como a praga da filoxera³⁸, a Primeira Grande Guerra Mundial, bem como sucessivas crises económicas. Para além disso, a região fora submetida

³⁸ Descoberta em 1873 no condado de Sonoma, Califórnia – EUA, a filoxera foi tida como a praga mais devastadora da viticultura mundial (Baughman et al., 2000).

a uma intensa campanha cerealífera³⁹, sendo a vinha levada às zonas marginais e a produção vinícola a quase cair no esquecimento (Madeira & Vale, 2010). Neste período se assistiu a redução de área de vinha plantada, representando o Alentejo apenas 3% da vinha nacional.

Foi no final da década de quarenta, graças ao apoio da Junta Nacional do Vinho⁴⁰, que a viticultura alentejana renasce, como resultado das associações e a cooperação entre os produtores que permitiram que a atividade retomassem o fôlego. Já na década de cinquenta se estabelecem as Adeegas Cooperativas na região, conseguindo dar estrutura ao sector bem como a assistência técnica necessária aos pequenos produtores. Esse espírito de colaboração entre os diversos agentes do sector tornou-se característica intrínseca e marcante da região.

O grande salto no desenvolvimento da viticultura na Região se deu entre os anos 70 e 80, quando produtores, por iniciativa própria, criam associações e revitalizam as cooperativas. É neste período que surge o PROVA (Projeto de Viticultura do Alentejo) em 1977, o qual possibilitou a elaboração de um estatuto de qualidade do vinho alentejano, e da ATEVA (Associação Técnica dos Viticultores do Alentejo), em 1983, responsável pela promoção da cultura da vinha em toda a região.

Há de se destacar que em 1988, como resultado do trabalho do PROVA em cooperação com a ATEVA, foram regulamentadas⁴¹ as primeiras Denominações de Origem Alentejanas e que levou em 1989 a criação da CRVA (Comissão Vitivinícola Regional Alentejana) “uma entidade interprofissional privada, de utilidade pública, que define as linhas estratégicas para a região, bem como as políticas na área da viticultura e da enologia” responsável pela certificação, regulamentação controlo e promoção do vinho alentejano. Para além disso, a adesão de Portugal a CEE e o apoio para reconversão e

³⁹ Com a implementação do Estado Novo, Linhares de Lima lançou a Campanha do Trigo com o objetivo de tornar o Alentejo o “celeiro de Portugal”. Tal campanha proibia de plantação de vinha para fomentar o incentivo da cultura de cereais, destinando as melhores terras para cultura de cereais bem como para produção agropecuária e em contrapartida deixando as terras mais pobres e fracas para as vinhas e oliveais (Read & Barreto, 1989).

⁴⁰ Junta Nacional do Vinho - criada durante o Estado Novo e que mais tarde iria dar origem ao atual Instituto da Vinha e do Vinho (IVV). Este organismo permitiu ao Alentejo, tal como a todas as regiões do país, ter um corpo técnico que garantia assistência à produção vinícola e um correto acompanhamento no fabrico dos vinhos. O fomento proveniente da JNV e os seus técnicos, com uma orientação técnica correta, aliada à capacidade de cooperação dos viticultores alentejanos e às condições de solo e clima do Alentejo, propiciaram o desenvolvimento da vinha na região.

⁴¹ Decreto-Lei n.º 349/88

reestruturação das vinhas proveniente do Programa VITIS⁴² foram responsáveis pelo incremento na evolução da região, sendo o programa responsável por 91% da área plantada na região, desde 2001.

A Região Demarcada do Alentejo, apesar de toda sua trajetória atribulada, possui um rico património cultural e natural e é actualmente uma das mais dinâmicas e inovadoras de Portugal, tendo passado de uma viticultura tradicional e pouco eficiente para uma viticultura moderna e de qualidade.

Com uma superfície que representa mais de um terço do território nacional, a Região Demarcada do Alentejo, coincidente com a área geográfica do Alentejo, estende-se por 31 550,9 Km². A área total de vinha ronda os 23.002 ha (IVV, 2020). Por ser uma área de extensa planície, a ausência de barreiras orográficas impede a condensação e retenção de humidade proveniente do mar, conferindo um clima mais mediterrânico e continental, com inverno chuvoso e verão seco e extremamente quente, muitas horas de exposição solar durante todo o ano e solo pouco fértil⁴³, que influenciam de forma marcante na maturação das uvas (IPMA, 2020). Entretanto, são os poucos acidentes geográficos presentes no Alentejo, responsáveis por configurar e individualizar pequenos microclimas e que dão origem as oito sub-regiões ali encontradas: Portalegre, Borba, Redondo, Vidigueira, Reguengos, Évora, Granja-Amareleja e Moura, conforme indicado na Figura 13.

⁴² VITIS trata-se de um instrumento financeiro voltado ao apoio na reestruturação e reconversão das vinhas, que visa, principalmente, a melhoria do potencial da vinha através de aplicação de novas técnicas de Gestão da vinha, visando a qualidade final do produto para concorrer e expandir mercado (GPP, 2007).

⁴³ Pode-se dizer que, em linhas gerais, o clima do Alentejo não é o ideal para a vitivinicultura. Entretanto, o uso de modernas tecnologias compensou tais dificuldades e permitiu o desenvolvimento de boas videiras e a produção de vinhos de qualidade.

promoção e divulgação da vinho e principalmente pela qualidade do produto e do serviço oferecida em cada garrafa (CRVA, 2020)⁴⁵.

Actualmente a RDA conta com 1941 agentes económicos inscritos na actividade vitivinícola, desde total 339 são produtores, 83 viticultores e 126 viticultor-engarrafadores (IVV, 2021). As empresas de carácter familiar e as empresas privadas são as mais abundantes, podendo ser mais antigas e com mais história do que os pequenos produtores que começaram há relativamente pouco tempo, as Adeias Cooperativas, apesar de se apresentarem em menor quantidade, estão fortemente presentes na região, bem antes da fixação de Quintas e Herdades, sendo estas as grandes extensões e propriedades agrícolas predominantes no sector produtivo. A dimensão das empresas é bem heterogênea, tendo o negócio uma variação de 4 a 100 empregados⁴⁶. O volume de negócios ronda valores entre 100 mil a 20 milhões de euros, o que enquadra as empresas na categoria de PME.

A relevância socioeconómica que o sector vitivinícola do Alentejo representa para região constata-se na dimensão da área de cultivo da vinha, na qualidade dos produtos e de todo o processo produtivo, fruto do elevado nível de conhecimento do corpo técnico, no valor de mercado e volume de negócios e também por ser um pólo gerador da grande maioria dos empregos e da riqueza para região. Para além disso, é referência no sector dos vinhos nacionais, sendo a Região que mais certifica vinhos DOC e possui um vasto e consistente mercado consumidor, com valorização do preço da garrafa. Esse conjunto de fatores fideliza o Alentejo como uma região vitivinícola de excelência em Portugal e no mundo, com uma esmagadora participação de produtores altamente premiados e reconhecidos mundialmente.

1.2. Enoturismo

Relativamente à actividade enoturística no Alentejo, a mesma se apresenta muito recente na Região. Essa actividade é majoritariamente conduzida por um grupo líder de adeias pelas quais contam como actividade principal a indústria do vinho e, geralmente, possuem uma actividade secundária, como retalho, restauração, actividades culturais, artísticas. Destacam-se entre as principais actividades voltadas ao vinho as visitas às adeias e a

⁴⁵Em: https://www.vinhosdoalentejo.pt/media/Documentos/Vinhos_do_Alentejo_-_Facts_Figures_Fev2019Port.pdf

⁴⁶ Não engloba o número de empregados nas Adeias Cooperativas. Há de se destacar que o sector é o maior gerador de postos de trabalho no Alentejo

participação em sala de provas. O perfil do turista que pernoita nas Quintas e Herdades tem vindo a aumentar na região ao longo dos anos, mas ainda é de baixa adesão, sendo, geralmente, visitas de um dia inteiro ou uma tarde. (Lourenço, 2017).

O grande atrativo recai sob a degustação de excelentes vinhos (e também o azeite) produzidos na Região, bem como na visita às adegas modernas ou as adegas da época Romana, as quais faziam uso das ânforas e talhas, e que estão presentes até hoje na cultura Alentejana, sendo um método curioso para actualidade e que atrai muitos visitantes, para além disso, há um grande interesse em conhecer a arquitetura mais moderna que se apresenta nesta Região, conforme Figura 14, ao contrário, por exemplo das Quintas e Herdades com traços mais antigos e tradicionais encontradas na Região dos Vinhos Verdes. O segmento ainda conta com as Rotas dos Vinhos do Alentejo, em funcionamento desde 1997 com três rotas delimitadas.



Figura 14. Quinta do Quetzal, Alentejo.
Fonte: Vinhos do Alentejo⁴⁷, s/d.

Dados do Relatório Anual da CRVA (2020) relevam o forte impacto gerado pela pandemia da COVID-19 no sector pelo que serão expostos os números do antes e pós (durante) a pandemia. Relativamente ao turismo, a Rota dos Vinhos do Alentejo em Évora, receberam em 2020 um total de 1.742 visitas, uma quebra de -74,1% relativamente ao ano de 2019, as provas de vinho também responderam negativamente, com queda de -86,4%. Ao enoturismo e turismo de alojamento, a queda foi de 37% e de 35% em proveitos, mesmo com a adoção das normas de segurança e o selo Safe & Clean, os turistas continua receosos com a exposição, o que é totalmente compreensível num cenário tão atípico e delicado.

⁴⁷ Em: <https://www.vinhosdoalentejo.pt/pt/produtores/quinta-do-quetzal-family-estate/>

Entretanto, o elevado potencial da região para o enoturismo, mesmo diante das adversidades impostas pela pandemia, permitiu a premiação *Top 10 Wine Regions to Visit When Travel Resumes in 2021*. Esta é a nona distinção desde 2014, o que demonstra a importância e o peso que tal actividade tem para com o sector do vinho Alentejano.

1.3. Práticas e Programas de Sustentabilidade – Programa de Sustentabilidade dos Vinhos do Alentejo - PSVA

A Região Demarcada do Alentejo desde sempre apresenta com clima mais quente e seco – a par das demais regiões de Portugal - onde o efeito do stress hídrico é uma realidade e se faz sentir entre os vitivinicultores da Região, principalmente com o agravamento dos impactes das Alterações Climáticas ao longo dos anos, sendo esta área umas das vulneráveis da Europa. Para além disso, a região também sofre com os impactes nas castas, na produção e maturação das uvas e consequentemente na quantidade e qualidade do vinho ali produzido.

Uma vez que o sector vitivinícola é totalmente dependente dos recursos naturais bem como das condições climáticas apropriadas, faz-se necessário adoptar uma postura de proteção e valorização destes ativos por vias de práticas sustentáveis. De forma a estabelecer então ações de mitigação e adaptação às AC e assentado nos valores da entidade para com a Responsabilidade socioeconómica e ambiental, a Comissão Vitivinícola Regional Alentejana criou o Programa de Sustentabilidade dos Vinhos do Alentejo, que consiste hoje, a principal ferramenta para a adoção das boas práticas sustentáveis no Alentejo e se configura como a chave para viabilidade da produção na Região num futuro não tão distante.

Nestes contextos, o Programa de Sustentabilidade dos Vinhos do Alentejo é um Programa pioneiro de Sustentabilidade para o sector vitivinícola a ser implementado em Portugal. Idealizado em 2013 e criado em 2015 pela Comissão Vitivinícola Regional Alentejana (CVRA) em parceria com Universidade de Évora e com o apoio financeiro da União Europeia através do Programa Operacional Regional do Alentejo, o PSVA consiste um programa de adesão gratuita e voluntária. Entre os seus objetivos norteadores, visa fornecer a todos os agentes económicos aderentes, uma poderosa ferramenta de apoio que conjuga as três dimensões da sustentabilidade: económica, social e ambiental, para promoção de boas práticas, através de avaliações dos processos inerentes à produção vitivinícola e recomendações válidas para toda a cadeia produtiva com o propósito final de

melhoria do desempenho nestas três esferas de forma a promover a sustentabilidade e aumentar a competitividade e o reconhecimento dos vinhos da região (Vinhos do Alentejo, 2018).

A criação do PSVA teve como base outros Programas de Sustentabilidade de sucesso existentes no mundo⁴⁸ - em particular com programa da Califórnia, devido à semelhança das condições edafoclimáticas encontradas em ambas as regiões – e, tem como foco principal reduzir e “melhorar” o impacto causado ao ambiente e às comunidades locais, por meio da adoção de boas práticas sustentáveis e da melhoria contínua nos processos, de forma a elevar, ainda mais, a qualidade do vinho produzido no Alentejo. Assim, o Programa tem orientação voltada para: (Vinhos do Alentejo s/d).

- Responder às preocupações sociais
- Reduzir o desperdício de insumos
- Reduzir custos de produção e aumentar a viabilidade econômica
- Incentivar ações contra a pressão ambiental
- Integrar os produtores em uma rede de conhecimento e informações
- Melhorar a qualidade do produto final
- Garantir a durabilidade do negócio
- Aumentar a visibilidade e competitividade do setor mundialmente
- Minimizar riscos e exposições a responsabilidades
- Promover a transparência dentro da cadeia de produção,

Para iniciar o processo de implementação do Programa, é obrigatória a execução de uma autoavaliação com 11 capítulos em uma primeira fase. Esta etapa consiste numa avaliação dos níveis de desempenho da empresa, fornecendo um diagnóstico anual e individual acerca das práticas sustentáveis que são executadas ou não. A metodologia utilizada nesta fase consiste em aplicar e implementar os Capítulos de Intervenção Primária (CIP) de forma a atribuir valores aos 108 critérios estabelecidos nos 11 capítulos.

O resultado final desta etapa consiste na primeira determinação da Categoria Geral de Sustentabilidade em que a empresa se encontra, podendo ser: Pré-inicial, Inicial, Intermédio ou Desenvolvido, conforme indica a Tabela 1.

⁴⁸ Os Programas de Sustentabilidade da Califórnia, África, Nova Zelândia, Chile e Austrália, descritos nas páginas 40 e 41 do Capítulo II deste trabalho.

Tabela 1

Percentagem mínima de transição para Categoria Geral de Sustentabilidade.

CATEGORIA GERAL DE SUSTENTABILIDADE	PONTUAÇÃO	%
Pré Inicial (PI)	≤ 1,8	≤ 45
Inicial (I)	≤ 2,4	≤ 60
Intermédio (Int)	≤ 3,4	≤ 85
Desenvolvido (D)	≥ 3,5	≥ 86

Fonte: Adaptado de Vinhos do Alentejo s/d. Em: <http://sustentabilidade.vinhosdoalentejo.pt/pt/programa-de-sustentabilidade-dos-vinhos-do-alentejo>

Somente após atingir o nível “Desenvolvido” da primeira etapa é que será disponibilizada a segunda etapa de autoavaliação, que conta com mais 7 Capítulos de Intervenção Secundária (CIS) para os membros elegíveis, com 63 critérios a serem pontuados. Ao final do processo, serão 18 capítulos, conforme Tabela 2, e 171 critérios analisados e devidamente computados e será estabelecido um novo valor da Categoria Geral de Sustentabilidade que deverá ser melhorada a cada avaliação anual.

Tabela 2.

Capítulos de Intervenção Primária e Secundária para obtenção da Categoria Geral de Sustentabilidade do PSVA.

CAPÍTULOS DE INTERVENÇÃO PRIMÁRIA	CAPÍTULOS DE INTERVENÇÃO SECUNDÁRIA
Produção Vitícola	Qualidade do vinho
Gestão de Solos	Gestão Sustentável dos Ecossistemas
Gestão de Água na Vinha	Qualidade do Ar
Gestão de Doenças e Pragas na Vinha	Manuseamento e Gestão de Materiais da Produção
Eficiência Energética na Vinha	Opções de Embalamento & Componentes
Gestão de Resíduos na Vinha	Comunidade Envolvente (Comunicação e Envolvimento das Partes Interessadas)
Conservação e Qualidade da Água na Adega	Socio-Economia e Desenvolvimento Regional
Gestão de Resíduos na Adega	
Eficiência Energética na Adega	
Gestão de Doenças e Pragas na Adega	
Recursos Humanos	

Fonte: Adaptado de Vinhos do Alentejo s/d. Em: <http://sustentabilidade.vinhosdoalentejo.pt/pt/programa-de-sustentabilidade-dos-vinhos-do-alentejo>

A autoavaliação realizada nas duas etapas é subdividida em três sectores, sendo: Viticultura, Adega e Viticultura & Adega, onde o primeiro trata da produção de uva, o segundo trata relativamente da produção do vinho, e, o terceiro sector abrange as

operações e integrações relacionadas à produção vitivinícola (PSVA, 2017), conforme pode ser observado na Tabela 3.

Tabela 3.

Categorização dos sectores para autoavaliação do PSVA.

VITICULTURA Produção da UVA	ADEGA Produção do VINHO	VITICULTURA & ADEGA
Produção Vitícola	Conservação e Qualidade da Água na Adega	Qualidade do vinho
Gestão de solos	Gestão de Resíduos na Adega	Gestão Sustentável dos Ecossistemas
Gestão de água na vinha	Eficiência Energética na Adega	Qualidade do Ar
Gestão de Doenças e Pragas na Vinha	Gestão de Doenças e Pragas na Adega	Manuseamento e Gestão de Materiais da Produção
Eficiência Energética na Vinha		Opções de Embalamento & Componentes
Gestão de Resíduos na Vinha		Comunidade Envolvente
		Socio-Economia e Desenvolvimento Regional
		Recursos Humanos

Fonte: Adaptado de Vinhos do Alentejo s/d. Em: <http://sustentabilidade.vinhosdoalentejo.pt/pt/programa-de-sustentabilidade-dos-vinhos-do-alentejo>

Somente após atingir a categoria Final de “Desenvolvido” o membro procederá a uma avaliação de terceira parte em vista do reconhecimento da Sustentabilidade da empresa. Todos os resultados das autoavaliações estão sujeitas a verificação e validação de pessoal interno ao CVRA, além disso, o PSVA deve, obrigatoriamente, ser revisto anualmente, para reconhecer e atestar a garantia de sustentabilidade do processo produtivo e dos serviços. Até ao final de 2020, o nível médio de sustentabilidade dos membros rondava os 2,7 - em uma escala de 1 a 4 pontos – (PSVA, 2020). O objetivo é a melhoria contínua por parte dos produtores, relativamente ao nível dos critérios dos CIP e CIS. O PSVA em seus 18 capítulos, integra práticas de variados programas de certificações nacionais e mundiais, tais como Produção Integrada, Produção Biológica, ISO 14001, Carbon Trust e entre outros.

O PSVA⁴⁹ foi criado com o objetivo de trazer a produção sustentável como um todo, à produção vitivinícola da região do Alentejo e de Portugal, ao trabalhar de forma transversal e integrada, a atividade económica, o tecido laboral e social, e a envolvente ambiental. Mais do que benefícios ecológicos, trazemos à produção

⁴⁹ João Barroso, coordenador do PSVA (2020.09.02). Em: Programa de Sustentabilidade dos Vinhos do Alentejo distinguido pelos Green Projects Awards. Vini Portugal <https://viniportugal.pt/detalhesNoticia?codNoticia=10151>. Acesso em 18.07.2021.

vitivinícola uma visão concertada, que pretende que os mais pequenos e os maiores produtores possam, durante muitos anos, continuar a produzir vinhos de excelente qualidade sem pôr em causa os recursos naturais, a sua viabilidade económica e influenciando, ainda, a mudança de hábitos de cada um dos colaboradores e respetivas famílias (Barroso, 2020).

Em agosto de 2020 o PSVA lançou a certificação de produção sustentável, a qual pode ser solicitada pelos participantes do Programa que estejam no nível “Desenvolvido” de desempenho nos Capítulos de Intervenção Primária e Secundária. Esse certificado atesta a garantia da qualidade dos seus vinhos e serviços e garante uma diferenciação no mercado (Baêta, 2016). São quatro entidades certificadoras trabalhando juntas para desenvolver e garantir o referencial da certificação, ficando aptas as empresas Bureau Veritas, SGS, Certis e Sativa para certificar os membros do PSVA. Foi criado também o selo que atesta e comunica a alcançada certificação⁵⁰

O Programa de Sustentabilidade dos Vinhos do Alentejo foi distinguido em Dezembro de 2020 pela revista inglesa *The Drinks Business Green Awards* na categoria *Amorim Sustainability Award for an Association*, no âmbito de boas práticas e sustentabilidade, sendo a rápida e crescente aderência dos membros ao Programa, bem como o impacto na pegada ambiental com redução de 30% no consumo de energia e 20% no consumo de água, que garantiram tal premiação.

2. Região Demarcada dos Vinhos Verdes

2.1. Contextualização histórica e panorama atual

No vasto território do Noroeste de Portugal, um manto verde e exuberante desce das serras, cobre os vales interiores, prolonga-se pelas planícies e estende-se até ao mar. (...) no horizonte mais vasto da paisagem, o verde impõe-se como a marca maior da identidade de toda a região. (Carvalho, 1997, p.53).

“Vinho Verde” é a designação exclusiva⁵¹ para um vinho que se apresenta ao mundo com características organoléticas únicas, resultante da associação entre o meio físico em que se é produzido, graças ao clima e as condições geográficas encontradas na região

⁵⁰Selo para ser usado na comunicação das embalagens e rótulos de vinho DO e IG. Regas de utilização podem ser consultadas em Manual de Normas – Marca de Certificação PSVA.

⁵¹ A reivindicação da Denominação de Origem “Vinho Verde” foi apresentada à OIV, em Paris (1949) e seu reconhecimento foi dado pela OMPI, em Genebra no ano de 1973. Tal reconhecimento garantiu o direito exclusivo da designação “Vinho Verde” (CRVV, 2011).

juntamente com o fator humano que usa do conhecimento, da cultura e tradição para produzir um vinho a partir de castas autóctones. De cor citrina, aroma intenso, sabor frutado e com frescor e acidez de um vinho jovem, o Vinho Verde assim se reconhece e denomina também pelo verde predominante das serras que compõem a paisagem regional onde é produzido (IVV, 2018). (CVRVV, 2012). Por ser um vinho produzido em uma região específica, trata-se de uma Denominação de Origem Controlada (DOC).

A sua produção fora inicialmente voltada ao consumo local, porém tão brevemente se expandiu para outras regiões de Portugal e não tardou para ser exportado. Há de se ressaltar que os Vinhos Verdes foram dos primeiros vinhos portugueses a cair no conhecimento do mercado europeu, primeiramente através da Inglaterra e Alemanha, por via de exportações da região de Monção, a qual veio ser referência de Vinho Verde (Almeida, 2004). Todavia, as limitações relativamente ao transporte e as comunicações, bem como a rigidez dos mercados fizeram, por algum tempo, este vinho ser uma segunda opção de compra no exterior (CVRVV, 2016). Para além disso, dada as condições climáticas bem como os precários métodos de produção, o vinho verde era demasiado ácido e existia grande dificuldade no seu armazenamento. Por isso mesmo, o consumo era, inicialmente, destinado às pessoas com menos recursos, sendo considerado então, como uma vinha para os camponeses. Nessa época a mais valia era a quantidade do que qualidade (Marques, 1987).

Historicamente, foi somente entre os séculos XI e XIII com a expansão demográfica e económica provenientes da intensificação da mercantilização agrícola e da maior circulação monetária que o Vinho Verde passa a ser visto como fonte de rendimento local⁵². São as instituições religiosas nesse período, as principais impulsionadoras da produção vinícola, uma vez que eram detentoras de grande parcela do património fundiário e o consumo de vinho era considerado parte da dieta dos trabalhadores e monges, bem como elemento fulcral nas celebrações de Eucaristia (Marques, 1987; Almeida, 2004).

Até o fim da década de 70 a região era dominada por pequenos produtores, a rondar os 200 mil, e que em sua grande maioria produzia para o autoconsumo. Nesse período o peso das cooperativas era ínfimo na região⁵³, a contar 5% de total de viticultores

⁵² A região era voltada, principalmente, a produção de cereais e outras leguminosas, ficando a vinha com menor parcela de produção.

⁵³ Relativamente à participação de adegas cooperativas, enquanto na Região do Douro contabilizava 37% e no Dão 41%, por exemplo, a RDVV contava com apenas 8,8%. Até o fim da década de 80 contabilizava 21 adegas cooperativas, sendo metade associada à VERCOOPE - União das Adegas Cooperativas da Região dos Vinhos Verdes (Marques, 1987).

e 10% de toda a produção (Marques, 1987). As Adeegas Cooperativas da RDVV surgiram da ação dos médios e grandes produtores, os quais buscavam maior poder de negociação ao concentrar as suas operações. Passado algum tempo é que se percebe a adesão dos pequenos viticultores com pouca participação nas produções. Vale ressaltar que a maioria dos produtores associados detinham áreas com mais de quatro hectares, o que demonstrava maior capitalização do negócio. A baixa adesão dos pequenos produtores consistia no facto de não suportarem atrasos nos pagamentos, dando preferência a vendas a armazéns por preços inferiores (Marques, 1987). Ainda sim, a grande parcela da produção era proveniente do produtor individual. (76%), mas isso não apresentaria vantagens em termos de qualidade.

A evolução na região se deu alguns anos depois com a mudança do sistema para monocultura, através de explorações mais capitalizadas, as quais teriam maior respaldo e conhecimento técnico produtivo (Almeida, 2004).

A Região Demarcada dos Vinhos Verdes foi criada⁵⁴ em 1908, tendo a sua demarcação geográfica expressa por Lei em 18 de Setembro do mesmo ano; foram estabelecidas, também, as características do que se expressa um Vinho Verde, bem como as regras relativamente à cultura das castas. Entretanto, esse período sucedia um momento de crise pós filoxera, da qual os viticultores saíram extremamente lesados e ansiavam por medidas de escoar a produção e ao mesmo tempo evitar as fraudes que se mostravam com frequência.

Foi nesse cenário de pressão dos sindicatos agrícolas que em 1926 é criada a Comissão de Viticultura da Região dos Vinhos Verdes⁵⁵ (CVRVV) pelo Decreto n.º 12.866, com a função de regular a produção e o comércio dos Vinhos Verdes, fato este que impulsionou grandes progressos relativamente à qualidade do vinho produzido. No ano seguinte à sua criação se dá o alargamento da região que se apresenta na configuração actual, bem como são estabelecidas normas relativamente à produção, comércio e

⁵⁴ A primeira tentativa de criação da RVV data de 1895, mas somente em 1908 é efetivamente estabelecida, tendo seu estatuto próprio e limites definidos apenas em 1929. É reconhecida internacionalmente pela OIV em 1945, porém, seu registo como Denominação de Origem se deu apenas em 1971 (Brochado, XX).

⁵⁵ A Comissão de Viticultura da Região dos Vinhos Verdes (CVRVV) é um organismo que tem por objecto a representação dos interesses das profissões envolvidas na produção e comércio da Denominação de Origem (DO) “Vinho Verde” e da Indicação Geográfica (IG) “Minho”. É também uma entidade certificadora, dotada de competência para certificar e garantir a qualidade e autenticidade dos Vinhos Verdes (CVRVV, s/d)

certificação (Marques, 1987). Porém a sua constituição e atividade só foram reconhecidas⁵⁶ em 1987 pelo Governo (CVRVV, 2019).

A Região dos Vinhos Verdes se estende por 7000km² ao Noroeste de Portugal tendo a sua área coincidente com os limites da Região Vitivinícola do Minho, numa zona conhecida como Entre-Douro-e-Minho (EDM) sendo, geograficamente, a maior região demarcada do país. A presença de montanhas a leste e a sul, bem como do Oceano Atlântico a oeste, constituem uma barreira natural que acaba por delinear as características climáticas da região. A influência de uma vasta rede fluvial existente, da brisa marítima proveniente do Oceano Atlântico e reforçada pelas serras resulta em um clima temperado, particular, diferenciado do restante do país. Caracteriza-se assim por grande humidade relativa, com distribuição irregular de chuvas e forte concentração pluviométrica no inverno (acima dos 1500mm) e um verão mais quente e seco, com temperaturas médias anuais que se traduzem num clima mais ameno e baixa insolação. Tais condições resultam em um solo granítico fértil que foi evoluindo ao longo dos anos e se apresenta hoje com elevada fertilidade e apto para cultivo da vinha.

Devido à sua extensão, a região se configura com diversos microclimas, apresentando predominantemente característica mais Atlântica e menos Mediterrânica. O conjunto de características acima citado, aliado à diversidade cultural bem como os modos de produção praticados na região e entre outros factores que determinam o *terroir* do vinho e que explicam a existência de nove sub-regiões na Região Demarcada dos Vinhos Verdes, sendo elas: Monção e Melgaço, Lima, Cávado, Ave, Sousa, Basto, Amarante, Baião e Paiva (CRVV, 2012), conforme indicado na Figura 15.

⁵⁶ "Em 1987, por força do Decreto-Lei n.º 104/87, de 6 de Março, o Governo vem reconhecer a constituição e a atividade da CVRVV, considerando-a como associação regional, pessoa coletiva de direito privado e utilidade pública, para efeitos do disposto na Lei-quadro das regiões demarcadas vitivinícolas (Lei n.º 8/85, de 4 de Junho)" (CVRVV, 2019, p.6).



Figura 15. Região Demarcada dos Vinhos Verdes
Fonte: Adaptado de Winetocircle, s/d.

No tocante ao sistema agrário existente na região, nota-se que fora praticamente inalterado até ao fim do século XX, de forma que ainda podem ser encontradas formas de cultura da vinha de séculos atrás. As empresas familiares são as mais abundantes, podendo ser mais antigas e com mais história do que os pequenos produtores que começaram há relativamente pouco tempo; há alguma presença de áreas maiores, mas nada que se equipare aos grandes latifúndios do Sul.

Entretanto, com a adesão de Portugal a UE, o perfil da RDVV passou por grandes alterações, sendo a busca por mais qualidade do vinho produzido por parte do produtor a motivação para abandonar um perfil conservador e adotar uma postura mais empresarial. Houve grande investimento e especialização cultural por parte daqueles que se mostraram realmente interessados em expandir os seus negócios e vender um vinho digno das características que lhe são peculiares. Aqueles que não puderam acompanhar tal processo de transformação e desenvolvimento do processo produtivo foram levados ao abandono. Por vias, esse facto se mostrou essencial para que houvesse o crescimento de uma

viticultura de qualidade, composta por viticultores interessados em aplicar melhorias para produção do vinho (Leme, 2017).

O cenário hoje na RDVV é de pleno investimento na internacionalização do Vinho Verde, independentemente do porte ou grau de maturidade das empresas vitícolas, uma vez que tem se mostrado promissor e potencialmente vantajoso para escoar seus produtos. A expansão do mercado dos Vinhos Verdes tem vindo a resultar em novas explorações vitícolas e na modernização dos vinhedos existentes, de modo a refletir na modificação da paisagem, regional, substituindo uma parcela das formas tradicionais, bem como trazendo alterações na estrutura e economia social (Magalhães, 2015).

Relativamente aos dados estatísticos⁵⁷ da Região dos Vinhos Verdes, em 2021 somam-se 6426 agentes económicos, dentre os quais 1889 são vitivinicultores, 948 vitivinicultor-engarrafadores e 566 produtores em uma área de 21 mil hectares de vinha, o que corresponde cerca de 20% da área total vitícola portuguesa, sendo umas das duas maiores áreas do país, a par do Alentejo. Entretanto, somente sete entidades produtoras da região possuem áreas superiores a 50 hectares, 35% das propriedades possuem entre 1 e 5 hectares (IVV, 2021). De acordo com o IVV⁵⁸, existem 15 Adeegas Cooperativas ativas actualmente. A produção de vinho na RDVV é distribuída em 86% de vinhos brancos, 6% de vinho tinto e 8% de vinho rose, e em 2020 rondou os 848 milhões de litros, onde 36% deste total foram exportados. As exportações equivalem a 55% das vendas no sector, com facturamento de 73 milhões de euros em 2020, 10,6% a mais que o ano anterior, o que representa o segundo lugar de vendas, a par da Região do Douro (CVRVV, 2021).

2.2. Enoturismo

Quando se fala de Vinhos Verdes, uma das principais características associadas à Região está na presença de Quintas e casas solarengas, que carregam – além da beleza estrutural – uma história, um património e um legado cultural muito forte e de extremo valor para a região. Um dos exemplos dessa arquitetura é a Quinta da Aveleda, conforme Figura 16 e que ilustra bem esse tipo de arquitectura. O tipo de propriedade agrícola encontrada na RDVV é predominantemente de pequena dimensão, constituindo assim um domínio de minifúndios. Neste sentido, a necessidade de se criar actividades complementares como atrativo, aliada a propriedade representam uma mais valia para

⁵⁷ Consultado em CVRVV, 2021. Fonte Eurostat/INE.

⁵⁸ Informação cedida por e-mail

expansão de mercado a esses proprietários. É neste contexto que a importância do enoturismo na RDVV se faz perceber.



Figura 16. Quinta da Aveleda, Vinhos Verdes.

Fonte: Acervo próprio.

Essa expansão mercadológica propiciada pelo enoturismo possibilitou a abertura de novas frentes para o comércio do Vinho Verde, de forma que a CVRVV consciente do potencial económico e social criou – com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento do turismo sustentável da RDVV – a chamada Rota dos Vinhos Verdes⁵⁹. Essa actividade possibilita ao consumidor experienciar de todo o processo produtivo do vinho, gerando uma maior integração com a paisagem natural onde está inserida a vinha e com o saber e a cultura local.

O mais curioso é que esta herança histórica e cultural surge frequentemente associada – na atualidade económica e turística, felizmente, cada vez mais – a casas que decidiram apostar na vitivinicultura como forma de valorizarem os seus ativos e de captarem turistas. (Marques & Marques, 2017, p.110).

Marques e Marques (2017), dizem que a “casa” para o enoturismo na RDVV não se traduz apenas no sentido literal da palavra. Casa engloba três importantes dimensões – memória, família e habitat - que compõem tal património. Memória – como parte do aproveitamento turístico para absorver os ensinamentos acerca da cultura local; Família – a

⁵⁹ “A “Rota dos Vinhos Verdes”, adiante designada “Rota”, é um produto enoturístico que integra num mesmo conceito temático os recursos e os serviços turísticos da Região Demarcada dos Vinhos Verdes, sustentados na sua autenticidade, com o fim de construir um produto com a identidade própria do destino, que facilitará a comercialização conjunta de toda a Região Demarcada, impulsionando assim o seu desenvolvimento económico-social. A “Rota dos Vinhos Verdes” é também uma marca registada junto do Instituto Nacional da Propriedade Industrial sob o número 315057, em nome da Comissão de Viticultura da Região dos Vinhos Verdes” (MRVV, 2019, p.2).

base, a que constrói e edifica uma cultura e um legado, e por fim, Habitat – é o legado, a autenticidade única e particular deste conjunto. Assim, como Marques e Marques (2017, p.112) ao citar Araújo (2001) exprime em suas palavras:

Por *Casa*, entenda-se não apenas o espaço físico, mas também a dimensão do seu espaço social e afetivo: o *terroir* onde a Família, como entidade instituidora, é capaz de desenvolver uma missão e de preparar a geração seguinte na administração dos negócios e do ‘nome’ e prestígio que acompanha essa mesma herança.

O Clube de Produtores de Monovarietais de Vinho Verde (VVCMP) juntamente com uma rede de quintas intencionam criar o projeto “ENOTOUR – Promoção do Turismo Sustentável dos Vinhos Verdes e do Alvarinho de Monção e Melgaço”. O objetivo é aliar o enoturismo e o turismo sustentável às tradições culturais e gastronómicas da região, incentivando as boas práticas ambientais tanto nas quintas quanto nas actividades relacionadas ao turismo, de forma a direccionar para as práticas de sustentabilidade ambiental, social e económica. Para além disso, é prevista a criação de uma plataforma digital de carácter colaborativo, que reunirá diversos conteúdos de forma a interligar tecnologia à história e cultura local, e apresentar informações e índices de sustentabilidade, como pegada hídrica e carbónica das quintas e medidas adoptadas (Publitoris 2019; PressPoint, 2019). O que demonstra a importância que o enoturismo tem para com o desenvolvimento sustentável no sector da vinha.

2.3. Práticas e Programas de Sustentabilidade

A Região Demarcada dos Vinhos Verdes, conforme demonstrado anteriormente apresenta um clima mais húmido, influenciado pela brisa marítima e pela vasta rede fluvial existente na região. É previsto para a região, face ao advento das Alterações Climáticas, um aumento de temperatura e diminuição branda da pluviosidade média anual, o que para a actividade vitivinícola vem a ser um ponto favorável, pois a temperatura poderá atingir o patamar ideal para maturação da uva. Entretanto, apesar de ser visto como um “benefício” para a Região no que toca a vitivinicultura, os efeitos das AC são nocivos e exigem maiores atenções.

Apesar de ser uma das maiores e mais antigas áreas de vinha em Portugal e abarcar uma boa parcela de mercado nacional e internacional, a Região Demarcada dos Vinhos

Verdes até ao presente momento não conta com um Programa de Sustentabilidade por via da Comissão de Viticultura da Região dos Vinhos Verdes. Entretanto, no decorrer da produção do presente trabalho, a CVRVV anunciou a recém-elaborada Estratégia de Sustentabilidade dos Vinhos Verdes⁶⁰.

Sob o lema “Defender o verde que é nosso” o programa seria lançado em 2020, mas devido ao advento da pandemia da COVID-19 teve de ser adiado, sendo apresentado ao público somente em Maio de 2021, por vias de uma sessão pública *online* que contou com a presença de importantes nomes de Programas de Sustentabilidade⁶¹.

Essa Estratégia assentará sobre os três pilares da sustentabilidade: economia, sociedade e ambiente e está a ser desenhada para ter uma metodologia que vá de encontro às necessidades dessas três esferas. Para além disso, essa estratégia também visa responder à tendência e à pressão do mercado externo por uma postura mais “verde”, de forma a valorizar a região e o produto (CVRVV, 2021). Ainda não se tem acesso a maiores informações de como será estruturado o projecto, pois, nesta primeira fase a CVRVV está a aplicar inquéritos a todos os agentes económicos da região de forma a mapear a actual situação do produtor e da produção e assim obter um diagnóstico que será a base para delinear as ações e os objetivos do programa.

Entretanto, apesar de a Comissão Vitivinícola não possuir efetivamente um Programa de Sustentabilidade, algumas das empresas de maior renome da Região, por iniciativa própria, participam ativamente de ações, grupos ou projectos de combate aos efeitos das Alterações Climáticas, como é o caso da Adega Cooperativa de Monção, Quinta da Aveleda, Quinta de Soalheiro, Casa de Cello e Valados de Melgaço, que actualmente são membros do *Porto Protocol*.

A Fundação *The Porto Protocol*, idealizada e criada pela empresa Taylor's, é uma Fundação Corporativa Sem Fins Lucrativos, na qual os membros assumem o compromisso de agir em prol ao combate e mitigação às Alterações Climáticas. Essa Fundação surge como uma ferramenta onde os membros podem ter a liderança nas ações de sustentabilidade, sendo os principais objetivos:

- Promover a comunicação e a disseminação de conhecimento e de boas práticas entre os membros em vista ao combate às Alterações Climáticas

⁶⁰ Em: <https://www.vinhoverde.pt/pt/noticias/apresentacao-publica-da-estrategia-de-sustentabilidade-para-a-regiao-dos-vinhos-verdes>

⁶¹ Mais informações em: <https://www.portoprotocol.com/>.

- Desenvolver, compartilhar, divulgar ferramentas e ideias inovadoras para o sector
- Incentivar o debate e explorar novos conceitos acerca da temática das AC
- Apoiar as empresas para serem líderes em ações de combate às Alterações Climáticas

Os membros do *Porto Protocol*, em contrapartida deverão: i) Orientar as atividades pelos princípios das boas práticas ambientais, ii) promover princípios que caracterizam as boas práticas ambientais, iii) buscar identificar oportunidades de cooperação com outros membros do *Porto Protocol* e com entidades externas relativamente as ações de combate às Mudanças Climáticas, iv) executar projetos orientados para a sustentabilidade da organização, v) divulgar boas práticas e estudos de caso para a plataforma do Programa, vi) participar nas iniciativas promovidas pela *Climate Change Leadership Porto* em apoio ao Programa, vii) relatar publicamente sobre o desempenho de desenvolvimento (*Porto Protocol*, s/d).

Capítulo V - Resultados e Discussão

Após enquadramento histórico e enumeração das principais características das Regiões Demarcadas do Alentejo e dos Vinhos Verdes no que tange à actividade vitivinícola, serão apresentados e discutidos a seguir, os parâmetros e os respetivos resultados das amostras das empresas analisadas. Para consulta dos dados levantados para realização deste presente trabalho, consultar o Anexo I.

1. Dimensão das Empresas

Alguns autores abordam a questão da dimensão das empresas e sua relação com a adoção de práticas de sustentabilidade. Akoorie et al. (2010) em seu estudo realizado com produtores de vinho da Nova Zelândia com uma amostra de 75% de micro produtores, afirmam que a dimensão em si não seja um factor relevante para adoção de práticas de sustentabilidade, mas sim a ligação sentimental e a importância que o produtor dá a terra. Knowles, (1999) afirma ainda que empresas de micro e pequeno porte podem não conseguir acompanhar a legislação ambiental pelo facto de possuírem limitações financeiras.

Por vias contrárias, Hamann, et al. (2017), acreditam que são justamente as pequenas empresas as mais preocupadas com a promoção da sustentabilidade no negócio, demonstrando assim maiores esforços para aplicação de boas práticas no seu processo produtivo. Nesta sentido, Costa et al. (2016) dizem que as empresas de micro e pequena dimensão estão aderindo cada vez mais ao enoturismo como actividade complementar e que tal actividade é favorecida quando a natureza envolvente é preservada, despertando assim o interesse em adoptar medias de sustentabilidade. Gabzdylova, Raffensperger e Castka (2009) acrescentam que a dimensão é uma mais valia, onde a empresa assume uma postura ambientalmente ética, com vistas a se tornar líder, referência de qualidade no produto, porque acreditam que ser pró-ativo em ações de sustentabilidade traz boa reputação e imagem, de modo a expandir o acesso a mercados nacionais e internacionais.

Assim, para a realização do presente estudo, as 523 empresas analisadas foram agrupadas conforme a sua dimensão (indicadas na Tabela 4) tomando por base a variável “volume de negócios” de modo a perceber se existe ou não a relação entre dimensão e adopção de práticas e ações para a sustentabilidade.

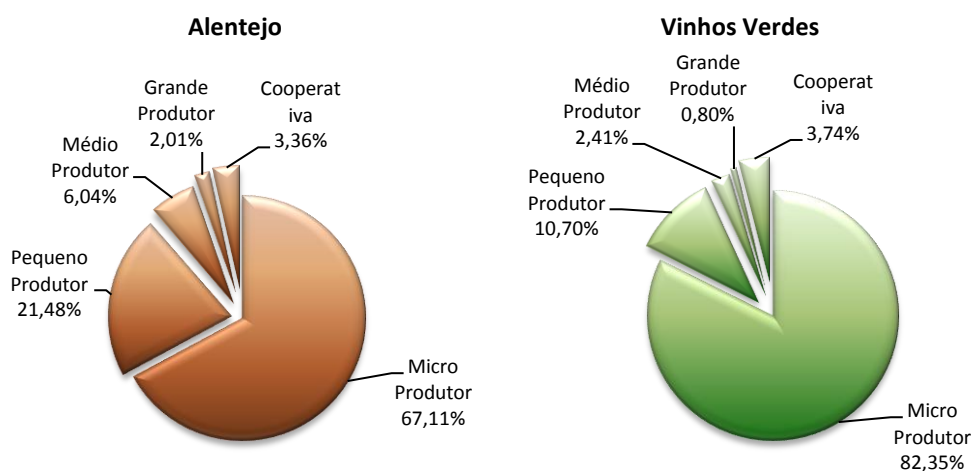
Tabela 4.

Uníverson de amostragem.

Dimensão	Número de empresas por dimensão	
	Região Demarcada do Alentejo	Região Demarcada dos Vinhos Verdes
Micro Porte	100	308
Pequeno Porte	32	40
Médio Porte	9	9
Grande Porte	3	3
Cooperativa	5	14
Total	149	374

Fonte: Elaborado pela autora.

Uma das características da actividade vitivinícola mundial reside no facto de ser altamente concentrada, relativamente ao volume produzido, com um pequeno número de adegas responsáveis por grande parte da produção, e ao mesmo tempo, é uma actividade altamente fragmentada, apresentando um número elevado de micro produções. Relativamente às Regiões Demarcadas do Alentejo e dos Vinhos Verdes analisadas é possível verificar que tal característica se apresenta no tecido produtivo conforme a Figura 17.

**Figura 17.** Distribuição das empresas da RDA e RDVV por dimensão.

Fonte: Elaborado pela autora.

Relativamente à RDVV a esmagadora percentagem de empresas de micro porte corrobora o contexto histórico da evolução das propriedades em Portugal, onde, enquanto no Sul havia uma maior expressão de grandes latifúndios, o norte era dominado por pequenas parcelas. Este cenário ainda é visto nos dias actuais. A participação de grandes produtores RDVV acaba por ser ínfimo. De acordo com dados do Banco de Portugal, as

PME são responsáveis por 1 mil milhões de euros de valor gerado, ao passo em que as micro empresas, apesar de serem a grande maioria, são responsáveis por apenas 131 milhões de euros, as empresas de grande porte são responsáveis pelo valor gerado na ordem de 309 milhões.

Existem actualmente 15 Adeias Cooperativas ativas da RDVV, responsáveis pela produção⁶² de 177.305hl em 2020, desse total, três Adeias se apresentam com maiores expressões, com 83% do volume produzido: “Adeia Cooperativa de Felgueiras” (Sub-Região de Sousa): 4500 produtores e produção de 54.093hl; “Adeia Cooperativa de Monção” (Sub-Região de Monção e Melgaço): 1720 produtores e produção de 52.662hl; “Adeia Cooperativa de Ponte de Lima” (Sub-Região de Lima): 2000 produtores e produção de 39.644hl.

O Alentejo apresenta-se com maior expressão de empresas de micro porte, entretanto, há uma maior expressão do médio e grande porte relativamente a RDVV. Esse facto pode ser explicado pela presença de grandes propriedades que produzem mais e assim apresentam maior volume de negócio. Para além disso, há um maior valor agregado ao produto, onde o Alentejo possui maior número de empresas produzindo vinhos *Premium* e *Super Premium*. Relativamente às Adeias Cooperativas, existem actualmente cinco ativas na região, com a distribuição entre 200 a 800 colaboradores.

2. Exportação

Observa-se na Figura 18 que a dimensão impacta directamente na actividade de exportação apresentando, entre as empresas analisadas, maior expressão nas de Médio e Grande porte, sendo que, na RDA todas as empresas destas categorias realizam exportação. Além disso, proporcionalmente, há muito mais Cooperativas na RDA que exportam os seus vinhos quando comparado com a RDVV. Percebem-se também a baixa aderência das empresas de Micro porte relativamente à exportação em ambas as regiões.

⁶² Dados obtidos pelo IVV, contacto por email.

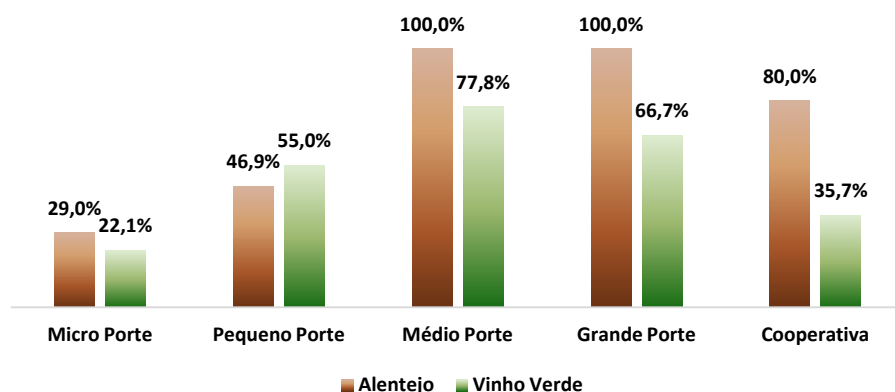


Figura 18. Percentual de empresas com exportação por dimensão.
Fonte: Elaborado pela autora.

Foi observada durante a compilação destes resultados uma forte correlação entre exportação/premiação em ambas as regiões, onde na RDVV 97% das empresas que exportam os seus vinhos possuem prémios, já na RDA essa correlação é de 98%. Outro parâmetro que apresenta correlação com a exportação é o enoturismo, principalmente na RDA, onde 87% dos exportadores também praticam actividades de enoturismo, enquanto que na RDVV essa correlação é de 64%.

3. Prémios

Um vinho premiado indica o reconhecimento de excelência na categoria analisada, seja ela qual for. Para o produtor, ter um vinho premiado pode refletir numa maior probabilidade de aumentar a venda do seu produto, já na percepção do consumidor, um vinho premiado vem a indicar maior qualidade, influenciando na compra final (Baptista, 2016).

De todas as empresas analisadas na RDA, 75% possuem ao menos um vinho premiado, enquanto que na RDVV essa percentagem é de 61%. Tal facto pode ser observado pelo alto percentual de empresas com vinhos premiados em todas as dimensões, como ilustra a Figura 19. Essa tendência se observa também entre as Adeegas Cooperativas. É interessante salientar que mesmo as empresas de micro dimensão apresentam grande relevância no mercado de vinhos premiados. A RDA é a região que mais certifica vinho DOC, sendo esse um dos factores que influenciam a existência uma grande percentagem de empresas detentoras de prémios.

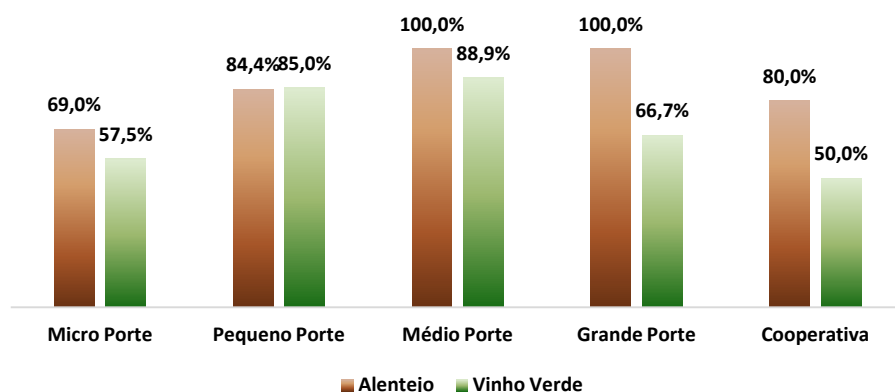


Figura 19. Percentual de empresas com prêmios por dimensão.
Fonte: Elaborado pela autora.

4. Enoturismo

O Enoturismo como atividade complementar à fileira vitivinícola alia os aspetos da cultura do vinho ao turismo, tem recebido maior atenção nos últimos anos, não apenas para as adegas, como também para os órgãos públicos uma vez que além de promover o turismo, agregam valor às regiões vitivinícolas (Baird, Hall & Castka, 2018). Essa atividade possibilita transformar um produto em uma experiência, funcionando como uma ferramenta de dinamização da economia (Howley, van Westering, 2008). Ela também se mostra aberta a uma cultura de inovação e pode representar uma estratégia para melhorias na própria empresa. Também se apresenta como uma importante ferramenta para impulsionar o desenvolvimento local e regional de forma a dinamizar cultural e socialmente as regiões em que se inserem. Para além disso, contribui para minimizar os impactos ao meio ambiente provenientes da vitivinicultura, uma vez que há um fomento à promoção e à implementação de melhores práticas em todo o processo produtivo do vinho (Vaz, 2008). Quando se observa o papel do enoturismo para as empresas, Vaz (2008) cita que, enquanto para o pequeno produtor essa atividade pode representar uma forma de escoamento de toda sua produção, para o grande produtor já surge como uma mais valia, aumentando a visibilidade do negócio e fidelização da marca.

No tocante ao enoturismo em Portugal, sua promoção e comercialização são resultantes, na maioria das vezes, de esforço e iniciativa particular de cada empresa. Essa actividade não se apresenta da mesma maneira nem com o mesmo grau de desenvolvimento e importância entre as Regiões Vitivinícolas, um dos principais motivos

assenta nas diferenças existentes entre essas regiões, em questões económicas, sociais, culturais e paisagísticas (Vaz, 2008). Neste ponto, tal como Vaz (2008) diz, “O Enoturismo em Portugal passa por perceber a lógica de divisão territorial da actividade vitivinícola, já que esta integra realidades distintas” (p. 340). Configurando-se como uma das modalidades do enoturismo, as chamadas Rotas dos Vinhos praticadas em Portugal desde 1994 contribuem para o desenvolvimento regional, ao passo em que constituem polos catalisadores das regiões vitícolas e estimulam o potencial turístico, gastronómico, cultural social das comunidades locais. Geralmente gerenciadas e dinamizadas pelas Comissões Vitivinícolas, essa modalidade turística acaba por ser uma aliada na diversificação das actividades dentro do sector do vinho. As Rotas assemelham-se ao “turismo de rotas” por assim apresentar “rotas” ou “circuitos” a se percorrer com um determinado tema sempre obedecendo a um tema principal.

Relativamente às regiões analisadas, percebe-se em ambas uma grande aderência das empresas na actividade enoturística, com maior expressão na RDA. Vale destacar neste caso a grande aderência das empresas de Micro porte. Para esta categoria, tal actividade representa uma oportunidade de diversificar a fonte de rendimento que não apenas na venda produção do vinho. Muitas vezes, para essas empresas, o enoturismo é uma oportunidade para escoar toda sua produção. Como observado na Figura 20, neste caso, o porte das empresas não representa grande relevância para ocorrência ou não da actividade, estando o enoturismo fortemente presente em todas as dimensões das empresas analisadas em ambas as regiões. Esse tipo de resultado releva o quão importante e o quão presente é esta actividade para as regiões vitivinícolas.

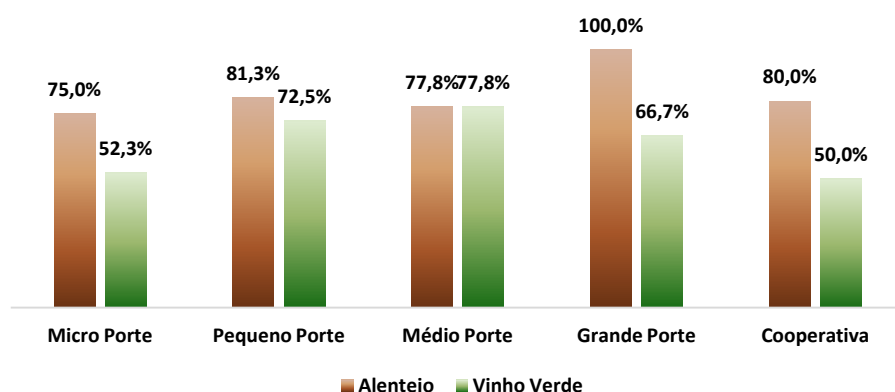


Figura 20. Percentual de empresas com actividades de enoturismo por dimensão.
Fonte: Elaborado pela autora.

Um facto interessante observado neste parâmetro, é a forte correlação entre enoturismo/prémio, onde na RDA 83% das empresas que realizam enoturismo possuem algum prémio, para a RDVV esse valor ronda os 80% de empresas com algum prémio. Outro parâmetro com certa correlação observada foi entre enoturismo/boas práticas de sustentabilidade, onde, na RDA 24% das empresas que realizam o enoturismo tem algum tipo de ação de sustentabilidade. Para a RDVV esse valor é de 19%.

5. Certificação

De acordo com Ramos (2016), certificar algo significa confirmar sua veracidade, garantir sua qualidade e credibilidade, guiada por normas e políticas provenientes da autoridade certificadora. O valor e a importância dada a uma certificação pode ser entendido pelo consumidor, como uma mais valia ao adquirir um produto, processo serviço ou sistema que estão em conformidade legal. Com a indústria da vinha acontece a mesma coisa: as castas, as técnicas utilizadas, a região produtora e toda e qualquer atividade relacionada ao vinho apresentam uma garantia e uma mais valia quando certificadas. E, para os agentes económicos representa uma das actividades mais visíveis para decisão de investimento e transações comerciais. Actualmente, as certificações relacionadas à questão da sustentabilidade ambiental ganharam maior importância por parte de uma sociedade que impõe uma pressão para atitudes mais verdes, principalmente num cenário de AC e impactos iminente. Tais certificações englobam as dimensões económica, social e ambiental, de forma que, quando atestadas confirmam a qualidade do que está a ser oferecido, garantindo assim, qualidade em todas as esferas envolvidas. Listadas abaixo estão algumas das principais certificações utilizadas na vitivinicultura:

- Denominação de Origem Controlada (DOC) – atesta a origem e a qualidade do vinho que é produzido em uma determinada região. Tal certificação garante também a proteção do *terroir*, de modo a preservar a cultura e os saberes tradicionais ligados à elaboração do vinho.
- Produção Integrada – fundamenta-se sob duas dimensões, sendo elas a ecológica onde se procura trabalhar com o equilíbrio biológico e a económica pelo uso reduzido de tratamentos químicos (o que reduz custos), e que conferem assim melhor qualidade do produto e consequentemente promove a proteção dos solos e do ambiente.

- Produção Biológica – de responsabilidade às entidades locais e Comissões Vitivinícolas locais, essa certificação atesta a produção de um vinho com elevada qualidade, respeitando práticas culturais e sustentáveis que garantem o equilíbrio de todo o ecossistema. É estabelecida uma gama de normas e exigências de forma a garantir o não uso de insumos químicos.

- Produção Biodinâmica – com certificação exclusiva Demeter⁶³, a produção biodinâmica traz consigo as características de um vinho biológico e também leva em consideração as forças atuantes do universo e do meio ambiente e promove o equilíbrio do ecossistema.

- HACCP, IFS, BRC Food, ISO 22000 – certificações obtidas para atestar a qualidade e segurança alimentar.

- ISO – engloba um conjunto de certificações de qualidade, gestão, questões ambientais, etc., e que possuem como objetivo a melhoria contínua e o desenvolvimento e aperfeiçoamento dos processos internos. Há de se destacar a ISO 9001, voltada para o Sistema de Gestão de Qualidade (SGQ), ISO 14001 estabelece diretrizes para implementação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA) para organização e/ou produto.

- Sistema B - a Certificação B Corp é a única certificação que mede todo o desempenho social e ambiental de uma empresa. O sistema B é um movimento que pretende disseminar um desenvolvimento sustentável e equitativo através da certificação de empresas no âmbito global. Toda a empresa do sistema B possui como objetivo solucionar problemas socioambientais. Este selo não avalia apenas um produto ou serviço; avalia o impacto geral positivo da empresa que está por trás dele. Representa a melhoria contínua com propósito socioambiental no centro de seus negócios através de métricas para as cinco áreas da empresa: Gestão, Trabalhadores, Clientes, Comunidade e Ambiente de forma a identificar todos os possíveis pontos de melhoria e oportunidades para ser um agente de mudança na economia.

Knowles, (1999), afirma em sua pesquisa, que empresas de micro e pequeno porte apresentam dificuldades em adotar certificações, principalmente a ISO14001, devido a quatro principais motivos: incompatibilidades e diferenças de gestão informal dessas empresas ao que é exigido pela ISO, falta de recursos, falta de necessidade e o desconhecimento da existência da certificação. Entretanto as empresas de grande porte

⁶³ Certificadora oficial e exclusiva para produção Biodinâmica. Em: http://www.organicStandard.com.ua/files/Standard/en/demeter/st_wine_e08.pdf

além de necessitar de selos para alçar mercados internacionais, também usam desta “mais valia” como marketing de valorização da marca, para além disso, certificam o seu negócio por fim de gestão de risco ambiental.

Relativamente às regiões analisadas neste presente trabalho, dentre as 150 empresas da RDA, 23 apresentam alguma certificação, sendo 39% com ISO 9001, 23% com alguma certificação relativa à segurança alimentar, 35% são certificadas com a ISO14001. Há de se destacar nesta região a empresa a Symington, única empresa (dentre as duas regiões) que detém o selo B Corp. A “CARMIM” foi a primeira empresa do ramo do vinho a receber a tripla certificação NP EN ISO 9001, NP EN ISO14001 e NP EN ISO 22000 em Portugal. A ACV detém certificação pela produção de vinho em talha. Para além disso, a empresa Esporão apresenta uma das maiores produções biológicas certificadas do mundo. Já relativamente a RDVV, das 375 empresas analisadas, 43 possuem alguma certificação, sendo 43% ISO9001, 19% com certificação de Produção Integrada, 11% Biodinâmica e 10% Biológica, há de se destacar que esta região possui mais certificações de PME Líder - a “Quinta de Melgaço” foi a 1ª adega portuguesa certificada com ISO 22000: 2005 (Gestão de Segurança Alimentar) e o “Grupo Aveleda” possui ISO 9001, ISO 14001, ISO 22000, ISO 50001.

Como observado na Figura 21 existe maior aderência às certificações quanto maior a dimensão da empresa, salvo exceção das empresas da RDVV de grande porte, nestas observa-se a baixa aderência à certificação. Relativamente às Adeegas Cooperativas, não se observam diferenças significativas entre as regiões, com média/baixa aderência às certificações.

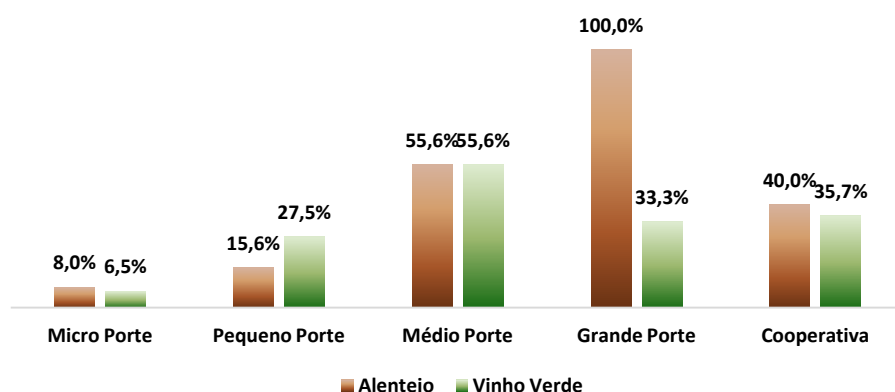


Figura 21. Percentual de empresas com certificação por dimensão.
Fonte: Elaborado pela autora.

6. Boas práticas / Responsabilidade Social

Um dos três pilares para o Desenvolvimento Sustentável é a dimensão social. Ela é o capital humano que está associado às atividades dentro do sector, não apenas internamente, mas abrange também, fornecedores, parceiros, consumidores e as comunidades locais. Quando se fala em responsabilidade social, Dahlsrud (2008) conclui que existe um conceito totalmente definido, uma vez que acaba por ser socialmente construído. Entretanto, de acordo com a Comissão Europeia (2002), a responsabilidade social é a tomada de ações voluntárias por parte das empresas de forma a não apenas cumprir obrigações legais com a sociedade, mas também investir no capital humano, no ambiente e investir para que haja qualidade nas interações. Flores (2018) acrescenta ainda que o pilar social diz respeito à história, ao património cultural, e que nesta vertente, engloba também o enoturismo. Santiago-Brown et al. (2015) dizem que, embora não se possa usar uma definição única acerca dos conceitos de sustentabilidade, o pilar social pode ser aferido através da retenção dos trabalhadores, da transmissão de conhecimento, do incentivo à inovação, no fornecimento de um ambiente de trabalho saudável e na promoção de qualidade de vida para as comunidades que vivem no entorno dos empreendimentos e que, ou dependem das actividades ou são afetadas por elas.

Ao observar este parâmetro, percebe-se pela Figura 22 a grande influência que o porte da empresa tem sobre a adoção de práticas de responsabilidade social, havendo uma ínfima parcela de empresas de micro porte a adotar alguma medida de boas práticas sociais.

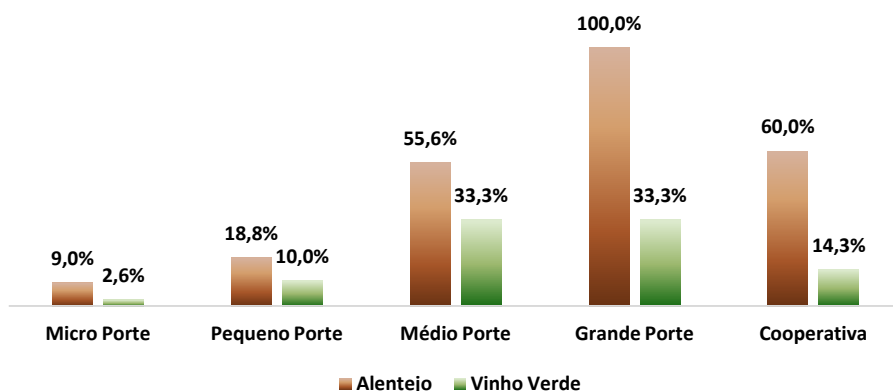


Figura 22. Percentual de empresas com Responsabilidade social/ Boas práticas.
Fonte: Elaborado pela autora.

No geral, a RDVV apresenta baixa adesão em todas as dimensões, sendo um ponto crítico o resultado da baixa participação das Adeegas Cooperativas, enquanto que na RDA é perceptível que a adoção de boas práticas sociais aumenta juntamente com o porte.

Entre alguns exemplos relevantes na RDVV, a empresa “Vinhos Norte” a qual detém o selo NP EN ISO 9001:2000 (SGQ) recebeu o Prémio de Responsabilidade Social (Ourense - 2006), por criar e adaptar seus rótulos para leitura em braile. Outro destaque vai para a “Sogrape”, umas das maiores empresas de renome na área do vinho, participa do Programa Porto de Futuro⁶⁴, um programa pioneiro de educação estabelecido por empresas e escolas visando promover o desenvolvimento educacional e profissional; também presta auxílio ao Banco Alimentar contra a Fome. O “Grupo Aveleda”, para além de possuir uma série de certificações, deseja divulgar brevemente o Relatório de Responsabilidade Social. A “Soalheiro” é membro do Clube de Produtores de Monovarietais de Vinho Verde (VVCMP), onde contribui para criação e execução de planos de desenvolvimento técnico económico-social da região, promovendo o desenvolvimento pessoal, psicológico e profissional de seus membros e fornecedores.

Relativamente a RDA, dentre os muitos exemplos de empresas que adotam as boas práticas sociais, podemos citar a “Fundação Eugénio de Almeida⁶⁵”, uma Instituição de direito privado e utilidade pública detentora da renomada marca “Cartuxa”. Com atuação nos domínios social, cultural, educativo e espiritual visando o desenvolvimento humano pleno, integral e sustentável, a Fundação possui diversas vertentes de actuação, como, bolsas de estudo, voluntariado, centro de inovação e desenvolvimento social e entre outros. Já a “Fundação Abreu Calado” presta assistência social, com actividades de formação para jovens e idosos. A “Adega CARMIM” maior adega do Alentejo e um dos principais motores no desenvolvimento da região que se insere (Reguengos de Monsaraz) realiza um inovador projeto de responsabilidade social onde contribui para o desenvolvimento de pessoas com baixo recurso financeiro, fornecendo suporte à saúde, educação, emprego e fornece capacitações a toda a sua rede de colaboradores, em diversificadas áreas.

⁶⁴ <https://www.cm-porto.pt/programas-e-projetos/porto-de-futuro>

⁶⁵ <https://www.fea.pt/home>

7. Boas práticas / Sustentabilidade

De Steur et al. (2019) em sua pesquisa, listam uma série de factores que levam uma empresa a adotar práticas de sustentabilidade, categorizando entre factores internos e externos. Entre os primeiros, podemos citar: ética, proteção aos produtos regionais, redução da poluição, do uso de recursos naturais e a pegada de carbono, proteção à biodiversidade e a paisagem natural, melhoria na qualidade do produto, segurança no trabalho, diferenciação e concorrência (apelo económico), eficiência e controle das operações, e para justificar o preço de produtos Premium. Como factores externos, listou: cunho social e económico, ambiente seguro para comunidade envolvente, entregar um produto seguro para os consumidores, abertura de mercado, ir de encontro às necessidades dos clientes que buscam por produtos sustentáveis, ir de acordo com regras e regulamentações, políticas públicas, melhorar relações com os controladores e obtenção de subsídios. Entretanto, conclui que os *inputs* internos são mais importantes que os externos e onde as principais motivações são a preservação do património e do ambiente, e de acordo com Gbejewoh, (2021) as principais barreiras são os elevados custos de implementação. Lopes (2015) em seu estudo aponta as preocupações relativamente às questões ambientais e a promoção do desenvolvimento sustentável como uma mais valia para o sector vitivinícola. A adopção das boas práticas/ sustentabilidade representam não só uma vantagem económica para o sector, como também um impacto positivo no ambiente e na sociedade. É uma necessidade para que a indústria vitivinícola seja económica, ambiental e socialmente sustentável. (Christ & Burrit, 2013).

Relativamente ao parâmetro da adoção de boas práticas e sustentabilidade nas empresas analisadas, na Figura 23 acaba por se destacar a baixa adesão das empresas da Região dos Vinhos Verdes em ações de boas práticas de sustentabilidade, independentemente da dimensão. Das 14 Adeias Cooperativas analisadas, apenas quatro possuem/realizam alguma ação voltada às boas práticas ambientais. Relativamente à Região Demarcada do Alentejo, é nítida a aderência das empresas quanto maior a dimensão.

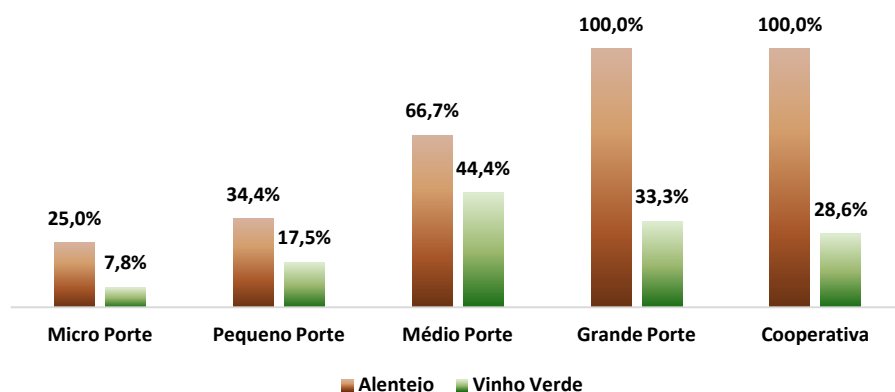


Figura 23. Percentual de empresas com ações de boas práticas./ sustentabilidade
Fonte: Elaborado pela autora.

Dentre alguns de ações de boas práticas /sustentabilidade na RDVV, a “Adega Cooperativa Ponte de Lima” participa do projecto “Terr@neo” da OIV, onde é realizada a capacitação dos agentes para promover a melhoria ambiental, económica, social e cultural. A “Soalheiros” criou o Núcleo de Investigação e Desenvolvimento, onde possibilita que jovens nacionais ou estrangeiros bem como entidades científicas incubarem ideias e tecnologias visando o Desenvolvimento Sustentável dos Vinhos Verdes e promovendo a qualidade do produto do ambiente, da economia e da sociedade. A empresa juntamente com a “Adega Cooperativa de Monção” e mais seis produtores integram o projecto *The Porto Protocol*.

Relativamente à RDA, as ações de sustentabilidade das empresas são de grande extensão, pelo que se apresenta uma breve síntese das práticas mais utilizadas: Viticultura de precisão, sistema de rega inteligente (gota-a-gota), prática da Política dos 3R (Reduzir, Reutilizar, Reciclar), agricultura Biológica, Integrada, Biodinâmica, agricultura extensiva, tratamento de resíduos em todas as etapas da produção, substituição ou redução de produtos químicos, redução no peso da garrafa (420g) – redução da pegada ecológica, permacultura, painéis fotovoltaicos, iluminação inteligente, utilização de lâmpadas de LED, proteção da biodiversidade, eficiência energética, eficiência hídrica, edifícios inteligentes, redução da emissão de GEE, adegas com climatização inteligente, eco-design aplicado à embalagem, dentre muitos outros exemplos que podem e estão a ser aplicados na indústria vitivinícola visando a eficiência global de produção, redução dos custos e consequentemente, melhoria do processo produtivo, do produto final.

8. Programa de Sustentabilidade dos Vinhos do Alentejo

Esta seção refere-se exclusivamente à Região Demarcada do Alentejo, uma vez que o Programa de Sustentabilidade dos Vinhos do Alentejo é voltado somente às produções e empresas locais. A explanação acerca do Programa e seus critérios de avaliação, pontuação e acreditação encontram-se no Capítulo anterior.

Algumas ressalvas a serem feitas: o site oficial do CVRA declara⁶⁶ que há actualmente 454 membros no PSVA. Entretanto, o mesmo site divulga 303 desses membros, onde a justificativa poderia ser a não atualização dos dados até ao presente momento ou a política de privacidade dos produtores. Dentre essas 303 empresas listadas, 246 não foram contabilizadas para fins deste estudo devido ao facto de não existir quaisquer informações públicas, necessárias para o estudo em curso. O PSVA possui actualmente 454 membros e este presente trabalho está a analisar 57 deles.

Relativamente aos resultados observados na Figura 24, pode-se perceber que há relação entre o porte da empresa e a adesão ao Programa de Sustentabilidade do Alentejo, com maior adesão das empresas de médio porte, sendo estas, juntamente com as empresas de pequeno porte, as maiores geradoras de valor no mercado no vinho. As cinco Adeegas Cooperativas da RDA são membros do Programa, sendo este um fator muito importante de se perceber, dada a dimensão e a relevância que tais corporações têm na região.

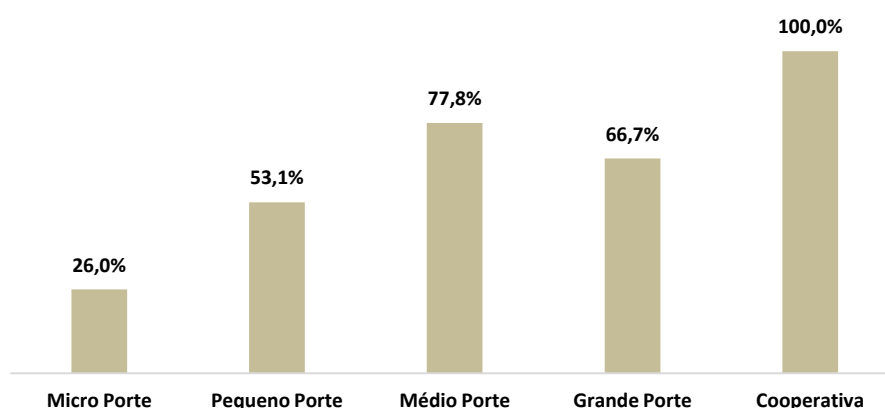


Figura 24. Percentual de empresas da RDA aderentes ao Programa de Sustentabilidade dos Vinhos do Alentejo
Fonte: Elaborado pela autora.

⁶⁶ Em: <http://sustentabilidade.vinhosdoalentejo.pt/pt/programa-de-sustentabilidade-dos-vinhos-do-alentejo>
Acesso para confirmação em 30.08.2021

Actualmente são três as empresas detentoras da certificação PSVSA, sendo a “Herdade de Grous” a primeira empresa em Portugal a receber esse tipo de certificação. Também são certificadas com o selo PSVA as empresas “Herdade de Coelheiros” e “Casa Relvas”, empresas de pequeno e médio porte. Essas três empresas obtiveram pontuações acima de 3,5 e atingiram o patamar de “desenvolvido”. As avaliações são realizadas anualmente para verificação de conformidade, o que promove a melhoria contínua das boas práticas desenvolvidas.

De acordo com o levantamento de dados realizado para fins da produção desta dissertação, foram observadas 10 empresas aderentes ao PSVA que atendem a praticamente todos os critérios analisados neste estudo e, que na visão da autora, possuem um alto potencial para obtenção da certificação PSVA num futuro não tão distante⁶⁷.

• Comparativo entre Membros e não Membros do PSVA

Por fim, é feito um comparativo entre as empresas da RDA, membros e não membros do Programa de Sustentabilidade dos Vinhos do Alentejo, relativamente a todos os parâmetros anteriormente analisados. A Figura 25 torna nítida a diferença do comportamento entre as empresas aderentes das não aderentes ao PSVA.

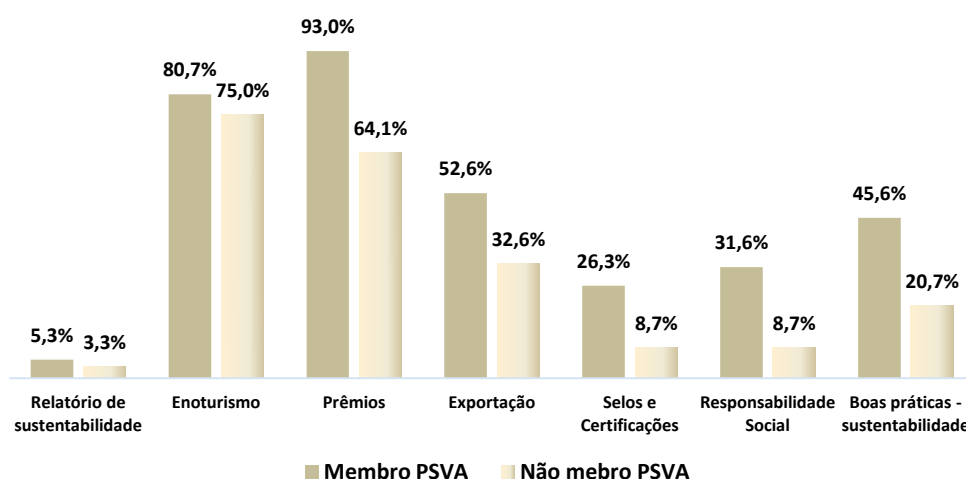


Figura 25. Comparativo entre membros e não membros do PSVA.
Fonte: Elaborado pela autora.

⁶⁷ Não há acesso a “Categoria Geral de Sustentabilidade” de cada empresa dentro do Programa, pelo que esta é uma dedução da autora ao observar os dados divulgados publicamente.

As empresas aderentes ao PSVA se apresentam com maior participação nos mercados externo e interno, apresentam mais prêmios, realizam mais actividades de enoturismo, investem em selos e certificações, promovem mais ações de sustentabilidade e de boas práticas sociais. São em geral, empresas que apresentam maior maturidade no mercado e uma maior preocupação com o ambiente e com a sociedade.

Gabzdylova et al. (2009) afirmam que quanto maior a dimensão de uma empresa maior a capacidade de arcar com custos de implementação de boas práticas ambientais e sociais, além disso, em sua pesquisa é percebido que os valores ambientais que permeiam a adoção de práticas sustentáveis muda conforme o maior aporte financeiro. Entretanto, de acordo com Gbejewoh (2021), a responsabilidade ecológica e os lucros são as principais motivações para praticas sustentáveis e os altos custos são os maiores entraves à adoção de medidas de sustentabilidade. Essa maior participação de empresas de médio e grande porte pode ser observada em praticamente todos os parâmetros analisados neste presente estudo.

Capítulo VI - Conclusão

O presente trabalho debruçou-se sobre a temática da sustentabilidade face aos cenários previstos para a vitivinicultura portuguesa decorrentes dos impactes das Alterações Climáticas para um futuro próximo. A Região Demarcada do Alentejo, naturalmente caracterizada por elevadas temperaturas e baixo índice pluviométrico poderá sofrer graves consequências decorrentes do aumento da temperatura e da diminuição das chuvas na região. Por outro lado, a Região Demarcada dos Vinhos Verdes, naturalmente mais fria e húmida, poderá vir a beneficiar do aumento da temperatura, ao passo em que esta se aproximará das condições ditas “ideais” para a maturação da vinha.

Foi visto que a Região Demarcada do Alentejo, perante esta realidade já vivida por muitos de seus produtores, possui certa maturidade no que toca à adoção de medidas de mitigação e adaptação aos efeitos das Alterações Climáticas, principalmente pelo médio e grande produtor. Ao contrário do que se vê na Região dos Vinhos Verdes, onde o enfoque permanece na internacionalização e valorização da marca Vinho Verde. Esse cenário corrobora e atesta a hipótese lançada inicialmente neste estudo, de que sendo a RDA a mais afectada, esta se apresenta com um plano de sustentabilidade mais complexo e maduro em face da RDVV. Tal região se apresenta hoje com um grande número de produtores de micro e pequeno porte e que possuem baixa adesão a ações de sustentabilidade, salvo poucas empresas de renome e maturidade no mercado. Estas, já participam de Projectos paralelos de Inovação e investimento para o Desenvolvimento Sustentável, bem como de Projectos para o combate às AC.

A indústria vitivinícola de Portugal é composta maioritariamente por micro e pequenos produtores. Se esta realidade, percebida neste estudo, se repete em todas as regiões, evidencia-se assim uma emergência a ser olhada com atenção por diferentes sectores da economia e da sociedade. A vinha e o vinho constituem um património histórico e um legado cultural para Portugal e que dessa actividade sobrevivem muitos pequenos produtores que poderão não ter possibilidade de competir contra as adversidades que o futuro reserva para o clima mundial. É neste cenário que se vê a importância de se trabalhar de forma associada, partilhar informações e conhecimento e criar uma rede de auxílio entres os setores da vitivinicultura, principalmente ao micro e pequeno produtor que deseja adoptar alguma prática sustentável em sua produção ou até mesmo participar de uma rede de projectos de sustentabilidade. Pelo exposto, denota-se a importância de

Programas de Sustentabilidade como o Programa de Sustentabilidade dos Vinhos do Alentejo, onde, o crescente número de membros ao Programa demonstra não só o interesse do produtor em melhorar e rentabilizar o seu negócio para torná-lo competitivo no mercado, como também há um interesse genuíno em preservar o meio ambiente em que se insere, preservar os recursos naturais e garantir assim a sustentabilidade do sector, para esta e para as próximas gerações.

Neste contexto se debruça a contribuição deste projecto, ao lançar uma visão para uma das mais importantes actividades agrícolas e socioeconômicas de Portugal e que denota assim, a oportunidade de se analisar as demais Regiões vitivinícolas portuguesas tanto no mapeamento dos impactos das AC na produção da vinha e no vinho quanto para a criação de estratégias para mitigação e adaptação destes impactos e que se estabeleça uma sinergia entre o Governo, através de políticas públicas, entidades privadas e universidades para constituir, juntamente com as Comissões Vitivinícolas, uma rede de apoio a todos os produtores que desejam promover uma actividade pautada no sustentabilidade e no Desenvolvimento Sustentável.

1. Limitações do estudo

Como limitações deste estudo, destaca-se a dificuldade em se conseguir informações de um grande contingente de micro produtores, não podendo contabilizá-los ou caracterizar suas actividades e participações no mercado nacional e internacional. Em tempos em que o digital se faz presente e aproxima as pessoas, esses produtores acabam por cair no esquecimento sem conseguir divulgar o seu trabalho e vender o seu produto. Além disso, fica perceptível a dificuldade de levar a estes produtores o conhecimento, as informações e uma rede de apoio para auxiliar seu negócio a se desenvolver de forma sustentável e duradoura.

2. Estudos futuros

Como propostas para estudos futuros, propõe-se acompanhar o desenvolvimento e a evolução da Estratégia para Sustentabilidade que a Região Demarcada dos Vinhos Verdes está a estruturar actualmente. Neste sentido, analisar também a evolução do sector vitivinícola português em geral na adoção de boas práticas de sustentabilidade e a postura por parte das Comissões Vitivinícolas relativamente ao apoio aos produtores face às ações

de mitigação e adaptação às Alterações Climáticas, uma vez que os seus efeitos serão sentidos por todo o território nacional.

Referências Bibliográficas

- Adger, W.N. (2006). Vulnerability. *Global Environmental Change*, 16, 3, p. 268–281
- Aggarwal, P.K. (2008). Global climate change and Indian agriculture: impacts, adaptation and mitigation. *Indian J Agric Sci* 78: p. 911-919.
- Alberto, D. & Ferreira, J. (2007). A competitividade do cluster do vinho em Portugal. In Congresso da Associação Portuguesa de Economia Agrária, 5, Vila Real, 6 de Outubro. Comunicação.
- Alonso, C. et al. (2019). Assessment to vulnerability of agriculture to drought occurrence Portugal. Conference: APMG 2019. *Nat. Hazards Earth Syst. Sci.*, 19, p. 2727–2743, <https://doi.org/10.5194/nhess-19-2727-2019>
- Araújo, H., G. (2001). *A Casa Ferreira – a construção antropológica do sucessor*. Lisboa: Quetzal Editores
- Baird, T., Hall, C. M. & Castka, P. (2018). New Zealand Winegrowers attitudes and behaviours towards wine tourism and sustainable winegrowing. *Sustainability* (Switzerland), 10(3). <https://doi.org/10.3390/su10030797>
- Baleiras, R. N. (2012). *Casos de Desenvolvimento Regional*. Principia Editora.
- Baptista, F. O. (1993a). *Agricultura, Espaço e Sociedade Rural*. Coimbra p. 33-53
- Baptista, J. P. S. (2016). Importance of wine awards for producers and consumers. Dissertação de Mestrado, Universidade Católica de Lisboa.
- Bastianoni, S., et al. (2001). Sustainability assessment of a farm in the Chianti area (Italy). *Journal of Cleaner Production*, Vol. 9, p. 365-373.
- Baughman, A. T., Dramko, J. M., Hooper, B. E., & Brown, E. J. (2000). *Santa Barbara California Winemaking Impact Assessment*.
- Bernetti, I., Menghini, S., Marinelli, N., Sacchelli, S. & Alampi Sottini, V. (2012). Assessment of the impact of climate change on viticulture: economic assessments and analysis of adaptation strategies for the Tuscan wine sector: *Economy and Wine Policy*, Vol. 1, p.73-86

- Bisson, L., Waterhouse, A. L., Ebeler, S. E., Walker, A. & Lapsley, J.T. (2002). The present and future of the international wine industry. *Nature* 418(8), p. 696–699.
- Bohm, H. J. (2011). *Vine Atlas of Spain and Portugal, History, Terroir and Ampelography, Portugal*, p.318.
- Brundtland, G. H. (1987). *Our Common Future: Report of the World Commission on Environment and Development*. United Nations Commission, 4(1), p.300.
<https://doi.org/10.1080/07488008808408783>
- Cardell, M.F., Amengual, A., Romero, R. (2013). Future Effects of Climate Change on the Adequation of Wine Wine Production in Europe. *Reg Environ Change*. 19, 2299–2310. <https://doi.org/10.1007/s10113-019-01502-x>
- Carlan, C. U. (2007). Vinho sete mil anos de idade. *História Viva: Grandes Temas*, São Paulo, n. 16, p. 6-15.
- Carlan, C. U. (2012). Vinho: Comércio e Poder no Mundo Antigo. Em: *Práticas Alimentares no Mediterrâneo Antigo*. Maria Regina Candido, Org, Rio de Janeiro: NEA/UFRJ, p.83-96.
- Carvalho, M. (1997). *As Cores do Vinho Verde*. Oporto: Comissão de Viticultura da Região dos Vinhos Verdes.
- Christ, K. L. & Burritt, R. L. (2013). Critical environmental concerns in wine production: An integrative review. *Journal of Cleaner Production*, 53(April), p.232–242.
<https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2013.04.007>
- Christensen, J. H., Hewitson, B., Busuioc, A., Chen, A., Gao, X., Held, I., Jones, R., Koll R. K., Kwon, W. T., Laprise, R et al., (2007). Regional climate projections. *Climate Change 2007: The physical science basis*. Contribution of Working Group I to the Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. p. 847-940.
- Coelho, J., Lopes, C. M., Braga, R., Pinto, P. & Egípto, R. (2013). Avaliação do impacto das alterações climáticas na sustentabilidade económica da cultura da vinha no Alentejo. <https://www.researchgate.net/publication/257925642>

- Comissão Europeia (2002), Corporate Social Responsibility: A business contribution to sustainable development, COM (2002) 347 final, Brussels: Official Publications of the European Commission.
- Coombe, B. G. (1987). Influence of temperature on composition and quality of grapes. *Acta Hort.* 206, p. 23–36. Em: <https://doi.org/10.17660/ActaHortic.1987.206.1>
- Costa, J. M., Vaz, M., Escalona, J., Egipto, R., Lopes, C., Medrano, H., & Chaves, M. M. (2016). Modern viticulture in southern Europe: Vulnerabilities and strategies for adaptation to water scarcity. *Agricultural Water Management*, 164, 5–18. <https://doi.org/10.1016/j.agwat.2015.08.021>
- Dahlsrud, A. (2008). How Corporate Social Responsibility Is Defined: An Analysis of 37 Definitions. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, Vol. 15, Nº 1, p. 1-13.
- Dai, Z.W., Ollat, N., Gomès, E., Decroocq, S., Tandonnet, J. P., Bordenave, L., Pieri, P., Hilbert, G., Kappel, C., van Leeuwen, C. et al. (2011). Ecophysiological, genetic, and molecular causes of variation in grape berry weight and composition: A review. *Am. J. Enol. Vitic.* 62, p. 413–425 Em: <https://www.ajevonline.org/content/ajev/62/4/413.full.pdf>
- Darnhoffer, I. (2010). Strategies of family farms to strengthen their resilience. *Environmental Policy & Governance*. 20, p. 212-222.
- Dedieu, B. (2009). Qualification of the adaptive capacities of livestock living systems. *Revista Brasileira de Zootécnica*, 38, p. 397-404.
- De Steur, H., Temmerman, H., Gellynck, X., Canavari, M. (2019). Drivers, adoption, and evaluation of sustainability practices in Italian wine SMEs. *Bus Strat Env.* 2020; 29: p. 744-762. <https://doi.org/10.1002/bse.2436>
- Dlott, J. (2004). California Wine Community Sustainability Report. California Sustainable Winegrowing Alliance, San Francisco.
- dos Santos, T.P., Lopes, C. M., Rodrigues, M. L., de Souza, C. R., Ricardo-da-Silva, J. M., Maroco, J. P., Pereira, J. S. & Chaves, M. M. (2007). Effects of deficit irrigation

- strategies on cluster microclimate for improving fruit composition of Moscatel field-grown grapevines. *Scientia Horticulturae* 112: p. 321-330.
- Düring, H. (1986). Aba and water stress in grapevines. *Acta Hort.* 179, p. 413-420 Em: <https://doi.org/10.17660/ActaHortic.1986.179.63>
- Engle, N. L., (2011). Adaptive capacity and its assessment. *Global Environmental Change*, 21, p. 647-656.
- Esteves, M. A. & Orgaz, M. D. M. (2001). The influence of climatic variability on the quality of wine. *International Journal of Biometeorology* 45: p. 13-21.
- European Environmental Agency. (2012). Climate change, impacts and vulnerability in Europe 2012, An indicator-based report. EEA Report, nº 12.
- Fehér, J., Lengyel, G., & Lugasi, A. (2007). A história cultural do vinho - base teórica para a vinoterapia , *Open Medicine* , 2 (4), p. 379-391. DOI: <https://doi.org/10.2478/s11536-007-0048-9>
- Flores, S., S. (2018). What is sustainability in the wine world? A cross-country analysis of wine sustainability frameworks. *Journal of Cleaner Production*, 172, p. 2301–2312. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2017.11.181>
- Fraga, H., Malheiro, A.C., Moutinho-Pereira, J. & Santos, J.A. (2012). An overview of climate change impacts on European viticulture. *Food Energy Secur*, 1: p. 94-110. <https://doi.org/10.1002/fes3.14>
- Fraga, H., Malheiro, A.C., Moutinho-Pereira, J. & Santos, J. A. (2013). Future scenarios for viticultural zoning in Europe: ensemble projections and uncertainties. *Int J Biometeorol* 57, p. 909–925 <https://doi.org/10.1007/s00484-012-0617-8>
- Fraga, H., Malheiro, A.C., Moutinho-Pereira, J. & Santos, J.A. (2014). Climate factors driving wine production in the Portuguese Minho region. *Centro de Pesquisa e Tecnologia in Ciências Agroambientais e Biológicas, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro* DOI: <https://doi.org/10.1016/j.agrformet.2013.11.003>

- Fraga, H. & Santos, J. (2018). Vineyard mulching as a climate change adaptation measure: Future simulations for Alentejo, Portugal. *Agricultural Systems*. 164. p. 107-115. DOI: [10.1016/j.agsy.2018.04.006](https://doi.org/10.1016/j.agsy.2018.04.006)
- Gabzdylowa, B., Raffensperger, J. F. & Castka, P. (2009). Sustainability in the New Zealand wine industry: drivers, stakeholders and practices. *Journal of Cleaner Production*, 17(11), p. 992–998. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2009.02.015>
- Gayon, P, R. (1991). *Le vin*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Gbejewoh, O., Keesstra, S. & Blancquaert, E. (2021). The 3Ps (Profit, Planet, and People) of Sustainability amidst Climate Change: A South African Grape and Wine Perspective. *Sustainability*, 2021, vol. 13, issue 5, p. 1-23
- Gil, A. C. (1991). *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas
- Gilinsky, A., Newton, S. K., & Fuentes, R. (2016). Sustainability in the global wine industry: Concepts and cases, 8, p.37-49. <https://doi.org/10.1016/j.aaspro.2016.02.006>
- Gilinsky, Jr, A., Newton, S. K., Atkin, T. S., Santini, C., Cavicchi, A., Casas, A. R., & Huertas, R. (2015). Perceived efficacy of sustainability strategies in the US, Italian, and Spanish wine industries. *International Journal of Wine Business Research*, 27(3), 164-181. <https://doi.org/10.1108/IJWBR-10-2014-0047>
- Giordi, F. (2006). Climate change hot-spots. *Geophysical Research Letters*, Vol. 33 L08707 <https://doi.org/10.1029/2006GL025734>
- Gladstones, J. (2011). *Wine, Terroir and Climate Change*. Wakefield Press: Kent Town, Australia.
- Hamann, R., Smith, J., Tashman, P., & Marshall, R. S. (2017). Why Do SMEs Go Green ? An Analysis of Wine Firms in South Africa. <https://doi.org/10.1177/0007650315575106>
- Hannah, L., Roehrdanz, P., Ikegami, M., Shepard, A., Shaw, R., Tabor, G., Zhi, L., Marquet, P. & Hijmans, R. (2013). Mudança climática, vinho e conservação. *Anais da Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos da América PNAS*, 110 (17), p. 6907-6912. <https://doi.org/10.1073/pnas.1210127110>

- Hardie, W. J., Considine, J.A. (1976). Response of grapes to water-deficit stress in particular stages of development. *Am. J. Enol. Vitic.* 27 (2), p. 55–61. Em: <https://www.ajevonline.org/content/27/2/55.short>
- Hidalgo, L (2002). *Tratado de viticultura general*. Mundi-Prensa
- Holland, T. & Smit, B. (2010) Climate Change and the Wine Industry: Current Research Themes and New Directions, *Journal of Wine Research*, 21: 2-3, p.125-136, <https://doi.org/10.1080/09571264.2010.530095>
- Howley M. & van Westering J., (2008). Developing Wine Tourism: A case study at the attitude of English wine producers to wine tourism". *Journal of Vacation Marketing*, (14), p.87-95. <https://doi.org/10.1177/1056492608313567>
- Iglesias, A. & Medina F. (2009). Consecuencias del cambio climatico para la agricultura: .un problema de hoy o del futuro? *Revista española de Estudios Agrosociales y Pesqueros* (221).
- IPCC (2007). *Climate change 2007: synthesis report. Contribution of Working Groups I, II and III to the fourth assessment report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*, IPCC Secretariat, Geneva, Switzerland.
- IPCC (2012). *Managing the Risks of Extreme Events and Disasters to Advance Climate Change Adaptation*, Special Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change.
- IPCC (2013a). *Climate Change 2013: The Physical Science Basis: Working Group I Contribution to the IPCC Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*. Cambridge University Press, Cambridge, UK and New York, NY USA. https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2018/03/WG1AR5_SummaryVolume_FINAL.pdf
- IPCC (2013b). *Summary for Policy Makers*. In: *Climate Change 2013: The Physical Science Basis. Contribution of Working Group I to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*. Cambridge University Press, Cambridge, UK and New York, NY USA

- Jones, G. V. (2006). Climate and terroir: impacts of climate variability and change on wine. In *Fine wine and terroir-the geoscience perspective*, (9), p.1-14.
- Jones, G.V. (2007). 'Climate Change and the global wine industry', Proceedings from the 13th Australian Wine Industry Technical Conference, Adelaide, Australia
- Jones, G.V. (2013). Winegrape Phenology. In: Schwartz M. (eds) *Phenology: An Integrative Environmental Science*. Springer, Dordrecht. https://doi.org/10.1007/978-94-007-6925-0_30
- Jones, G.V. & Alves, F. (2012). Impact of climate change on wine production: a global overview and regional assessment in the Douro Valley of Portugal. *Int. J. Global Warming*, Vol. 4, Nos. 3/4, p. 383-406.
- Jones, G.V. & Davis, R. E. (2000). Using a synoptic climatological approach to understand climate-viticulture relationships. *International Journal of Climatology* 20: p. 813-837.
- Jones, G.V. & Davis, R.E., (2000a). Climate influences on grapevine phenology, grape composition, and wine production and quality for Bordeaux, France. *Am. J. Enol.Vitic.* 51 (3), p. 249–261.
- Jones, G. V. & Webb, L. B. (2010) "Climate Change, Viticulture, and Wine: Challenges and Opportunities" *Journal of Wine Research*, Vol. 21, Issue 2/3, p. 103-106.
- Jones, G. V., White, M. A., Cooper, O. R. et al. (2005). Mudanças climáticas e qualidade global do vinho. *Climatic Change* 73, p.319-343. Em; <https://doi.org/10.1007/s10584-005-4704-2>
- Keller, M. (2010). Managing grapevines to optimize fruit development in a challenging environment: a climate change primer for viticulturists. *Aust. J. Grape Wine Res.*16, p. 56-69. <https://doi.org/10.1111/j.1755-0238.2009.00077.x>
- Knowles, L. (1999). *Environmental Initiatives in South African Wineries: A Comparison Between Small and Large Wineries*. Department of Environmental and Geographical Science, University of Cape Town. Ladurie, E. L. (2005). *Dogdays*,

- cold periods, grapeharvests (France, 15-19th centuries). *Comptes Rendus Biologies* 328, p. 213- 222.
- Landsteiner, E. (1999). The crisis of wine production in late sixteenth-century Central Europe: Climatic causes and economic consequences. *Climatic Change* 43: p. -334.
- Leme, C (2017). Uma Região, vários desafios a enfrentar. Boas Vinhas, CVRVV Ed. n°7 Agosto. Directora Maria José Pereira. ISSN: 2183-5411
- Lereboullet, A-L., Bardsley, D & Beltrando, G. (2013). Assessing vulnerability and framing adaptive options of two Mediterranean wine growing regions facing climate change: Roussillon (France) and McLaren Vale (Australia). *EchoGéo*. DOI : <https://doi.org/10.4000/echogeo.13384>
- Lodi-Ribeiro, G. (2017). História do Vinho no Mundo Romano. *Vita Vinum Est!* 1º edição Rio de Janeiro, Mauad X
- Lopes, A. (2015). Gestão ambiental de uma empresa do sector vinícola. Dissertação de Mestrado em Tecnologia Ambiental. Instituto Politécnico de Bragança. <https://bibliotecadigital.ipb.pt/handle/10198/12637> Acesso em 15.15.2021
- Magalhães, N. (2008). Tratado de viticultura. A videira, a vinha e o terroir. Publicações Chaves Ferreira, Lisboa, Portugal. ISBN: 9789728987152.
- Malheiro, A. C., Santos, J. A., Fraga, H. & Pinto, J. G. (2010). Cenários de mudanças climáticas aplicadas ao zoneamento vitícola na Europa. *Clim Res* 43: p.163-177. DOI: <https://doi.org/10.3354/cr00918>
- Marques, G., N., R., M., & Marques, J., M. (2017) Património Histórico-Cultural Vinícola no Entre Douro e Minho, Portugal, como Recurso Turístico. *Revista Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade*, 9(I), p. 107-119. DOI: <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v9i1p107>
- Martins, A., Araújo, A., Graça, A., Canhoto, N. & Mata, T. (2018). Towards sustainable wine: Comparison of two Portuguese wines. *Journal of Cleaner Production*, 183, p.662-676.

- Mayson, R. (2005). Os Vinhos e Vinhas de Portugal. Publicações Europa-América.
- Meehl, G .A. and co-authors. (2007). Global Climate Projections. In: Climate Change 2007: The Physical Science Basis. Contribution of Working Group I to the Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change (eds. Solomon S., Qin D., Manning M., Chen Z., Marquis M., Averyt K.B., Tignor M., Miller H.L.) Cambridge University Press, Cambridge, United Kingdom and New York, NY, USA.
- Metz, B. & Grassl, H. (2013). Climate change and its impacts: a short summary. In Late lessons from early warnings: science, precaution, innovation. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2013. p, 308-346
- Metzger, M. J. & Rounsevell, M. D. A. (2011). A need for planned adaptation to climate change in the wine industry. Environmental Research Letters. Vol. 6. N°3 DOI: <http://dx.doi.org/10.1088/1748-9326/6/3/031001>
- Metzger, M. J., Schröter, D., Leemans, R. & Cramer, W. (2008). A spatially explicit and quantitative vulnerability assessment of ecosystem service change in Europe Reg. Environ. Change, 8, p.91-107 DOI: <https://doi.org/10.1007/s10113-008-0044-x>
- Meyer, A. & Martínez-Casasnovas, J. A. (1999). Prediction of existing gully erosion in vineyard parcels of the NE Spain: a logistic modelling approach. Soil Tillage Res.50 (3/4), p. 319–331. Em: [https://doi.org/10.1016/S0167-1987\(99\)00020-3](https://doi.org/10.1016/S0167-1987(99)00020-3)
- Moreira, V. (1998). O Governo de Baco: a Organização Institucional do Vinho do Porto. Porto, Edições Afrontamento Lda.
- Morin, E. (2005). Ciência com Consciência. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 8ª Ed. https://www.academia.edu/6449183/Ciencia_com_Consciencia_Edgar_Morin
- Mozell, R.N. & Thach, L. (2014). The impact of climate change on the global wine industry: Challenges and solutions. Wine Econ. Policy, 3, p. 81–89. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.wep.2014.08.001>
- Ohmart, C. (2009). Sustainable Winegrowing: What it is and where did it come from? In: Proceeding's of the Symposium on Sustainability in Vineyards and Wineries. Midwest Grape and Wine Conference, Osage Beach, MO, Feb 7-9-2009, p. 7 -24

- Oliveira, M. (2017). Viticulture in warmer climates: Mitigating environmental stress in the Douro Region, Portugal. DOI: 10.5772/intechopen/71155
- Pereira, A. C.; Silva, G. Z. da & Carbonari, M. E .E. (2011). Sustentabilidade, responsabilidade social e meio ambiente. São Paulo: Saraiva.
- Pinheiro, J. M., M. (1995). O elogio do vinho. Documentário históricoliterário. Seleção e organização de textos de J.M. Monarca Pinheiro, Editora Vega.
- Raquel, S. C. de Jesus. (2014). O regime fiscal cooperativo – análise crítica e desafios. Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto e Instituto Politécnico do Porto
- Ramos, B. R. G. (2016). Desafio para os vinhos de Portugal. Valorização de uma marca de qualidade. Dissertação de mestrado. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- Rebelo, J. (2017). O vinho em Portugal. Em: “Rumo Estratégico para o setor dos vinhos do Porto e Douro”. Relatório Final - Estudo de Base. Porto, IVDP/UTAD, p. 92-107.
- Reis, J. L. (2016). O sistema de animação Web da Rota dos Vinhos Verdes (Norte de Portugal). Pasos – Revista de Turismo y Patrimonio Cultural, 14(1), p. 275-284.
- Robinson, J. (1999). The Oxford companion of wine. Oxford: Oxford University Press.
- Rodrigues, J. R. (2003). Vivir em Tierra Extraña: emigración e integración cultural em el Mundo Antiguo. Actas de la reunión realizada em Zaragoza los días 2 y 3 de junio de 2003. Barcelona.
- Rosenzweig, C, Tubiello, F. N. (1997). Impacts of global climate change on Mediterranean agriculture: current methodologies and future directions. An introductory essay. Mitig Adapt Strateg Glob Chang 1: p. 219-232.
- Sachs, J. D. (2015). A era do desenvolvimento sustentável. G. ALMEDINA, Ed.1a edição
- Saes, M. S. M.; Nakazone, D. (2002). Estudos da competitividade de cadeias integradas: impactos das zonas de livre comércio. São Paulo: FECAM/FIPE. Disponível em: <http://www.pensa.org.br>.

- Santiago-Brown, I., Metcalfe, A., Jerram, C., & Collins, C. (2014). Transnational comparison of sustainability assessment programs for viticulture and a case-study on programs' engagement processes. *Sustainability (Switzerland)*, 6(4), p. 2031-2066. <https://doi.org/10.3390/su6042031>
- Santos, J. A., Malheiro, A. C., Karremann, M. K., Pinto, J. G. (2011). Statistical modelling of grapevine yield in the Port Wine region under present and future climate conditions. *Int J Biometeorol* 55: p. 119-131.
- Santos, J., A.; Fraga, H.; Moutinho-Pereira, J. & Malheiro, A., C. (2019). Impacts on the vitiviniculture geography in the world and in Portugal, Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro. In. *El sector vitivinícola frente al desafío del cambio climático Estrategias públicas y privadas de mitigación y adaptación en el Mediterráneo*, Cajamar Caja Rural, Chapter 1 p. 21-43. <https://www.researchgate.net/publication/337389240>
- Schultz, H. R. (2010). Climate Change and Viticulture: Research Needs for Facing the Future. In *Journal Of Wine Research*, Vol. 21, Issue 2/3, p. 113-116.
- Schultz, H.R. and Jones, G.V. (2010). Climate induced historic and future changes in viticulture. *Journal of Wine Research*, Vol. 21, No. 2, p.137-145.
- Sgubin, G.; Swingedouw, D.; García de Cortázar-Atauri, I.; Ollat, N.; van Leeuwen, C. (2019). The Impact of Possible Decadal-Scale Cold Waves on Viticulture over Europe in a Context of Global Warming. 9, p. 397. <https://doi.org/10.3390/agronomy9070397>
- Sheffield, J., Wood, E. F. (2008). Projected changes in drought occurrence under future global warming from multi-model, multiscenario, IPCC AR4 simulations. *Clim Dyn* 31: p. 79-105.
- Silva, E. L.; & Menezes, E. M. (2005). Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.
- Simões, O. (2003). A vinha e o vinho em Portugal: contributos para o desenvolvimento local e regional (in José Portela e J. Castro Caldas (org.), Portugal Chão, Celta Editora, Oeiras, p. 425-447.

- Simões, O. (2008). Enoturismo em Portugal: as Rotas de Vinho. PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural, vol. 6, núm. 2, p. 269-279.
- Smit, B., Wandel, J. (2006). Adaptation, adaptive capacity and vulnerability. Global Environmental Change 16, 3, p. 282–292.
- Spellman, G. (1999). Wine, weather and climate. Weather 54 p. 230-239.
<https://doi.org/10.1002/j.1477-8696.1999.tb07256.x>
- Stern, N. (2006). Stern Review: The Economics of Climate Change, Cabinet Office - HM Treasury.
- Tate, A. B. (2001). Global Warming's Impact on Wine: Journal of Wine Research, Vol. 12, Issue 2, p. 95-109.
- United Nations General Assembly. (2015). Transforming our world: The 2030 agenda for sustainable development. Pdf, (1), p.1–5. <https://doi.org/10.1007/s13398-014-0173-7.2>
- van Leeuwen, C.; Darriet, P. (2017). The impact of climate change on viticulture and wine quality. J. Wine Econ. 11, p.150–167. <https://doi.org/10.1017/jwe.2015.21>
- van Leeuwen, C.; Seguin, G. (2006) The concept of terroir in viticulture. J. Wine Res.17, p. 1–10. Em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09571260600633135>
- Vaz, A. (2008). O enoturismo em Portugal: “Da cultura do vinho ao vinho como cultura.” A Oferta Enoturística Nacional e as suas implicações no Desenvolvimento Local e Regional. Tese de Doutoramento. Universidade de Lisboa.
<https://repositorio.ul.pt/handle/10451/550>
- Webb, L. B., Whetton, P. H. & Barlow, E. W. R. (2008) Climate change and winegrape quality in Australia. Climate Research 36: p. 99-111.
- Winkler, A. (1974). Development and composition of grapes. General viticulture, University of California Press, California, USA, Cap. 8, p. 138-196

Referências Bibliográficas – Páginas Web

- Agência Portuguesa do Ambiente (2013). Adaptação às Alterações Climáticas, <http://www.apambiente.pt/index.php?ref=16&subref=81&sub2ref=118> acesso em 17.07.2020.
- Aicep (2019). Especial Vinho 2018. Portugal é o terceiro país com maior diversidade de castas a nível mundial. Em: <http://www.portugalglobal.pt/pt/portugalnews/paginas/newdetail.aspx?newid=4774a560-8e2f-49b9-951b-3a3b6f6cd131>. Acesso em 21.06.2020.
- Clube Vinhos Portugueses. Rota de Vinho <https://www.clubevinhosportugueses.pt/uncategorized/rotas-de-vinhos/>. Acesso em 12.07.2020.
- CVRVV. (s/d). Cronologia <https://www.vinhoverde.pt/pt/cronologia>. Acesso em 18.07.2020
- CVRVV. (s/d).Notícias. Apresentação Pública da Estratégia de Sustentabilidade para Região dos Vinhos Verdes. Em: <https://www.vinhoverde.pt/pt/noticias/apresentacao-publica-da-estrategia-de-sustentabilidade-para-a-regiao-dos-vinhos-verdes> Acesso em 06.06.2021.
- CVRVV. Estatística. Em: <https://www.ivv.gov.pt/np4/estatistica/> Acesso em 28.06.2021
- European Commission (2020) Apoio e proteção dos produtores de uvas, produtores de vinho, comerciantes e consumidores da UE por meio de políticas, legislação, rotulagem, medidas comerciais e monitoramento do mercado. Em: https://ec.europa.eu/info/food-farming-fisheries/plants-and-plant-products/plant-products/wine_en Acesso em 04.05.2020.
- EC (2019). Directorate General for Agriculture and rural Development . Production totale et vinification. Campagne 2019 – 2020. https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/food-farming-fisheries/farming/documents/wine-harvest-forecast-2019-2020_en.pdf Em: Acesso em 16.06.2020.

- EEA (2015). Climate change adaption in the agriculture in Europe. Em: <https://www.eea.europa.eu/publications/cc-adaptation-agriculture>. Acesso em 18.06.2020
- INE (2019). Estatísticas Agrícolas. Em: https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=383057785&att_display=n&att_download=y Acesso em 22.06.2020.
- INE (2019). Estatísticas da Produção vegetal. Em: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008236&selTab=tab0 Acesso em 18.06.2020.
- IPCC (2007). *Fourth Assessment Report: Climate Change*. Available online at: www.ipcc.ch Acesso em 22.06.2020.
- IPCC, 2014. Climate Change 2014: Synthesis Report – Summary for Policymakers. Cambridge: Cambridge University Press. Disponível em: http://www.ipcc.ch/pdf/assessment-report/ar5/syr/SYR_AR5_FINAL_full_wcover.pdf Acesso em 22.06.2020.
- IVV (2019). Anuário – Vinhos e Aguardente de Portugal. Em: [https://www.ivv.gov.pt/np4/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=1736&fileName=IVV_BAIXAQ_vf.pdf](https://www.ivv.gov.pt/np4/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=1736&fileName=IVV_BAIXAQ_vf.pdf) Acesso em 22.06.2020
- IVV (2019). Evolução da area total de vinha – Portugal. Serie 1989-2019. Em: <https://www.ivv.gov.pt/np4/35/> Acesso em 15.06.2020.
- New Zeland Wines (s/d) - New Zeland Winegrowers Sustainability Report 2016. Em: <https://www.nzwine.com/en/sustainability/sustainable-winegrowing-nz> Acesso em 16.05.2021.
- OIV (s/d). Presentation of the OIV. Em: <http://www.oiv.int/en/the-international-organisation-of-vine-and-wine> Acesso em 20.06.2020.
- OIV. (2019). Statistical Report on World Vitiviniculture. Em: <http://www.oiv.int/public/medias/6782/oiv-2019-statistical-report-on-world-vitiviniculture.pdf> Acesso em 20.06.2020

- OIV. (2021). Atualidade de la Conjuntura Del Sector vitivinícola Mundial em 2020. <https://www.oiv.int/public/medias/7903/actualidad-oiv-de-la-conjuntura-del-sector-vitivin-cola-mundi.pdf> Acesso em 20.06.2021.
- Publitis (2019). Em: Produtores de Vinho Verde criam rede de quintas a pensar no turismo sustentável. Em: <https://www.publitis.pt/2019/11/11/produtores-de-vinho-verde-criam-rede-de-quintas-a-pensar-no-turismo-sustentavel> Acesso em 10.04.2021
- PressPoint (2019). Em: Quintas de vinho verde querem criar rede em prol do turismo sustentável. <https://presspoint.pt/quintas-de-vinho-verde/> Acesso em 10.04.2021
- Terra Vitis. Em: <http://terravitis.com/?lang=en> Acesso em 15.05.2020.
- The Australian Wine Research Institute. Em: https://www.awri.com.au/industry_support/entwine/ Acesso em 15.05.2020.
- The Porto Protocol. Em: <https://www.portoprotocol.com/wp-content/uploads/2020/11/Relat%C3%B3rio-de-Actividades-e-Contas-2019-Funda%C3%A7%C3%A3o-The-Porto-Protocol-1.pdf> Acesso em 06.06.2021
- Vinos de Chile. Em: <https://www.winesofchile.org/> Acesso em 15.05.2020.
- Wine Folly (2016). <https://winefolly.com/lifestyle/updated-wine-maps-of-the-world/> Acesso em 10.06.2020.
- Wines Of Portugal. Categorias Oficiais de vinho. Em: <https://www.winesofportugal.com/an/wine-and-grapes/categorias-oficiais/> Acesso em 15.06.2020.
- Wines of South Africa. Em: <https://www.wosa.co.za/home> Acesso em 15.05.2020.

Anexo I – Região Demarcada do Alentejo

REGIÃO	CONCELHO	SUB REGIÃO	EMPRESA	CATEGORIA	Empresa Familiar	PORTE	Nº ASSOCIADOS/COLABORADORES	RELATÓRIO SUSTENTABILIDADE	ENOTURISMO	PRÊMIOS	EXPORTAÇÃO	SELOS E CERTIFICAÇÕES	RESPONSABILIDADE SOCIAL	BOAS PRÁTICAS - SUSTENTABILIDADE	MEMBRO PSVA	CERTIFICAÇÃO PSVA
Alentejo	Alandroal	Borba	Adega Herdade das Azeiteiras de Juromenha	Sociedade por Quotas, Lda	Sim	Micro Porte			Sim							
Alentejo	Alandroal	Borba	Pontual Wines PLC - Companhia de Vinhos do Alandroal, Lda	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Porte										
Alentejo	Alter do Chão	IG	Sociedade Agrícola Herdade Vale de Barqueiros S.A.	S.A.	Sim	Micro Porte				Sim	Sim		Sim	Sim		
Alentejo	Alter do Chão	IG	Herdade do Papa Leite - Herdade da Malhadinha Nova - Sociedade Agrícola e Turística S.A.	S.A.	Sim	Pequeno Porte	51-200									
Alentejo	Alvito	Vidigueira	Herdade das Barras - Sociedade Agro-Pecuária do Oeste Alentejano Lda	Sociedade por Quotas, Lda	Sim	Micro Porte			Sim							
Alentejo	Arraiolos	Évora	Monte da Ravasqueira - Sociedade Agrícola D. Diniz, S.A.	S.A.	Sim	Pequeno Porte	011-50		Sim	Sim	Sim			Sim	Sim	
Alentejo	Arraiolos	Évora	Herdade de Coelheiros, Lda	Sociedade por Quotas, Lda	Sim	Pequeno Porte	011-50		Sim	Sim	Sim	NP EN ISO 9001:2015 e NP EN ISO 22000:2018	Sim	Sim	Sim	Sim
Alentejo	Arraiolos	Évora	Monte do Pintor / Sociedade Agrícola da Sossega, Lda	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Porte			Sim	Sim	Sim					
Alentejo	Arraiolos	Évora	Monte da Comenda Grande - Monte da Comenda - Agroturismo Limitada	Sociedade por Quotas, Lda	Sim	Micro Porte	002-10		Sim	Sim						
Alentejo	Arraiolos	Évora	Viniale	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Porte	?									
Alentejo	Arraiolos	Évora	Adega Herdade das Mouras de Arraiolos - Adega das Mouras de Arraiolos Lda	Sociedade por Quotas, Lda	Sim	Micro Porte	011-50			Sim		NP EN ISO 22000:2018, PME Lider17			Sim	
Alentejo	Arranches	IG	molds Wine Growers, Lda	S.A.	Sim	Pequeno Porte	011-50			Sim					Sim	
Alentejo	Arranches	IG	Sociedade Agrícola João Teodósio Matos Barbosa & Filhos, Lda	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Porte								Sim		
Alentejo	Avis	IG	Casa de Sarmento	S.A.	Sim	Pequeno Porte	011-50			Sim						
Alentejo	Avis	IG	e Conqueiro - Produtos Complementares de Empresas	Agrupamento Complementar de Empresas	Sim	Pequeno Porte	011-50			Sim				Sim	Sim	
Alentejo	Avis	IG	Fundação Abreu Callado - Fundação Privada de Solidariedade Social	Fundação		Micro Porte		Sim	Sim				Sim			
Alentejo	Avis	IG	Herdade Fonte Paredes - Herdade Fonte Paredes - Sag, Lda	Sociedade por Quotas, Lda	Sim	Micro Porte	002-10		Sim	Sim						
Alentejo	Avis	IG	Adega Fonte de Avis - Fonte de Avis - Sociedade Agrícola Lda	Sociedade por Quotas, Lda	Sim	Micro Porte	002-10									
Alentejo	Beja	IG	Herdade da Mingorra - Henrique Uva - Vinhos Lda	Sociedade por Quotas, Lda	Sim	Micro Porte	002-10		Sim	Sim					Sim	
Alentejo	Beja	IG	Noble Flavor	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Porte	?									
Alentejo	Beja	IG	Casa de Sta Vitória - Sociedade Agro-Industrial S.A.	S.A.		Micro Porte			Sim	Sim	Sim					
Alentejo	Beja	IG	Herdade Paço do Conde - SOC. AGRÍCOLA ENCOSTA DO GUADIANA, Lda	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Porte			sim							
Alentejo	Beja	IG	Herdade da Malhadina Nova - Sociedade Agrícola e Turística S.A.	S.A.	Sim	Médio Porte	51-200		Sim	Sim	Sim			Sim	Sim	

Alentejo	Beja	IG	Vau -Herdade Monte	Sociedade por Quotas, Lda	Sim	Micro Porte	002-10		Sim							
Alentejo	Beja	IG	Herdade da Figueirinha - Sociedade Agrícola da Herdade da Figueirinha, Lda	Sociedade por Quotas, Lda	Sim	Pequeno Porte	011-50		Sim	Sim	Sim			Sim		
Alentejo	Beja	IG	Herdade dos Grous - Agricultura e Pecuária Lda	Sociedade por Quotas, Lda	Sim	Pequeno Porte	011-50		Sim	Sim	Sim	- NP EN ISO 9001:2015 - Sistemas de Gestão da Qualidade, Vinificação, engarrafamento e comercialização de vinhos. - NP EN ISO 14001 - Sistemas de Gestão Ambiental, Vinificação, engarrafamento e comercialização de vinhos. Atividades de gestão da vinha, olival e agropecuária. - ET-PSVA - Especificação técnica para certificação de Produção Sustentável do "Programa de Sustentabilidade dos Vinhos do Alentejo". Adega e Viticultura	Sim	Sim	Sim	Sim
Alentejo	Borba	Borba	Herdade da Cardeira	Sociedade Unipessoal, Lda	Sim	Pequeno Porte	011-50		Sim	Sim	Sim			Sim		
Alentejo	Borba	Borba	Herdade Penedo Gordo - Quinta das Arcas - Sociedade Agrícola, Lda	Sociedade por Quotas, Lda	Sim	Pequeno Porte	011-50		Sim	Sim				Sim		
Alentejo	Borba	Borba	Adega de Borba	Cooperativa		Cooperativa	300		Sim					Sim		
Alentejo	Borba	Borba	Sociedade De Vinhos De	Sociedade por Quotas, Lda		Micro Porte			Sim							
Alentejo	Borba	Borba	Quinta do Zambujeiro, Produção e Comércio de Vinhos, Unipessoal Lda	Sociedade Unipessoal, Lda	Sim	Micro Porte	002-10		Sim	Sim	Sim	HACCP (Hazard Analysis Critical Control Points - SGS		Sim		
Alentejo	Campo Maior	IG	ade Vitivinícola, Agric	S.A	Sim	Pequeno Porte	011-50		Sim	Sim			Sim	Sim	Sim	
Alentejo	Cuba	Vidigueira	Quinta da Pigarça - Olho Polido - Actividades Agrícolas e Hoteleiras Lda	Sociedade por Quotas, Lda	Sim	Micro Porte	002-10		Sim							
Alentejo	Cuba	Vidigueira	Herdade do Rocim - Rocim - Agroindústria, Lda	Sociedade por Quotas, Lda		Pequeno Porte	011-50		Sim			International Featured Standard (IFS) Food		Sim	Sim	
Alentejo	Cuba	Vidigueira	Swland, Lda	Sociedade por Quotas, Lda	Sim	Micro Porte	002-10									
Alentejo	Elvas	Borba	Herdade da Farizoa / Companhia das Quintas - Vinhos S.A	S.A		Pequeno Porte	011-50			Sim	Sim			Sim		
Alentejo	Elvas	Borba	Agrícola Boas Quinta	Sociedade por Quotas, Lda	Sim	Micro Porte	002-10		Sim	Sim	Sim		Sim	Sim		
Alentejo	Estremoz	Borba	Aliaça S.A. / Grupo Bacalhôa - Bacalhóa-Vinhos de Portugal, S.A	S.A		Médio Porte			Sim	Sim	Sim	HACCP (Hazard Analysis Critical Control Points - SGS, SGA	Sim			
Alentejo	Estremoz	Borba	Herdade Agrícola Monte	Sociedade por Quotas, Lda	Sim	Pequeno Porte	011-50		Sim	sim	Sim					
Alentejo	Estremoz	Borba	Glória - Sabores do C	Sociedade por Quotas, Lda	Sim	Micro Porte	002-10		Sim	Sim						
Alentejo	Estremoz	Borba	Monte do Mata Mouros - Sociedade Agrícola Jorge Rosa Santos & Filhos, Lda	Sociedade por Quotas, Lda	Sim	Micro Porte	002-10									
Alentejo	Estremoz	Borba	Adega do Monte Branco de Estremoz, Unipessoal Lda - Quinta do Mouro	Sociedade Unipessoal, Lda	Sim	Micro Porte	002-10		Sim	Sim	Sim					
Alentejo	Estremoz	Borba	Monte dos Cabacos, Lda	Sociedade por Quotas, Lda	Sim	Micro Porte	002-10		Sim	Sim						
Alentejo	Estremoz	Borba	Herdade dos Outeiros Altos	Sociedade Unipessoal, Lda	Sim	Micro Porte	002-10		Sim	Sim				Sim	Sim	
Alentejo	Estremoz	Borba	Tiago Cabaco Winery	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Porte	?		Sim	Sim						
Alentejo	Estremoz	Borba	Porta de Santa Catarina Vinhos	Sociedade Unipessoal, Lda	Sim	Micro Porte	002-10									

Alentejo	Estremoz	Borba	Encostas de Estremoz - Sociedade Agrícola, S.A	Sociedade por Quotas, Lda	Sim	Micro Porte	002-10								Sim	
Alentejo	Estremoz	Borba	Encostas de Estremoz - Sociedade Agrícola, S.A	Sociedade por Quotas, Lda	Sim	Micro Porte	002-10		Sim	Sim						
Alentejo	Estremoz	Borba	Encostas de Estremoz - Sociedade Agrícola, S.A	S.A	Sim	Pequeno Porte	011-50		Sim	Sim					Sim	Sim
Alentejo	Estremoz	Borba	Dona Maria Vinho - Julho Bastos, Lda	Sociedade por Quotas, Lda	Sim	Micro Porte	002-10		Sim	Sim					Sim	Sim
Alentejo	Estremoz	Borba	Herdade da Madeira Velha Agro Alimentar, S.A	S.A	Sim	Pequeno Porte	011-50		Sim	Sim	Sim					
Alentejo	Estremoz	Borba	João Portugal Ramos - J. Portugal Ramos, Vinhos, S.A	S.A		Médio Porte	140		Sim	Sim	Sim	SGS; SGA	Sim		Sim	Sim
Alentejo	Estremoz	Borba	Herdade das Servas - Semano Mira - Sociedade Vinícola, S. A	S.A	Sim	Pequeno Porte	011-50		Sim	Sim	Sim				Sim	Sim
Alentejo	Évora	Évora	Sociedade Agrícola de Évora	Sociedade por Quotas, Lda	Sim	Micro Porte	002-10		Sim	Sim					Sim	
Alentejo	Évora	Évora	Vinha das Virtudes - José Rodrigues, Unipessoal, Lda	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Porte	?		Sim	Sim						
Alentejo	Évora	Évora	Casa Relvas, Lda	Sociedade por Quotas, Lda	Sim	Médio Porte	70	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim Earth Finelydy Winery FSSC2200 PME Lider17' RCP	Sim		Sim	Sim. Nota 3.8
Alentejo	Évora	Évora	Quinta de S. José de Peramanca / Pena-Grave - Sociedade Agrícola, Unipessoal Lda	Sociedade Unipessoal, Lda	Sim	Micro Porte	002-10		Sim	Sim	Sim					
Alentejo	Évora	Évora	Dona d'orinda Organic Wines - Valbom do Rouxinol - Agricultura e Turismo Rural Lda	Sociedade por Quotas, Lda	Sim	Micro Porte	20		Sim	Sim		Certificação de Produção Biológica				
Alentejo	Évora	Évora	Associação de direito privado	Fundação		Médio Porte	200		Sim	Sim	Sim		Sim		Sim	Sim
Alentejo	Évora	Évora	Sociedade Agrícola de Évora	Sociedade por Quotas, Lda	Sim	Micro Porte	002-10									
Alentejo	Évora	Évora	Associação de direito privado	Sociedade Unipessoal, Lda	Sim	Micro Porte	002-10									
Alentejo	Évora	Évora	Herdade da Fonte Coberta - Sociedade Agrícola da Fonte Coberta Lda	Sociedade por Quotas, Lda	Sim	Micro Porte	002-10		Sim	Sim	Sim					
Alentejo	Évora	Évora	Herdade das Cortiçadas - As Escolhas de Baco, Lda	Sociedade por Quotas, Lda	Sim	Micro Porte	002-10		Sim	Sim						
Alentejo	Évora	Évora	Fita Preta	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Porte			Sim	Sim	Sim		Sim		Sim	Sim
Alentejo	Évora	Évora	Herdade da Calada - BCH COMERCIO DE VINHOS S.A.	S.A	Sim	Pequeno Porte	011-50		Sim	Sim	Sim					
Alentejo	Ferreira do Alentejo	IG	Herdade do Pinheiro - Sociedade Agrícola Silvestre Ferreira Lda	Sociedade por Quotas, Lda	Sim	Pequeno Porte	011-50		Sim	Sim						
Alentejo	Fronteira	IG	Terras de Alter	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Porte			Sim	Sim	Sim					Sim
Alentejo	Fronteira	Portalegre	Herdade Monte da Cal - Vinhos do Alentejo S.A	S.A	Sim	Pequeno Porte	011-50		Sim	Sim	Sim	ISO9001: Organic Farm, IFS:Food			Sim	
Alentejo	Gavião	IG	Gavião/ Quinta da Margalha - Ilex vinhos	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Porte			Sim	Sim	Sim					
Alentejo	Mértola	IG	Herdade dos Lagos - Sociedade Agrícola Herdade dos Lagos Lda	Sociedade por Quotas, Lda	Sim	Micro Porte	31		Sim	Sim	Sim	Garantie Delinat Bio			Sim	
Alentejo	Monforte	IG	Lima Mayer & Cª, Sociedade Agrícola, Lda	Sociedade por Quotas, Lda	Sim	Micro Porte	002-10			Sim						
Alentejo	Monforte	IG	Herdade Reguengo do Souzão / Casa Agrícola Fernandes de Moura, Lda	Sociedade por Quotas, Lda	Sim	Micro Porte	002-10		Sim	Sim	Sim				Sim	

Alentejo	Monforte	IG	Torre de Palma	Sociedade por Quotas, Lda	Sim	Micro Porte	002-10		Sim	Sim	ISO9001: ISO14001 SGS	Sim
Alentejo	Monforte	IG	Herdade Perdigão - Exploração Agrícola e Vinícola, Limitada	Sociedade por Quotas, Lda	Sim	Micro Porte	011-50		Sim	Sim		
Alentejo	Monforte	IG	Torre do Frade - Sociedade Agrícola da Torre de Frade, Lda	Sociedade por Quotas, Lda	Sim	Micro Porte	21		Sim		Sim	Sim
Alentejo	Montargil	IG	Monte da Raposinha	Sociedade por Quotas, Lda	Sim	Micro Porte	002-10		Sim	Sim		Sim
Alentejo	Montemor-o-Novo	Évora	Aromas do Sul - Sociedade de Vinhos do Alentejo, Lda	Sociedade por Quotas, Lda	Sim	Micro Porte	002-10		Sim	Sim		Sim
Alentejo	Montemor-o-Novo	Évora	Herdade do Menir / Couteiro Mor - Menir Br Sociedade Agrícola, S.A	S.A	Sim	Pequeno Porte	011-50		Sim	Sim		
Alentejo	Montemor-o-Novo	Évora	Quinta Progresso - Sociedade Agrícola e Comercial, Lda	Sociedade por Quotas, Lda		Micro Porte						
Alentejo	Montemor-o-Novo	Évora	Herdade de Torais - Sociedade Agrícola de Torais Lda	Sociedade por Quotas, Lda	Sim	Micro Porte	002-10		Sim			
Alentejo	Montemor-o-Novo	Évora	Quinta da Plansel - Sociedade Vitivinícola S.A	S.A	Sim	Pequeno Porte	15		Sim	Sim	Sim	Sim
Alentejo	Montemor-o-Novo	Évora	Herdade das Valadas - L'and Wineryards	Sociedade Unipessoal, Lda		Pequeno Porte			Sim			
Alentejo	Mora	Moura	Magnum - Carlos Lucas, Vinhos Lda	Sociedade por Quotas, Lda	Sim	Pequeno Porte	17		Sim	Sim		
Alentejo	Mora	Moura	Herdade dos Cotéis - Coteis - Produção e Comercialização Agro-Alimentar Lda	Sociedade por Quotas, Lda	Sim	Micro Porte			Sim	Sim		Sim
Alentejo	Mora	Moura	Encostas de Alqueva - Produção e Comércio de Produtos Agrícolas, S.A	S.A		Médio Porte				Sim	Sim	Sim
Alentejo	Mora	Moura	Herdade dos Machados / Casa Agrícola Santos Jorge S.A	S.A		Micro Porte			Sim	Sim		
Alentejo	Mourão	Granja-Amareleja	Cooperativa Agrícola Granja Amareleja	Cooperativa		Cooperativa				Sim	Sim	Sim
Alentejo	Ponte de Sor	IG	Herdade da Anta de Cima - Anta de Cima - Sociedade Agrícola, Unipessoal, Lda	Sociedade Unipessoal, Lda	Sim	Micro Porte			Sim	Sim		Sim
Alentejo	Portalegre	Portalegre	Adega de Portalegre Winery	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Porte			Sim	Sim	Sim	Sim
Alentejo	Portalegre	Portalegre	Terrenus Veritae / Folha do Meio - Terrenus Veritae - Actividades Agrícolas e Turísticas, Lda	Sociedade por Quotas, Lda		Micro Porte	?					
Alentejo	Portalegre	Portalegre	Sonho Lusitano	Sociedade por Quotas, Lda		Micro Porte	?					
Alentejo	Portalegre	Portalegre	al - Sociedade Vitivinícola	Sociedade Unipessoal, Lda	Sim	Micro Porte			Sim	Sim		Sim
Alentejo	Portalegre	Portalegre	Tapada do Chaves - Sociedade Agrícola e Comercial, Unipessoal, Lda	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Porte	002-10		Sim	Sim	Sim	Sim
Alentejo	Portalegre	Portalegre	Rui Reguinga Vinhos	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Porte						
Alentejo	Portalegre	Portalegre	Herdade da Tapada do Falcão - Tapada do Falcão - Sociedade Vitivinícola Lda	Sociedade por Quotas, Lda	Sim	Pequeno Porte			Sim			
Alentejo	Portalegre	Portalegre	Exploração Agrícola	Sociedade por Quotas, Lda	Sim	Micro Porte			Sim	Sim		

Alentejo	Portalegre	Portalegre	Quinta da Fonte Souto - Symington - Vinhos S.A	S.A	Sim	Grande Porte	201-500	Sim	Sim	Sim	Sim	• ISO9001: 2015 • ISO 14001: 2015 • BRC Global Standard for Food Safety-Issue 8 • OHSAS 18001: 2007 • Certified B Corporation	Sim	Sim	
Alentejo	Portalegre	Portalegre	Cabeças do Reguengo	Sociedade por Quotas, Lda	Sim	Micro Porte			Sim	Sim	Sim			Sim	Sim
Alentejo	Portalegre	Portalegre	Francisco B. Fino - Sociedade Agrícola, Lda	Sociedade por Quotas, Lda	Sim	Micro Porte			Sim	Sim	Sim				
Alentejo	Portalegre	Portalegre	Herdade do Carvalhal/ Glano	Sociedade Unipessoal, Lda		Médio Porte				Sim	Sim			Sim	Sim
Alentejo	Portel	IG	Adega Monte Cruz - MANUEL BERNARDINO DA CRUZ	Sociedade Unipessoal, Lda	Sim	Pequeno Porte			Sim	Sim	Sim				
Alentejo	Portel	IG	Informações da Herdade Aldeia de Cima do Mendro - Sociedade Agrícola, Comercial e Turística, Lda	Sociedade por Quotas, Lda	Sim	Micro Porte			Sim	Sim	Sim		Sim	Sim	Sim
Alentejo	Redondo	Redondo	Adega de Redondo	Cooperativa		Cooperativa	200		Sim	Sim	Sim		Sim		Sim
Alentejo	Redondo	Redondo	Herdade da Maroteira - Maroteira Vinhos, Lda	Sociedade por Quotas, Lda	Sim	Micro Porte			Sim	Sim	Sim				
Alentejo	Redondo	Redondo	Herdade Candeeira	Sociedade Unipessoal, Lda	Sim	Pequeno Porte									
Alentejo	Redondo	Redondo	Herdade do Freixo II, S.A	S.A		Micro Porte			Sim	Sim				Sim	
Alentejo	Redondo	Redondo	Solar dos Lobos - Herdade Vale D'Anta - Silveira & Outro Lda	Sociedade por Quotas, Lda	Sim	Micro Porte	002-10			Sim					Sim
Alentejo	Redondo	Redondo	Roquevale - Sociedade Agrícola Herdade da Madeira	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Porte	?		Sim	Sim					Sim
Alentejo	Redondo	Redondo	Adega da Torre - Agrovinaç - Sociedade Agrícola, Lda	Sociedade por Quotas, Lda	Sim	Micro Porte			Sim	Sim				Sim	
Alentejo	Redondo	Redondo	Las Wine, Unipessoal Lda	Sociedade Unipessoal, Lda		Pequeno Porte	011-50		Sim	Sim	Sim		Sim		
Alentejo	Reguengos de Monsaraz	Reguengos	Las - JOÃO GONÇALVES	Sociedade Unipessoal, Lda	Sim	Micro Porte	?		Sim	Sim				Sim	
Alentejo	Reguengos de Monsaraz	Reguengos	Produção e Comercialização	Sociedade por Quotas, Lda	Sim	Micro Porte				Sim				Sim	
Alentejo	Reguengos de Monsaraz	Reguengos	Adega de Calisto - Sociedade Agrícola Quinta da Várzea, Lda	Sociedade por Quotas, Lda	Sim	Micro Porte			Sim						
Alentejo	Reguengos de Monsaraz	Reguengos	Las Duarte, Vinhos, Lda	Sociedade por Quotas, Lda	Sim	Micro Porte									Sim
Alentejo	Reguengos de Monsaraz	Reguengos	Monte dos Perdigos - Sociedade Agrícola dos Perdigos Lda	Sociedade por Quotas, Lda	Sim	Pequeno Porte			Sim	Sim			Sim		Sim
Alentejo	Reguengos de Monsaraz	Reguengos	Esportão, S.A	S.A	Sim	Grande Porte	201-500		Sim	Sim	Sim	• NP EN ISO9001:2015 • NP EN ISO14001:2015 • NP EN ISO5001	Sim	Sim	Sim
Alentejo	Reguengos de Monsaraz	Reguengos	Ervideira Sociedade Agrícola Lda	Sociedade por Quotas, Lda	Sim	Micro Porte	011-50		Sim	Sim					Sim
Alentejo	Reguengos de Monsaraz	Reguengos	Adega José de Sousa - José Maria da Fonseca Vinhos S.A	S.A	Sim	Médio Porte			Sim	Sim	Sim	• Certificação de Ambiente (ISO 14001) • Certificação de Segurança Alimentar pelo BRC, Issue 7, um dos mais avançados standards internacionais na área da Segurança Alimentar, e que mantém as exigências da Certificação de Qualidade	Sim	Sim	Sim

Alentejo	Reguengos de Monsaraz	Reguengos	São Lourenço do Barrocal - Herdade do Barrocal de São Lourenço - Agropecuária Lda	Sociedade por Quotas, Lda	Sim	Micro Porte	51-200		Sim	Sim	Certificação De Produção Biológica	Sim	Sim		
Alentejo	Reguengos de Monsaraz	Reguengos	Casa de Sabicos - Casa Agrícola Santana Ramalho Lda	Sociedade por Quotas, Lda	Sim	Micro Porte			Sim						
Alentejo	Reguengos de Monsaraz	Reguengos	CARMIM - Cooperativa Agrícola de Regengos de Monsaraz	Cooperativa		Cooperativa	850		Sim	Sim	Sim	A CARMIM obteve, em 31 de dezembro de 2011, a certificação conjunta dos seus Sistemas de Gestão de Qualidade, Gestão Ambiental e de Gestão de Segurança Alimentar, respetivamente para as Normas NP EN ISO 9001, NP EN ISO14001 e NP EN ISO 22000, tendo sido a primeira empresa em Portugal dentro do sector a receber este tipo de certificação integrada de gestão. Esta tripla certificação reconhece o esforço da empresa em assegurar a conformidade dos seus produtos, a satisfação dos seus clientes, a demonstração do compromisso absoluto com a segurança alimentar. Já em 2013, atingiu mais um importante objetivo no domínio da certificação, através da certificação IFS Food versão 6. Com a implementação do IFS Food 6, a empresa ficou dotada de um sistema de Gestão de Qualidade e Segurança Alimentar mais robusto, que facilita a sua integração em mercados internacionais, a qual garante uma resposta concreta para a alta segurança e Qualidade dos Produtos e expetativas dos clientes, permitindo fazer face à grande variedade de exigências.	Sim	Sim	
Alentejo	IG	IG	Enoport - Produção de Bebidas, Lda	Sociedade por Quotas, Lda		Médio Porte	51-200		Sim	Sim	Sim	certificada pelas normas			
Alentejo	Serpa	Moura	Vinhos Margaca - Vila de Pias	Sociedade Unipessoal, Lda		Pequeno Porte	31		Sim	Sim			Sim		
Alentejo	Serpa	Moura	Monte da Capela - Casa Clara, Lda	Sociedade por Quotas, Lda	Sim	Micro Porte	002-10		Sim	Sim	Sim		Sim	Sim	
Alentejo	Serpa	Moura	Herdade de Medeiros - Tahora - Produção de Vinhos e Azeites Virgens, Lda	Sociedade por Quotas, Lda	Sim	Micro Porte	002-10		Sim	Sim	Sim				
Alentejo	Serpa	Moura	Adega do Montado - Produção e Comercialização de Vinhos, Lda	Sociedade por Quotas, Lda	Sim	Micro Porte	002-10		Sim	Sim		Sim	Sim	Sim	
Alentejo	Serpa	Moura	Vinhas de Serpa - Monge e Filhas - Vinhos de Serpa, Lda	Sociedade por Quotas, Lda	Sim	Micro Porte	002-10		Sim	Sim					
Alentejo	Sousel	Portalegre	Pateo do Morgado	Sociedade por Quotas, Lda	Sim	Micro Porte	?		Sim						
Alentejo	Sousel	Portalegre	Herdade do Arrepiado Velho - Sociedade Agrícola da Herdade do Arrepiado Velho, S.A	S.A	Sim	Micro Porte	?		Sim	Sim				Sim	
Alentejo	Sousel	Portalegre	Trigueiros e Filhos - Monte das Abertas - F. Trigueiros & Filhos Lda	Sociedade por Quotas, Lda	Sim	Micro Porte	002-10			Sim	Sim				
Alentejo	Sousel	Portalegre	Mouchão e Cavaca De	S.A	Sim	Micro Porte	002-10		Sim	Sim				Sim	
Alentejo	Sousel	Portalegre	Howard's Folly Wine			Micro Porte			Sim	Sim	Sim		Sim		
Alentejo	Vendas Novas	IG	Alva - Sociedade Agrícola	Sociedade Unipessoal, Lda	Sim	Micro Porte	002-10		Sim				Sim		
Alentejo	Vidigueira	Vidigueira	Herdade do Peso - Sogrape Vinhos, S.A	S.A	Sim	Grande Porte	1000-5000	Sim	Sim	Sim	Sim	• Produção Integrada • ISO14001:2015	Sim	Sim	Sim
Alentejo	Vidigueira	Vidigueira	Herdade Tinto e Branco	Sociedade Unipessoal, Lda	Sim	Micro Porte	002-10		Sim	Sim					

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

Anexo II – Região Demarcada dos Vinhos Verdes

REGIÃO	SUB REGIÃO	EMPRESA	CATEGORIA	Empresa Familiar	PORTE	VOLUME (hl)/2020	ENOTURISMO	PRÊMIOS	EXPORTAÇÃO	RELATORIO	CERTIFICAÇÃO	RESPONSABILIDADE SOCIAL	BOAS PRÁTICAS - SUSTENTABILIDADE	PROJETOS
Vinhos Verdes	Cávado	Adega Coop de Barcelos	Cooperativa		Cooperativa	1 496								
Vinhos Verdes	Amarante	Adega Coop de Amarante	Cooperativa		Cooperativa	5 240	Sim		Sim				Sim	
Vinhos Verdes	Sousa	Adega Cooperativa de Lousada C.R.L	Cooperativa		Cooperativa	5 055	Sim							
Vinhos Verdes	Sousa	Adega Cooperativa de Paredes	Cooperativa		Cooperativa	700								
Vinhos Verdes	Ave	Adega Cooperativa de Guimarães	Cooperativa		Cooperativa	4 552		Sim						
Vinhos Verdes	Lima	Adega Cooperativa Ponte de Lima	Cooperativa		Cooperativa	39 644	Sim	Sim			NP EN ISO 9001			Sim
Vinhos Verdes	Ave	Frutivinhos - Adega Cooperativa Vila Nova Famalicão	Cooperativa		Cooperativa	3 206			Sim		"Made in Famalicão"			
Vinhos Verdes	Sousa	Adega Cooperativa Vale da Cambra	Cooperativa		Cooperativa	3 235		Sim						
Vinhos Verdes	Sousa	Terras de Felgueiras - Adega Cooperativa de Felgueiras	Cooperativa		Cooperativa	54 093	Sim	Sim	Sim		• ISSO 9001:2015 • MP 4469-1:2008 • GLOBAL G.A.P. • Rota do Românico – Selo de Qualidade • Pme Líder'17 • PME 2020	Sim	Sim	Sim
Vinhos Verdes	Lima	Adega Cooperativa de Ponte da Barca	Cooperativa		Cooperativa	6.790	Sim	Sim	Sim		• Pme Líder'17		Sim	Sim
Vinhos Verdes	Cávado	Cavagri - Cooperativa Agrícola do Alto Cávado	Cooperativa		Cooperativa	5 164						Sim		
Vinhos Verdes	Monção e Melgaço	Adega Cooperativa Regional de Monção	Cooperativa		Cooperativa	52 662	Sim	Sim	Sim		PME Líder		Sim	
Vinhos Verdes	Sousa	Adega Cooperativa Margem Tâmega	Cooperativa		Cooperativa	868								
Vinhos Verdes	Ave	Adega Cooperativa de Santo Tirso e Trofa	Cooperativa		Cooperativa	1 390	Sim	Sim						
Vinhos Verdes	Amarante	Ab Valley Wines	Sociedade por Quotas, Lda		Pequeno Produtor		Sim	Sim	Sim					
Vinhos Verdes	Amarante	Casa da Calçada - Quinta da Calçada - Agrimota - Sociedade Agrícola e Florestal S.A	S.A	sim	Pequeno Produtor		Sim	Sim	Sim		Na Quinta encontra-se a vinha certificada mais antiga da região			
Vinhos Verdes	Amarante	Quinta de Caiz - Quintas de Caiz Sociedade Agrícola, Lda	Sociedade por Quotas, Lda	sim	Micro Produtor		Sim	Sim	Sim					
Vinhos Verdes	Amarante	Casa de Mouraz - António Lopes Ribeiro, Wines Lda	Sociedade por Quotas, Lda	sim	Micro Produtor		Sim	Sim	Sim		ECOCERT - Agricultura Biológica Agricultura Biodinâmica - https://renaissance-des-appellations.com/en/			Sim
Vinhos Verdes	Amarante	Quinta do Burgo Sociedade Agrícola, Limitada	Sociedade por Quotas, Lda	sim	Micro Produtor		Sim	Sim	Sim					

Vinhos Verdes	Amarante	Casa de Oleiros - Manuel Nunes Costa Camizao	Sociedade Unipessoal, Lda	sim	Micro Produtor			Sim	Sim					
Vinhos Verdes	Amarante	Caves da Cerca	S.A	sim	Micro Produtor		Sim	Sim	Sim				Sim	
Vinhos Verdes	Amarante	Quinta de Silvoso - Antonio Teixeira Mendes, Unipessoal, LDA	Sociedade Unipessoal, Lda	sim	Micro Produtor		Sim	Sim	Sim					
Vinhos Verdes	Amarante	Casa do Cello - Gestão Rural Lda	Sociedade por Quotas, Lda	sim	Micro Produtor			Sim	Sim					
Vinhos Verdes	Amarante	Quinta do Outeiro de Baixo - Soc Agricola S Verissimo LDA	Sociedade por Quotas, Lda		Micro Produtor			Sim	Sim					
Vinhos Verdes	Amarante	Casa de Vilacetinho	Sociedade por Quotas, Lda		Pequeno Produtor		Sim	Sim	Sim		- NP EN ISO 9001:2015 - ISO 22000:2018 * Produção Integrada			
Vinhos Verdes	Amarante	Soc Agricola Da Quinta Do Mosteiro LDA	Sociedade por Quotas, Lda		Micro Produtor			Sim						
Vinhos Verdes	Amarante	Quinta de Vila Vova - Sociedade Agricola Casa De Vila Nova LDA	Sociedade por Quotas, Lda	Sim	Micro Produtor		Sim	Sim	Sim					
Vinhos Verdes	Amarante	Quinta da Palminha	Sociedade Unipessoal, Lda	sim	Pequeno Produtor			Sim	Sim		DEMETER - Produção Biodinâmica			Sim
Vinhos Verdes	Amarante	Casa Lariais - Soc Agricola LDA	Sociedade por Quotas, Lda		Micro Produtor		Sim	Sim						
Vinhos Verdes	Amarante	Arizo - Quinta do Pinheiral - Comércio de Vinhos Lda	Sociedade por Quotas, Lda		Micro Produtor		Sim	Sim						
Vinhos Verdes	Amarante	Casa de Freitas, Sociedade Agricola Lda	Sociedade por Quotas, Lda		Micro Produtor			Sim						
Vinhos Verdes	Amarante	Quinta da Baseira e Freixo - Duas Vinhas - António Pereira	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor			Sim			ECOCERT - Agricultura Biológica Agricultura Biodinâmica - https://renaissance-des-appellations.com/en/			
Vinhos Verdes	Amarante	Turra - Jorge Sousa Pinto II - Serviços Enológicos, Lda	Sociedade por Quotas, Lda		Micro Produtor			Sim						
Vinhos Verdes	Amarante	Casa de Vila Boa	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor		Sim	Sim						
Vinhos Verdes	Amarante	Quinta do Rodelo Velho - Chuac	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor			Sim						
Vinhos Verdes	Amarante	Vitimarante	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor									
Vinhos Verdes	Amarante	Magalhaes Abreu & Magalhaes	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor									
Vinhos Verdes	Amarante	Sociedade Agrícola Magalhães - Dona Loba	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor									
Vinhos Verdes	Amarante	Casa Grande Sant'Ana - Casa Grande de Santana - Sociedade Agrícola, Lda	Sociedade por Quotas, Lda	sim	Micro Produtor		Sim	Sim	Sim				Sim	

Vinhos Verdes	Amarante	Quinta Casa de Vila Verde - Santos Lima	Sociedade por Quotas, Lda	sim	Pequeno Produtor			Sim	Sim				
Vinhos Verdes	Amarante	Caves do Monte - Vinhos S.A	S.A	sim	Pequeno Produtor			Sim	Sim		NP EN ISO 22000:2005		
Vinhos Verdes	Amarante	Caves Moura Basto - Quinta devesa - ENOPORT - Produção de Bebidas, Lda	Sociedade por Quotas, Lda		Médio Produtor			Sim	Sim		NP EN ISO 9001:2015		
Vinhos Verdes	Amarante	Casa de Passinhos - Cesar Moura Marques	Sociedade Unipessoal, Lda	Sim	Micro Produtor		Sim	Sim					
Vinhos Verdes	Amarante	Quinta de Vila Garcia - Enconstas de Taleigo- Sociedade Agrícola e Comercial Lda	Sociedade por Quotas, Lda	Sim	Pequeno Produtor			Sim	Sim				
Vinhos Verdes	Amarante	Chapeleiro - Casa de Vilarelho	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor			Sim	Sim				
Vinhos Verdes	Amarante	Entre Montanhas - Elisa Maria Pinheiro Mesquita	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor			Sim	Sim				
Vinhos Verdes	Amarante	Teixeira de Pascoaes - Quinta da Capelinha , Quinta da Aveleda, Quinta da Argabiça - Couto & Campo, Sociedade Agrícola, Lda	Sociedade por Quotas, Lda		Micro Produtor			Sim	Sim				
Vinhos Verdes	Amarante	Encostas de Buriz - Cvm - Viticultura e Enologia, Lda	Sociedade por Quotas, Lda	Sim	Micro Produtor			Sim					
Vinhos Verdes	Amarante	Dos Santos, Lda - Manhufe Agricultura E Turismo Rural Lda	Sociedade por Quotas, Lda	Sim	Micro Produtor		Sim	Sim	Sim			Sim	
Vinhos Verdes	Amarante	Casa da Capela	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor								
Vinhos Verdes	Amarante	Quinta do Moiral	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor								
Vinhos Verdes	Amarante	Filhos de Moura	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor								
Vinhos Verdes	Amarante	Jóia de Gatão - Sociedade Vinícola - Jóia de Gatão, Unipessoal Lda	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor								
Vinhos Verdes	Amarante	Graxisto - Sociedade Agrícola, Lda	Sociedade por Quotas, Lda		Micro Produtor								
Vinhos Verdes	Amarante	Vinhas do Vale Amarelo	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor								
Vinhos Verdes	Amarante	A.R.H	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor								
Vinhos Verdes	Amarante	Quinta de Caselas - Casa de Avesões	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor								
Vinhos Verdes	Amarante	Quinta da Livração	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor								
Vinhos Verdes	Amarante	Tongobrigda - José Mendes	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor								
Vinhos Verdes	Amarante	JMSA - Amarantino	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor								

Vinhos Verdes	Amarante	Quinta do Casal Novo	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor			Sim						
Vinhos Verdes	Amarante	Jo - Quinta de Penso	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor			Sim						
Vinhos Verdes	Amarante	Quinta da Povoação Pequena	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor		Sim	Sim			Produção Integrada			
Vinhos Verdes	Amarante	Quinta da Pousadela	Sociedade por Quotas, Lda	Sim	Micro Produtor		Sim	Sim						
Vinhos Verdes	Amarante	Vinhos Manoel Pinheiro	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor			Sim						
Vinhos Verdes	Amarante	Serra de Aboim	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor									
Vinhos Verdes	Amarante	Pequenos Rebentos - Márcio Lopes	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor									
Vinhos Verdes	Amarante	Quinta da Levada - Sociedade Agrícola	Sociedade Unipessoal, Lda	Sim	Micro Produtor		Sim	Sim						
Vinhos Verdes	Amarante	Quinta da Mizarela	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor									
Vinhos Verdes	Amarante	Quinta da Samoça - Terras de S. Martinho - Sociedade Agrícola Lda	Sociedade por Quotas, Lda		Micro Produtor		Sim	Sim						
Vinhos Verdes	Amarante	Quinta de Carapeços - Sociedade Vitivinícola S.A	S.A	Sim	Micro Produtor		Sim	Sim	Sim					
Vinhos Verdes	Amarante	Maria Antonia Silva Moreira	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor									
Vinhos Verdes	Amarante	Maria Cidalia Ribeiro De Abreu Matias	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor									
Vinhos Verdes	Amarante	Encosta da Lage - Espadeiro	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor									
Vinhos Verdes	Amarante	Carlos Raposo - Vinhos Imperfeitos	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor									
Vinhos Verdes	Amarante	Quinta das Tábuas	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor									
Vinhos Verdes	Amarante	Arrochela e Camizão	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor									
Vinhos Verdes	Amarante	Vale de Ambrães - Prosa	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor									
Vinhos Verdes	Amarante	Carmelitas - Convento de Avesadas	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor		Sim							
Vinhos Verdes	Amarante	Paulo Silva Pinheiro	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor									
Vinhos Verdes	Amarante	UP Uva Pedro	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor									
Vinhos Verdes	Amarante	Pipa Molhada	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor									
Vinhos Verdes	Amarante	Quinta do Barreirinho	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor									
Vinhos Verdes	Amarante	Vinha do Cabo	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor									
Vinhos Verdes	Amarante	Quinta da Herdade	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor		Sim	Sim						
Vinhos Verdes	Amarante	Quinta Ribeira da Baia	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor									
Vinhos Verdes	Amarante	Quinta de Ambrães - Casa Agrícola de Ambrães	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor		Sim	Sim	Sim					

Vinhos Verdes	Amarante	Sete Castas de Basto	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor			Sim						
Vinhos Verdes	Amarante	Quinta dos Paus - Sociedade Agrícola Quinta dos Paus, Lda	Sociedade por Quotas, Lda		Micro Produtor									
Vinhos Verdes	Amarante	Quinta da Cardenha - Sofmatos, Lda.	Sociedade por Quotas, Lda		Micro Produtor									
Vinhos Verdes	Amarante	Terraço da Vinha - Sociedade Agro-Vitícola, S.A	S.A		Em liquidação			Sim	Sim					
Vinhos Verdes	Amarante	Sapateiro Wine - Tiago Soares	Sociedade Unipessoal, Lda	Sim	Micro Produtor			Sim	Sim					
Vinhos Verdes	Amarante	Vinibio - Produtores de Uvas de Agricultura Biológica e Biodinâmica, Ace	Agrupamento Complementar de Empresas		Micro Produtor			Sim	Sim				Sim	
Vinhos Verdes	Amarante	Quinta da Torre	Sociedade por Quotas, Lda		Pequeno Produtor		Sim	Sim					Sim	
Vinhos Verdes	Amarante	Casa do Portinho - Vinho Besta - Encostas Bravas, Lda.	Sociedade por Quotas, Lda		Micro Produtor		Sim							
Vinhos Verdes	Amarante	Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Marco de Canaveses - EPAMAC	Sociedade por Quotas, Lda		Micro Produtor		Sim							
Vinhos Verdes	Amarante	Pecado Capital - Convívio De Sabores Unipessoal LDA	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor		Sim							
Vinhos Verdes	Amarante	Fazenda Da Boavista Da Mata - Artur Pinto	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor		Sim							
Vinhos Verdes	Amarante	Quinta da Herdade	Sociedade por Quotas, Lda		Pequeno Produtor		Sim							
Vinhos Verdes	Amarante	Quinta do Forno	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor		Sim							
Vinhos Verdes	Amarante	Solar de Carvalhosa - Quinta da Carvalhosa, Sociedade Agrícola Lda	Sociedade por Quotas, Lda		Micro Produtor		Sim							
Vinhos Verdes	Amarante	Antonio José Teixeira Sampaio	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor									
Vinhos Verdes	Amarante	Atonio Leonel Barros Freire	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor									
Vinhos Verdes	Amarante	Antonio Ribeiro Preira	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor									
Vinhos Verdes	Amarante	Antony George Herbert Kundert	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor									
Vinhos Verdes	Amarante	Anotnio Futuro	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor									
Vinhos Verdes	Ave	Encosta de Xisto - Vasco Faria AS	S.A	Sim	Micro Produtor		Sim	Sim	Sim					
Vinhos Verdes	Ave	Casa de Sezim - Agricultura, Turismo e Investimentos Imobiliários, S.A	S.A	Sim	Micro Produtor		Sim	Sim						

Vinhos Verdes	Ave	Tapada dos Monges -Vinhos Norte - Manuel Costa Carvalho Lima & Filhos LDA	Sociedade por Quotas, Lda	Sim	Pequeno Produtor			Sim	Sim		• NP EN ISO 9001:2000 • Sistema HACCP	Sim		
Vinhos Verdes	Ave	Aromas4U, Lda	Sociedade por Quotas, Lda		Micro Produtor		Sim	Sim						
Vinhos Verdes	Ave	Quinta do Gomariz - Sociedade Agrícola e Comercial, Unipessoal Lda	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor			Sim	Sim					
Vinhos Verdes	Ave	Quinta Picouto de Cima- Albertino Rodrigues Ferreira	Sociedade Unipessoal, Lda	Sim	Micro Produtor		Sim	Sim	Sim					
Vinhos Verdes	Ave	Quinta de Calvelos - Alexandre Sameiro Pereira Alves	Sociedade Unipessoal, Lda	Sim	Micro Produtor		Sim	Sim						
Vinhos Verdes	Ave	Quinta da Pousada - Areal - José de Campos Reis Areal	Sociedade Unipessoal, Lda	Sim	Micro Produtor		Sim	Sim						
Vinhos Verdes	Ave	Quinta da Costa	Sociedade Unipessoal, Lda	Sim	Micro Produtor		Sim	Sim					Sim	
Vinhos Verdes	Ave	Mosteiro de Stª Maria de Landim, Sociedade Agrícola Lda	Sociedade por Quotas, Lda		Micro Produtor		Sim	Sim						
Vinhos Verdes	Ave	Casa de Cerdeiro - Sociedade Agrícola - Casa do Cerdeiro, Lda	Sociedade por Quotas, Lda		Micro Produtor			Sim						
Vinhos Verdes	Ave	Casa Agrícola de Compostela S.A	S.A	Sim	Micro Produtor		Sim	Sim						
Vinhos Verdes	Ave	Quinta de Belmonte - Casa de Geraz - Sociedade Agrícola, Lda	Sociedade por Quotas, Lda		Micro Produtor		Sim	Sim						
Vinhos Verdes	Ave	Caves Campelo	S.A	Sim	Pequeno Produtor		Sim	Sim	Sim					
Vinhos Verdes	Ave	Quinta do Alívio - Aroma Original - Sociedade Agrícola Lda	Sociedade por Quotas, Lda		Micro Produtor									
Vinhos Verdes	Ave	Casa da Granja - Avervamos	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor									
Vinhos Verdes	Ave	Quinta do Minho - Casa Ermelinda Freitas - Vinhos S.A	Sociedade Unipessoal, Lda		Médio Produtor		Sim	Sim	Sim					
Vinhos Verdes	Ave	Quinta da Faisca - Secret Spots Wine - GR Consultores	Sociedade por Quotas, Lda		Micro Produtor		Sim	Sim	Sim					
Vinhos Verdes	Ave	Be Wines - Bewine's	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor								Sim	
Vinhos Verdes	Ave	Quinta Vila Beatriz - Capla - Casanova Agro-pecuária AS	S.A											
Vinhos Verdes	Ave	Escola Prof Agrícola Conde S Bento	Sociedade por Quotas, Lda		Micro Produtor		Sim							
Vinhos Verdes	Ave	Caves Costa Verde	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor			Sim						

Vinhos Verdes	Ave	Quinta dos Encados - Exploração Agrícola e Vinícola, Lda	Sociedade por Quotas, Lda	Sim	Micro Produtor			Sim					
Vinhos Verdes	Ave	Quinta de São Gião - Sociedade Agrícola Quinta do Gião, Lda	Sociedade por Quotas, Lda	Sim	Micro Produtor		Sim	Sim					
Vinhos Verdes	Ave	Herdade da Sesmaria Nova e Gavião - D'Alegria Vinhos	Sociedade por Quotas, Lda		Pequeno Produtor			Sim	Sim		• NP EN ISO 9001:2015 • BRC Food Certificated	Sim	Sim
Vinhos Verdes	Ave	Quinta Cadoso de Cima - Exploração Agrícola Quinta Cadoso de Cima Lda	Sociedade por Quotas, Lda		Micro Produtor								
Vinhos Verdes	Ave	Quinta de Taipagro	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor		Sim						
Vinhos Verdes	Ave	Quinta da Serzêda	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor		Sim						
Vinhos Verdes	Ave	Quinta Vale do Leça	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor		Sim						
Vinhos Verdes	Ave	Quinta da Igreja	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor		Sim						
Vinhos Verdes	Ave	Adega de Corredoura - Lágrima de Uva	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor								
Vinhos Verdes	Ave	Quinta de Patos	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor								
Vinhos Verdes	Ave	Sociedade Agrícola da Quinta da Devesa Lda	Sociedade por Quotas, Lda		Micro Produtor		Sim	Sim	Sim				
Vinhos Verdes	Ave	Quinta da Pigarra - Sociedade Agrícola, Lda	Sociedade por Quotas, Lda		Micro Produtor			Sim					
Vinhos Verdes	Ave	Quinta Senhora da Seca	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor								
Vinhos Verdes	Ave	Quinta de Morteiras	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor		Sim	Sim					
Vinhos Verdes	Ave	Quinta da Eira do Sol	S.A		Micro Produtor		Sim						
Vinhos Verdes	Ave	Quinta Pousada de Fora - Sociedade Agrícola, Lda	Sociedade por Quotas, Lda		Micro Produtor		Sim	Sim					
Vinhos Verdes	Ave	Quinta de S. Romão, Lda	Sociedade por Quotas, Lda		Micro Produtor		Sim						
Vinhos Verdes	Ave	Quinta Viera Alves - Snowball Investments, Lda - antes: Quinta Vieira & Alves - Turismo Rural, Lda	Sociedade por Quotas, Lda		Micro Produtor		Sim	Sim					
Vinhos Verdes	Ave	Quinta da Rabiana	Sociedade por Quotas, Lda		Micro Produtor			Sim					
Vinhos Verdes	Ave	Casa de Ventozela - Sociedade Agrícola Casal de Ventozela S.A	S.A		Micro Produtor		Sim	Sim	Sim				

[illegible]

[illegible]

[illegible]

Vinhos Verdes	Baião	Casa da Lavand'Eira - ConceptTrend -	Sociedade por Quotas, Lda		Micro Produtor			Sim						
Vinhos Verdes	Baião	Casa das Antas	Sociedade por Quotas, Lda		Micro Produtor		Sim	Sim						
Vinhos Verdes	Baião	Entre Margens - Vinhas do Zêzere												
Vinhos Verdes	Baião	Augusto Rogerio Fonseca Machado												
Vinhos Verdes	Baião	Casa Agrícola do Cata-Vento	Sociedade por Quotas, Lda											
Vinhos Verdes	Baião	Casa das Margens	Sociedade por Quotas, Lda											
Vinhos Verdes	Baião	Eduardo Manuel Ferreira												
Vinhos Verdes	Baião	Franz Georg Muhl												
Vinhos Verdes	Baião	Guilhemina Cruz Ferreira C.carvalho - Quinta Vinha Nova												
Vinhos Verdes	Baião	Ines Ferreira Silva Azeredo Vasconcelos												
Vinhos Verdes	Baião	Joao Jose Pereira Duarte - Restaurante Antiquário dos Leitões												
Vinhos Verdes	Baião	Jonathan Trooley & Associados, SA	S.A		Pequeno produtor									
Vinhos Verdes	Baião	Jose Luis Ferreira Da Silva												
Vinhos Verdes	Baião	Jose Manuel Cardoso Teixeira												
Vinhos Verdes	Baião	Luis Filipe Amorim Novais Nogueira												
Vinhos Verdes	Baião	Vinhas Do Acrisio - Manuel Alexandre Pinto Borges												
Vinhos Verdes	Baião	Quinta Dos Calvinhos - Soc Agricola Quinta Dos Calvinhos, Lda.	Sociedade por Quotas, Lda		Micro Produtor									
Vinhos Verdes	Baião	Maria Cidalia Ribeiro De Abreu Matias												
Vinhos Verdes	Baião	Maria Helena Regalo Fonseca												
Vinhos Verdes	Baião	Natureza Das Vinhas - Quinta do Candeiro												
Vinhos Verdes	Baião	Nuno Sergio Esteves Abreu												
Vinhos Verdes	Baião	Pedro Miguel Tigre Falcao Queiros - Casa da Cancela												
Vinhos Verdes	Baião	Uesgo-unidade Estudos Gin. otol.lida.												
Vinhos Verdes	Baião	Viniavesso - Sociedade Agrícola e Vitivinícola Lda	Sociedade por Quotas, Lda		Micro Produtor			Sim						

Vinhos Verdes	Baião	Quinta Miradouro Dos Dizimos, SA	S.A		Micro Produtor									
Vinhos Verdes	Baião	Terras do Passal - empreendimentos Rurais LDA	Sociedade por Quotas, Lda		Micro Produtor									
Vinhos Verdes	Baião	Veronica Vincke Thumann Brandao Menezes												
Vinhos Verdes	Basto	Quinta de Soutelos - Sociedade Agricola da Quinta de Soutelos Lda	Sociedade por Quotas, Lda	Sim	Pequeno Produtor									
Vinhos Verdes	Basto	Quinta de Santa Cristina - Garantia das Quintas	Sociedade por Quotas, Lda		Pequeno Produtor		Sim	Sim	Sim		Certificação de Produção Integrada e GlobalG.A.P.			
Vinhos Verdes	Basto	Casa do Valle - Sociedade Agricola Lda	Sociedade por Quotas, Lda	Sim	Pequeno Produtor		Sim	Sim	Sim		Produção Integrada		Sim	
Vinhos Verdes	Basto	Casa da Tojeira Lda	Sociedade por Quotas, Lda	Sim	Micro Produtor		Sim	Sim	Sim					
Vinhos Verdes	Basto	Quinta da Raza	Sociedade por Quotas, Lda	Sim	Pequeno Produtor		Sim	Sim	Sim		• NP EN ISO 9001:2015 • Produção Integrada			
Vinhos Verdes	Basto	Quinta da Carvalha - Alma Nova - Manuel Melo Pinto Tameirao	Sociedade Unipessoal, Lda	Sim	Micro Produtor			Sim						
Vinhos Verdes	Basto	Quinta de Miramontes	Sociedade Unipessoal, Lda	Sim	Micro Produtor		Sim	Sim	Sim					
Vinhos Verdes	Basto	Cardeano de Basto	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor			Sim						
Vinhos Verdes	Basto	Adega Molares - Quinta da Cerca / Quinta do Corgo /Quinta de Molares	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor		Sim	Sim	Sim					
Vinhos Verdes	Basto	Quinta do Tapadinho - Casa do Carvalho - Anotnio Barroso Carvakho	Sociedade Unipessoal, Lda	Sim	Micro Produtor		Sim							
Vinhos Verdes	Basto	Casa do Barroso Wines, Lda	Sociedade por Quotas, Lda	Sim	Micro Produtor		Sim	Sim			Sim			
Vinhos Verdes	Basto	Casa Senhorial do Reguengo- Agricultura e Turismo Lda	Sociedade por Quotas, Lda	Sim	Micro Produtor			Sim						
Vinhos Verdes	Basto	Plainas - Casa Santa Eulália - Cse - Sociedade Agricola, LDA	Sociedade por Quotas, Lda	Sim	Micro Produtor		Sim	Sim						
Vinhos Verdes	Basto	Pé de Limão	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor		Sim	Sim			Produção Integrada			
Vinhos Verdes	Basto	Casa de Vilapouca - Escosta de Espariz	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor			Sim						
Vinhos Verdes	Basto	Adega dos Leões	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor			Sim						
Vinhos Verdes	Basto	Quinta de Valorongo	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor			Sim			SATIVA - Produção Integrada			
Vinhos Verdes	Basto	Adega Modestu's - modesto augusto freitas de castro	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor			Sim						

Vinhos Verdes	Basto	Oleiros Vila - Turismo Comercio LDA												
Vinhos Verdes	Basto	Simão Pedro Andrade Loureiro												
Vinhos Verdes	Basto	Vinhas Da Azenha - Soc Agric Unip LDA	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor									
Vinhos Verdes	Cávado	Quinta Casa de Penela - Sociedade Vinícola Lda	Sociedade por Quotas, Lda	sim	Micro Produtor		Sim	Sim						
Vinhos Verdes	Cávado	Quinta do Tamariz - Sociedade Agrícola da Quinta de Santa Maria S.A	S.A		Micro Produtor		Sim	Sim						
Vinhos Verdes	Cávado	Solar das Bouças	S.A		Micro Produtor		Sim	Sim	Sim			Sim	Sim	
Vinhos Verdes	Cávado	Quinta de Amares-Vinicultura Lda	Sociedade por Quotas, Lda		Micro Produtor		Sim	Sim	Sim		* SATIVA - Certificação de Produção Integrada * Ponto Verde - Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Embalagens		Sim	
Vinhos Verdes	Cávado	Quinta de Paços Sociedade Agrícola, Lda.	Sociedade por Quotas, Lda		Micro Produtor		Sim	Sim						
Vinhos Verdes	Cávado	Quintas do Homem - Quinta da Veiga	Sociedade por Quotas, Lda	Sim	Pequeno Produtor		Sim	Sim						
Vinhos Verdes	Cávado	Glano Wines - Herdade do Carvalho - Sociedade Vitivinícola de Portalegre	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor			Sim	Sim				Sim	
Vinhos Verdes	Cávado	Quinta do Barco - J F S - Sociedade Vinícola Lda	Sociedade por Quotas, Lda		Micro Produtor			Sim						
Vinhos Verdes	Cávado	Peixoto Rodrigues - Jorge Luis Marques Rodrigues	Sociedade Unipessoal, Lda	Sim	Micro Produtor			Sim						
Vinhos Verdes	Cávado	Quinta Cova da Raposa - Manuel Sousa Taxa	Sociedade Unipessoal, Lda	Sim	Micro Produtor		Sim	Sim			Produção Biológica e Biodinâmica			
Vinhos Verdes	Cávado	Quinta de Sendim - Balão -Miranda & Novais	Sociedade por Quotas, Lda	Sim	Pequeno Produtor		Sim	Sim						
Vinhos Verdes	Cávado	Quinta Do Pico De Regalados - Agro Turismo, Lda	Sociedade por Quotas, Lda	Sim	Micro Produtor		Sim							
Vinhos Verdes	Cávado	Quinta do Cruzeiro - Socalcos do Bouro - Vitivinicultura, Lda	Sociedade por Quotas, Lda		Micro Produtor		Sim	Sim						
Vinhos Verdes	Cávado	Quinta de Azevedo - Sogrape Vinhos, S.A	S.A		Grande Produtor		Sim	Sim	Sim		• NP EN ISO 14001:2010 • SATIVA - Produção Integrada • Triman é um requisito legal em França que indica que uma embalagem tem de ser reciclada no final da sua vida útil	Sm	Sim	

[illegible]

Vinhos Verdes	Cávado	Luis Ramos Casanova												
Vinhos Verdes	Cávado	Adega Do Cavacadouro - Manuel Jorge Pereira Antunes	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor									
Vinhos Verdes	Cávado	Manuel Jose De Castro Carvalho												
Vinhos Verdes	Cávado	Quinta dos Eidos - Marcio Filipe Fernandes Lopes												
Vinhos Verdes	Cávado	Encostas Da Abadia - Maria Da Conceicao P Costa Vil Pereira	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor						SATIVA - Produção Integrada			
Vinhos Verdes	Cávado	O Feliz - Agricola LDA	Sociedade por Quotas, Lda		Micro Produtor									
Vinhos Verdes	Cávado	Quinta de São Cláudio - Paulo Maria Azevedo Costa Leme												
Vinhos Verdes	Cávado	Quinta Das Antilhas LDA	Sociedade por Quotas, Lda		Micro Produtor									
Vinhos Verdes	Cávado	Quinta De Juste Agroturismo, LDA	Sociedade por Quotas, Lda		Micro Produtor									
Vinhos Verdes	Cávado	Vinhas Baixas - Soc Agricola Quinta Regainho, LDA	Sociedade por Quotas, Lda		Micro Produtor									
Vinhos Verdes	Cávado	Soc Agricola Quinta Salgueiro LDA	Sociedade por Quotas, Lda		Micro Produtor									
Vinhos Verdes	Lima	Esporão - Quinta do Ameal - Esporão, S.A	S.A		Médio Produtor		Sim	Sim	Sim		• NP EN ISO9001:2015 • NP EN ISO14001:2015 • NP EN ISO5001	Sim	Sim	
Vinhos Verdes	Lima	Caroça wines - Joel Carvalho, Sociedade Agrícola, Limitada	Sociedade por Quotas, Lda		Micro Produtor		Sim	Sim	Sim					
Vinhos Verdes	Lima	Casal do Paço Padreiro - Aphros Wine, Lda	Sociedade por Quotas, Lda		Micro Produtor		Sim	Sim	Sim				Sim	
Vinhos Verdes	Lima	Casa Das Buganvillas - De Figueiredo'S - Sociedade de Vinhos, Lda	Sociedade por Quotas, Lda		Micro Produtor		Sim	Sim	Sim					
Vinhos Verdes	Lima	Casa do Barreiro - Miguel Diogo Barba M Malheiro Barbosa	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor									
Vinhos Verdes	Lima	Casa da Cuca - Turismo de Animação Rural Limiano Lda	Sociedade por Quotas, Lda	Sim	Micro Produtor		Sim							
Vinhos Verdes	Lima	Quinta Paço de Calheiros - Sociedade Agro-Turística, Lda	Sociedade por Quotas, Lda	Sim	Micro Produtor		Sim	Sim			Agricultura biodinâmica	Sim	Sim	
Vinhos Verdes	Lima	Lethes - Quinta de Vilar - Glatlântico, Consultadoria, Lda	Sociedade por Quotas, Lda	Sim	Micro Produtor		Sim							

Vinhos Verdes	Lima	Quinta das Fontes - Encontro das Fontes - Sociedade de Agroturismo, Lda	Sociedade por Quotas, Lda		Micro Produtor		Sim	Sim						
Vinhos Verdes	Lima	Quinta da Freiria - Sociedade Agrícola da Quinta da Freiria S.A	S.A	Sim	Grande Produtor									
Vinhos Verdes	Lima	Solar de Borgonha	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor									
Vinhos Verdes	Lima	Quinta dos Abrigueiros - Casa da Senra - Abrigueiros - Produções Agrícolas e Turismo, S.A	S.A	sim	Micro Produtor		Sim	Sim	Sim					
Vinhos Verdes	Lima	Pecadinhos do Abade - Laureano Machado	Sociedade Unipessoal, Lda											
Vinhos Verdes	Lima	Vil'Antiga	Sociedade Unipessoal, Lda	sim	Micro Produtor			Sim	Sim					
Vinhos Verdes	Lima	Quinta de Santa Marinha - António Joaquim Rodrigues, Lda	Sociedade por Quotas, Lda	sim	Micro Produtor		Sim	Sim						
Vinhos Verdes	Lima	Quinta Casa da Mata - Jose Ennes Granhao Torres Pacheco	Sociedade Unipessoal, Lda	sim	Micro Produtor		Sim	Sim						
Vinhos Verdes	Lima	Veigas da Matança	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor									
Vinhos Verdes	Lima	Solar do Louredo, Sociedade Agrícola, Lda	Sociedade Unipessoal, Lda	Sim	Micro Produtor		Sim	Sim	Sim					
Vinhos Verdes	Lima	Solar de Merufe - v	Sociedade Unipessoal, Lda	Sim	Micro Produtor		Sim	Sim						
Vinhos Verdes	Lima	Paço D'Anha	Sociedade Unipessoal, Lda	Sim	Micro Produtor		Sim	Sim						
Vinhos Verdes	Lima	Casa da Reina	Sociedade Unipessoal, Lda											
Vinhos Verdes	Lima	Valinhas - NWines by NCampelo - Nuno Campelo, Unipessoal Lda	Sociedade Unipessoal, Lda	sim	Micro Produtor		Sim	Sim	Sim					
Vinhos Verdes	Lima	Quinta do Cruzeiro - Escola Prof Agri Desenv Rural Ponte Lima	Sociedade por Quotas, Lda		Micro Produtor			Sim						
Vinhos Verdes	Lima	Torre de Aguiã - Simao Pedro Vasconcelos Bacelar Aguiã	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor		Sim	Sim	Sim					
Vinhos Verdes	Lima	Quinta do Formigueiro - Antonio Pedro Guimaraes Fernandes Ponte	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor			Sim						
Vinhos Verdes	Lima	Casa Santos Lima - Companhia das Vinhas S.A	S.A	Sim	Grande Produtor		Sim	Sim	Sim					

Vinhos Verdes	Lima	Casca Wines - Produção e Comercialização de Vinhos, S.A	S.A		Micro Produtor			Sim	Sim					
Vinhos Verdes	Lima	Casa dos Borrachais	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor									
Vinhos Verdes	Lima	Sobrinho Do Arcipreste - Eduardo Carlos Barbosa Pinto	Sociedade Unipessoal, Lda	Sim	Micro Produtor		Sim	Sim						
Vinhos Verdes	Lima	Quinta do Hospital - Falua Sociedade de Vinhos S.A	S.A		Pequeno Produtor		Sim	Sim	Sim				Sim	
Vinhos Verdes	Lima	Vicente Faria - Vinhos	S.A		Pequeno Produtor		Sim	Sim	Sim					
Vinhos Verdes	Lima	Quinta de Luou - Sociedade Agrícola Lda	Sociedade por Quotas, Lda		Micro Produtor		Sim	Sim					Sim	
Vinhos Verdes	Lima	Casa da Reina - Rural Lima - Soc Producao Agrícola LDA	Sociedade por Quotas, Lda		Micro Produtor		Sim					Sim	Sim	
Vinhos Verdes	Lima	Quinta Solar de Merufe - Jose Jaime Lopes Gonçalves da Riba	Sociedade Unipessoal, Lda	Sim	Micro Produtor		Sim	Sim					Sim	
Vinhos Verdes	Lima	Vinhas de Cypriano - Limanova Agricultura e Turismo, Lda	Sociedade por Quotas, Lda		Micro Produtor		Sim	Sim						
Vinhos Verdes	Lima	Quinta da Torre de Quintela - Luis Francisco Pereira Lacerda	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor		Sim	Sim						
Vinhos Verdes	Lima	Phulia Wines - Luis Simplicio Ferreira Brito	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor			Sim						
Vinhos Verdes	Lima	Casa de Fundevila - Maria Lourdes Ribeiro Goncalves Teixeira	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor		Sim				NP EN ISO 4494:2010			
Vinhos Verdes	Lima	Quinta do Cerqueiral	Sociedade por Quotas, Lda		Micro Produtor		Sim	Sim			Produção Integrada			
Vinhos Verdes	Lima	Pbw - Portugal Boutique Winery, Lda	Sociedade por Quotas, Lda		Micro Produtor			Sim						
Vinhos Verdes	Lima	Quinta da Cesta, Unipessoal Lda	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor									
Vinhos Verdes	Lima	Quinta Campos do Lima	Sociedade Unipessoal, Lda											
Vinhos Verdes	Lima	Quinta de Curvos - Sociedade Agrícola S.A	S.A	Sim	Micro Produtor		Sim	Sim	Sim		Produção Integrada		Sim	
Vinhos Verdes	Lima	Quinta do Barral - Salsicharia Limiana Lda	Sociedade por Quotas, Lda		Médio Produtor									
Vinhos Verdes	Lima	Terraço da Vinha - Sociedade Agro-Vitícola, S.A	S.A											
Vinhos Verdes	Lima	ViniVerde - Promoção e Comércio de Vinhos Verdes, S.A	S.A		Pequeno Produtor		Sim	Sim	Sim					

Vinhos Verdes	Paiva	Quinta de Outeiro - Sociedade Agrícola Quinta do Outeiro S.A	S.A		Micro Produtor		Sim	Sim			Sim	Si	
Vinhos Verdes	Paiva	Quinta de Religiões - Sjerp Martin	Sociedade Unipessoal, Lda	Sim	Micro Produtor			Sim	Sim	Sim			
Vinhos Verdes	Paiva	Qunta da Encosta da Cerca - Firmino Correia Rocha	Sociedade Unipessoal, Lda	Sim	Micro Produtor								
Vinhos Verdes	Paiva	Adega da Vara - Sociedade Agrícola, Lda	Sociedade por Quotas, Lda		Micro Produtor			Sim			Sim		
Vinhos Verdes	Paiva	Casa dos Fonte - Antonio Fontes & Filhos LDA	Sociedade por Quotas, Lda		Micro Produtor			Sim					
Vinhos Verdes	Paiva	Quinta do Pomar da Eira - Antonio Pedro Florim Carmo Rocha	Sociedade Unipessoal, Lda	Sim	Micro Produtor			Sim					
Vinhos Verdes	Paiva	Quinta do Palheiro - Amaldo Pereira Oliveira Herds	Sociedade Unipessoal, Lda	Sim	Micro Produtor			Sim					
Vinhos Verdes	Paiva	José Ferreira de Piva											
Vinhos Verdes	Paiva	Quinta de Montouro - Vitivinicultura e Olivicultura Lda	Sociedade por Quotas, Lda		Micro Produtor		Sim	Sim	Sim				
Vinhos Verdes	Paiva	Sociedade Agrícola da Quinta da Lameira, Limitada	Sociedade por Quotas, Lda		Micro Produtor		Sim	Sim					
Vinhos Verdes	Paiva	Altómio Silva			Micro Produtor								
Vinhos Verdes	Paiva	Rumo Directo, Unipessoal Lda	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor								
Vinhos Verdes	Paiva	Casimiro Manuel Santos Rosa			Micro Produtor								
Vinhos Verdes	Paiva	Eugenio Antonio Esteves Vieira Pinto			Micro Produtor								
Vinhos Verdes	Paiva	Fernando Jorge Morais Branco			Micro Produtor								
Vinhos Verdes	Paiva	Joana Maria De Almeida Gouveia			Micro Produtor								
Vinhos Verdes	Paiva	Jorge Reinaldo Fonseca Florido Calheiros			Micro Produtor								
Vinhos Verdes	Paiva	Jose Da Costa Moreira Da Rocha Sousa			Micro Produtor								
Vinhos Verdes	Paiva	Marina Adelaide A Valado Amaud Guerra - Quinta de Valflores			Micro Produtor								
Vinhos Verdes	Paiva	Paulo Pinto Barbedo			Micro Produtor								

Vinhos Verdes	Monção e Melgaço	Soalheiros-Vinusalleirus, Lda	Sociedade por Quotas, Lda	Sim	Pequeno Produtor		Sim	Sim	Sim		Melhorar continuamente a eficácia e eficiência do Sistema de Gestão Integrado (SGI) do Soalheiro de acordo com as seguintes normas: NP EN ISO 22000, NP EN ISO 14000 e NP 4457 (Baseado no Manual de Oslo da OCDE);	Sim	Sim	Sim
Vinhos Verdes	Monção e Melgaço	Sociedade dos Vinhos Borges S.A	S.A	Sim	Médio Produtor		Sim	Sim	Sim					
Vinhos Verdes	Monção e Melgaço	Quinta de Paços-Sociedade Agrícola Lda	Sociedade por Quotas, Lda	Sim	Micro Produtor			Sim	Sim				Sim	
Vinhos Verdes	Monção e Melgaço	Encosta da Capela - Jose Manuel Fernandes	Sociedade Unipessoal, Lda	Sim	Micro Produtor			Sim						
Vinhos Verdes	Monção e Melgaço	Anselmo Mendes	Sociedade Unipessoal, Lda		Pequeno Produtor		Sim	Sim						
Vinhos Verdes	Monção e Melgaço	Quinta da Pedra - Ideal Drinks	S.A		Pequeno Produtor		Sim	Sim	Sim					
Vinhos Verdes	Monção e Melgaço	Terras de Conclave - Lua Cheia - Saven, Lda.	Sociedade por Quotas, Lda		Micro Produtor		Sim							
Vinhos Verdes	Monção e Melgaço	Hotel de Reguengo de Melgaço	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor		Sim	Sim						
Vinhos Verdes	Monção e Melgaço	Quinta de Pereirinhas - Foral de Monção - Quinta das Pereirinhas - Alvarinho de Monção & Melgaço, Lda	Sociedade por Quotas, Lda	Sim	Micro Produtor		Sim	Sim				Sim	Sim	
Vinhos Verdes	Monção e Melgaço	Terras de Real	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor									
Vinhos Verdes	Monção e Melgaço	Valados de Melgaço, LDA	Sociedade por Quotas, Lda	Sim	Micro Produtor			Sim	Sim					
Vinhos Verdes	Monção e Melgaço	PROVAM - Produtores de Vinhos Alvarinho de Monção, Limitada	Sociedade por Quotas, Lda		Micro Produtor			Sim	Sim					
Vinhos Verdes	Monção e Melgaço	Constantino Ramos Afluente	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor			Sim	Sim					
Vinhos Verdes	Monção e Melgaço	Palácio da Brejoira	S.A		Micro Produtor		Sim	Sim						
Vinhos Verdes	Monção e Melgaço	Castros de Pademe	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor			Sim						

Vinhos Verdes	Monção e Melgaço	Quintas de Melgaço- Agricultura e Turismo S.A	S.A		Pequeno Produtor		Sim	Sim	Sim		- NP EN ISO 9001:2000 - Sistema HACCP - Quintas de Melgaço é a 1ª empresa de vinhos portuguesa certificada pela NP EN ISO 22000: 2005 (Gestão da Segurança Alimentar). - É também a 1.ª empresa de vinhos do concelho de Melgaço certificada pela NP EN ISO 9001: 2000 (Gestão da Qualidade). - A empresa cumpre um rigoroso manual de procedimentos certificado com os imperativos resultantes daquelas normas e procura fazer melhor continuamente, com rigor, modernizando-se, inovando.	Sim	Sim	
Vinhos Verdes	Monção e Melgaço	Quinta do Regueiro - Produtor de Alvarinho de Melgaço Lda	Sociedade por Quotas, Lda		Micro Produtor		Sim	Sim	Sim					
Vinhos Verdes	Monção e Melgaço	Encosta do Sobral - Sociedade Agrícola, S.A	S.A	Sim	Micro Produtor			Sim						
Vinhos Verdes	Monção e Melgaço	Dom ponciano - Re - Vinhos e Derivados, Unipessoal Lda	Sociedade Unipessoal, Lda	Sim	Micro Produtor			Sim	Sim					
Vinhos Verdes	Monção e Melgaço	Quinta Cabana - Encostas da Cabana	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor			Sim						
Vinhos Verdes	Monção e Melgaço	Dona Patema - Quinta da Carvalheira	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor			Sim						
Vinhos Verdes	Monção e Melgaço	Casa de Canhotos	Sociedade por Quotas, Lda	Sim	Pequeno Produtor									
Vinhos Verdes	Monção e Melgaço	Quinta das Alvaianas - Alvaianas LDA	Sociedade por Quotas, Lda	Sim	Micro Produtor			Sim	Sim		Produção Biológica			
Vinhos Verdes	Monção e Melgaço	Adega do Sossego	Sociedade por Quotas, Lda	Sim	Pequeno Produtor		Sim	Sim						
Vinhos Verdes	Monção e Melgaço	João Portugal Ramos - J. Portugal Ramos, Vinhos, S.A	Sociedade Unipessoal, Lda		Médio Produtor		Sim	Sim	Sim		SGS; SGA			
Vinhos Verdes	Monção e Melgaço	Quinta da Cheira - Ana Alcina Gomes Taveira Almeida Machado	Sociedade Unipessoal, Lda	Sim	Micro Produtor		Sim	Sim						
Vinhos Verdes	Monção e Melgaço	Seivinhas - Quinta do Mascanho	Sociedade Unipessoal, Lda		Pequeno Produtor									
Vinhos Verdes	Monção e Melgaço	Cortinha Velha	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor			Sim						
Vinhos Verdes	Monção e Melgaço	Quinta da Teimosa	Sociedade Unipessoal, Lda	Sim	Micro Produtor		Sim							
Vinhos Verdes	Monção e Melgaço	Lua Cheia - Saven	Sociedade por Quotas, Lda		Micro Produtor			Sim						

[illegible]

Vinhos Verdes	Sousa	Cesto de Pedra - Quinta da Vinha - Antonino Raul Silva Ferreira Cab Cas Her	Sociedade Unipessoal, Lda	Sim	Micro Produtor		Sim						
Vinhos Verdes	Sousa	Quinta da Gazalha - Antonio Bernardo Aranha Gama Lobo Xavier	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor			Sim					
Vinhos Verdes	Sousa	Quinta da Longra	Sociedade Unipessoal, Lda		Pequeno Produtor		Sim	Sim					
Vinhos Verdes	Sousa	Cameiro Leão, Sociedade Vitivinícola Lda	Sociedade por Quotas, Lda		Micro Produtor								
Vinhos Verdes	Sousa	Vinhas D' Amoia - Casa de Amoia - Agricultura e Turismo, Lda	Sociedade por Quotas, Lda	Sim	Pequeno Produtor		Sim	Sim					
Vinhos Verdes	Sousa	Carregal - Quinta da Tapada - Lactinios Halos AS	S.A	Sim	Micro Produtor		Sim	Sim					
Vinhos Verdes	Sousa	Caves do Casalinho - Sociedade Agrícola e Comercial, Lda	Sociedade por Quotas, Lda		Micro Produtor		Sim	Sim	Sim				
Vinhos Verdes	Sousa	Greenbago Unipessoal, Lda	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor			Sim					
Vinhos Verdes	Sousa	Quinta de Segade - Quinta de Segade	Sociedade por Quotas, Lda		Pequeno Produtor		Sim						
Vinhos Verdes	Sousa	Avicella - Cinco Quintas-soc Ag Eventos Turist,lda	Sociedade por Quotas, Lda	Sim	Micro Produtor		Sim	Sim	Sim				
Vinhos Verdes	Sousa	Quinta dos Quintais - Coimbra de Mattos Lda	Sociedade por Quotas, Lda		Micro Produtor		Sim	Sim	Sim		Agricultura Integrada		
Vinhos Verdes	Sousa	Quinta de Marães	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor								
Vinhos Verdes	Sousa	Quinta de Lourosa - Sociedade Agrícola Lda	Sociedade por Quotas, Lda	Sim	Micro Produtor		Sim	Sim	Sim				
Vinhos Verdes	Sousa	Quinta de Cabanelas	Sociedade Unipessoal, Lda		Pequeno Produtor		Sim	Sim					
Vinhos Verdes	Sousa	Quinta de Snto Ovídeo	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor								
Vinhos Verdes	Sousa	Guapos Wine	Sociedade por Quotas, Lda		Pequeno Produtor			Sim	Sim				
Vinhos Verdes	Sousa	Vinorte - Vinicola Norte	Sociedade por Quotas, Lda		Pequeno Produtor			Sim					
Vinhos Verdes	Sousa	Lousavinhos	Sociedade Unipessoal, Lda		Micro Produtor			Sim	Sim				
Vinhos Verdes	Sousa	Quinta de Baixo - Niepoort (Vinhos)	S.A		Médio Produtor		Sim	Sim	Sim			Sim	
Vinhos Verdes	Sousa	Paços de Xisto	S.A		Micro Produtor								
Vinhos Verdes	Sousa	Quinta de Valinhas - Pipamolhada - Quinta de Valinhas - Sociedade de Exploração Agrícola, Lda	Sociedade por Quotas, Lda		Micro Produtor								
Vinhos Verdes	Sousa	Quinta da Sobreira - Empresa Agrária, Lda	Sociedade por Quotas, Lda		Micro Produtor		Sim	Sim					

[illegible]

F
A
C
U
L
D
A
D
E
D
E
E
C
O
N
O
M
I
A